



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E
INTERNACIONALIZAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA

LEIDIANE DE SOUZA SILVA PEREIRA

**METODOLOGIAS SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS PELA REDE DE
AÇÃO INTEGRADA PARA COMBATER A ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO
- RAICE**

IMPERATRIZ
2022

LEIDIANE DE SOUZA SILVA PEREIRA

**METODOLOGIAS SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS PELA REDE DE
AÇÃO INTEGRADA PARA COMBATER A ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO
- RAICE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestra.

Orientador: Dr. Witembergue Gomes Zaparoli

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)
autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Pereira, Leidiane de Souza Silva.

METODOLOGIAS SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS
PELA REDE DE AÇÃO INTEGRADA PARA COMBATER A
ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO - RAICE /
Leidiane de Souza Silva Pereira. - 2022.

143 f.

Orientador(a): Witembergue Zaparoli.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Formação Docente em Práticas Educativas/ccim, Universidade
Federal do Maranhão, Açailândia, 2022.

1. CDVDH/CB. 2. Educação. 3. Metodologias
socioeducativas. 4. Trabalho Escravo. I. Zaparoli,
Witembergue. II. Título.

LEIDIANE DE SOUZA SILVA PEREIRA

**METODOLOGIAS SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS PELA REDE DE AÇÃO
INTEGRADA PARA COMBATER A ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Formação Docente em Práticas Educativas do Centro de
Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia da Universidade
Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do
título de Mestra.

Orientador: Dr. Witembergue Gomes Zaparoli

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Witembergue Gomes Zaparoli
Doutor em Letras (Presidente e Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Patrícia Trindade Maranhão Costa
Doutora em Antropologia Social (Membro Titular Externo)
Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Betania Oliveira Barroso
Doutora em Educação (Membro Titular Interno)
Universidade Federal do Maranhão

À minha mãezinha Baica e minha mainha Maria (in memoriam), as maiores incentivadoras na minha busca por uma educação libertadora, e à Carmen Bascarán, meu maior exemplo de luta e resistência na defesa da dignidade humana.

AGRADECIMENTOS

Ao poderoso Jah, por se fazer constantemente presente em minha existência, proporcionando a realização de sonhos antes inimagináveis, hoje concretos. O seu cuidado me fortalece! A minha mãe Iansã, por manter viva aqui dentro a espiritualidade e ancestralidade negra, por perpetuar em mim a resistência.

Aos meus pais Josefa e Antônio, por alicerçarem minha educação de maneira libertaria, mesmo diante das dificuldades. A minha irmã Cintia Valéria, por ser referência acadêmica e trilhar ao meu lado essa trajetória, dando-me todo suporte necessário sempre, e ao meu irmão Marcos Vinícius, por acreditar em mim e trazer luz a minha vida com o nascimento de Hadassa (a vida de titia Lelê).

À tia Eliane, por todas as vezes que foi cuidado e amor em forma de abraço; a minha madrinha Ana Maria, por tanta admiração que nem sei se sou digna; a mãe Baica, por suas orações fervorosa que foram primordiais para minha contínua persistência.

Às minhas amigas/irmãs Léia Oliveira, Yoná Luma e Mariana de lá Fuente, por serem pontos de apoio em meio ao caos das várias crises de insegurança e medo.

Ao meu amor, parceiro de vida, esposo e namorado Robertt Reyly, por todas as vezes que calou meu choro com um forte abraço e foi colo nas noites de desespero dizendo, vai dar tudo certo! Jamais esquecerei tanto cuidado e empatia comigo durante os momentos tensos de escrita. Você é minha escolha diária!

Aos colegas de turma que se tornaram amigos/as para toda a vida, James Dean, Natan Barros, Adriano Borges, José Junior, Fausto Ricardo, Jaira Ruama e Teresa Sabina, por dividirem momentos de contribuições, discussões, partilhas, gargalhadas e lágrimas que me sustentaram até aqui, na certeza de que vocês foram a melhor escolha de grupo. E que vossas amizades são das melhores coisas que o mestrado me trouxe.

A todos/as professores/as do programa PPGFOPRED, deixo meu singelo e sincero carinho em ter compartilhado saberes com cada um/a de vocês, sem dúvida, o caminhar levará as marcas de cada um/a por tamanha maestria.

As incríveis mulheres da banca, Professora Dra. Bethânia Barroso e Professora Dra. Patrícia Trindade que na qualificação me levaram a estado de puro êxtase emocional, por tamanha acolhida e delicadeza nas contribuições e considerações ao texto, poucas vezes na vida me senti tão prestigiada e feliz, academicamente falando.

A minha segunda casa CDVDH/CB que pela segunda vez é meu lócus de pesquisa, o que reafirma meu imenso amor e gratidão a esse chão de vivência que acolhe tantas pessoas

assim como abrigou a mim, e tem tanto a oferecer dentro da sua complexa e brilhante imensidão.

Aos sujeitos/as de pesquisa, crianças e adolescentes das ações socioculturais, pela disponibilidade e confiabilidade ao participarem deste estudo. A partilha com cada um foi enriquecedora e, sobretudo, incentivou-me a seguir.

E, por fim, com o coração transbordando de tanto afeto e os olhos marejados de lágrimas que insistem em não se conter, quero registrar eterna gratidão ao meu amado e para sempre Mestre, orientador, padrinho e amigo Dr. Witembergue Gomes Zaparole. Eu precisaria escrever no mínimo um artigo do quanto aprendi e aprendo com você. Desde o nosso primeiro encontro, ainda na graduação, há doze anos, quando decidi ali que jamais lhe deixaria, e você me orientou pela primeira vez. Recebeu-me como filha, levou-me para sua casa, apresentou-me a sua família, fez dela também a minha, e acreditou no meu potencial como ninguém mais. Jamais poderei agradecer à altura, no entanto, deixo aqui a alegria em ter sido amparada em dose tripla sua orientanda e seguir como sua amiga e afilhada. Tenho certeza de que nossa parceria tem ainda uma longa estrada. Obrigada por tudo e por tanto sempre!

Quebrando o protocolo, quero agradecer a **mim** mesma, por não ter desistido em nenhuma das inúmeras vezes em que o desespero confrontou meu senso de responsabilidade e equilíbrio emocional. Obrigada de nada!

Todos nós somos educados de uma maneira muito torta acerca do outro. O que a gente pode fazer é admitir que estamos em obras e ir corrigindo isso.

(EMICIDA, em entrevista para Lázaro Ramos no Programa Espelho, em 2006)

Temos a existência definida pela existência de outras existências. Eu, nós, existimos porque você e os outros existem; tem um sentido colaborativo da existência humana (CUNHA JÚNIOR, 2010).

Maldita sejam todas as cercas, maldita sejam todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar! Malditas sejam todas as leis amanhadas por umas poucas mãos, para apararem cercas e bois, e fazer a terra escrava, e escravos os humanos (CASALDÁLIGA, 1989 p. 36).

PEREIRA, Leidiane Souza Silva Pereira. **Metodologias socioeducativas desenvolvidas pela Rede de Ação Integrada para combater a Escravidão no Maranhão.**

Linha de pesquisa: Pluriculturalidade, Interculturalidade e Práticas Educativas Interdisciplinares.

RESUMO

O Brasil vive, atualmente, uma configuração de modelo escravista camuflado e contemporâneo que, desde a colonização, deixa fortes danos. Preocupados com essa realidade, este trabalho objetivou analisar as metodologias socioeducativas, especificamente desenvolvidas pela Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão no Maranhão (RAICE), no Centro de Defesa da Vida e Direitos Humanos Carmen Bascarán. O projeto RAICE nasceu da preocupação com a problemática contínua e desafiadora de como a sociedade e o Estado podem atender à demanda dos/as interessados/as por reais mudanças nas condições particulares de vida. Deste modo, desenvolve ações socioeducativas (aulas, oficinas, formações e reuniões) com intenção de oferecer formação social, política e humana para crianças e adolescentes, filhos/as de trabalhadores/as resgatados do trabalho escravo. Utilizamos como metodologia a abordagem qualitativa, com enfoque epistemológico no materialismo histórico que se propõe a análise dos fenômenos de forma crítica; como técnicas de pesquisa, adotamos as entrevistas e a análise documental. As metodologias socioeducativas são fundamentadas neste estudo como práticas que intervêm na realidade social dos/as sujeitos/as, considerando o acesso à arte e cultura como direito fundamental do ser humano/a e, na perspectiva da difusão e valorização das diversas expressões, manifestações, saberes e tradição que fazem parte da identidade cultural dos/as envolvidos/as. Contudo, o ato criminoso do trabalho escravo é fruto de um modelo que coisifica as relações, viola direitos e rouba a dignidade e a liberdade do indivíduo. Portanto, Sakamoto (2006); Soares (2016); Freire (2019); Gonh (2011); Costa (2021); Gadotte (2011), entre outros/as, são autores e autoras que subsidiaram a escrita e as reflexões teóricas, bem como a construção do produto desta dissertação, elaborado nos círculos de cultura, por meio da metodologia do fanzine. Acreditamos que por meio deles, possamos contribuir para compreensão e sistematização das metodologias socioeducativas adotadas pela equipe, pois, partindo da execução consciente dessas metodologias, esse processo pode ser útil para outras instituições e outras pessoas que também atuam na educação de crianças e adolescentes, por meio das atividades artísticas, esportivas e culturais.

Palavras-chave: RAICE. Metodologias socioeducativas. Educação. Trabalho Escravo. CDVDH/CB.

PEREIRA, Leidiane Souza Silva Pereira. **Socio-educational methodologies developed by the Integrated Action Network to combat Slavery in Maranhão.**

Line of research: Pluriculturalidade, Interculturalidade and Interdisciplinary Educational Practices.

ABSTRACT

Brazil is currently experiencing a configuration of a re-signified, contemporary slave model that has left strong damages since colonization. Concerned with this reality, this work aims to analyze the socio-educational methodologies, specifically developed by the Integrated Action Network to Combat Slavery in Maranhão-RAICE, at the Carmen Bascarán Center for the Defense of Life and Human Rights. The RAICE project was born from the concern with the continuous and challenging problem of how society and the State can meet the demand of those interested for real changes in their living conditions. In this way, it develops socio-educational actions (classes, workshops, training and meetings) with the intention of offering social, political and human training to children and adolescents of workers rescued from slave labor. We used as methodology the qualitative approach with an epistemological focus on historical materialism that proposes the analysis of phenomena in a critical way; as research techniques were interviews and document analysis. The socio-educational methodologies are based in this study as practices that intervene in the social reality of the subjects considering the access to art and culture as a fundamental right of the human being, and in the perspective of the diffusion and valorization of the different expressions, manifestations knowledge and tradition that are part of the cultural identity of those involved. However, the criminal act of slave labor is the result of a model that reifies relationships, violates rights and steals the dignity and freedom of the individual. Therefore, Sakamoto (2006); Soares (2016); Freire (2019); Gohn (2011); Coast (2021); Gadotte (2011), are authors who supported the writing and theoretical reflections as well as the construction of the product of this dissertation elaborated in cultural circles through the fanzine methodology. We believe that through them we can contribute to the understanding and systematization of the socio-educational methodologies adopted by the team because, based on the conscious execution of these methodologies, this process can be useful for other institutions and other people who also work in the education of children and adolescents through the artistic, sporting and cultural activities.

Keywords: RAICE. Socio-educational methodologies. Education. Slavery. CDVDH/CB.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

CE	Centro da Arte
COETRAE	Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo
CONATRAE	Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo
CDVDH/CB	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FIA	Fundo da Infância e Adolescência
FOREM	Fórum para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão
GAETE	Grupo Interinstitucional de Apoio à Erradicação do Trabalho Escravo
GEFM	Grupo Especial de Fiscalização Móvel
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
RAICE	Rede de Ação Integrada de Combate à Escravidão
TE	Trabalho Escravo
TEC	Trabalho Escravo Contemporâneo
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Minha infância.....	18
Imagem 2: Viagem com irmão e irmã.....	19
Imagem 3: Ensino Fundamental.....	22
Imagem 4: Início da carreira na dança.....	23
Imagem 5: Manifestação social pelas ruas do bairro Vila Ildemar	24
Imagem 6: Apresentação de teatro no encontro de trabalhadores resgatados do Trabalho Escravo em Pindaré-Mirim – MA.	25
Imagem 7: Oficina de dança no centro comunitário Bom Jardim.....	25
Imagem 8: Batizado de capoeira em uma praça pública de Açailândia – MA.....	26
Imagem 9: Colação de grau em Educação Física	27
Imagem 10: Aula para a comunidade refugiada venezuelana Warao.	29
Imagem 11: Oficina de dança no Centro Comunitário Vila Bom Jardim	29
Imagem 12: Espetáculo “Quilombagem”, em turnê internacional.	30
Imagem 13: Clipe “Alegria e Lamento” Grupo Afixirê	32
Imagem 14: Manifestação social no bairro Vila Ildemar	35
Imagem 15: Organograma estrutural da metodologia do CDVDH – Açailândia/MA.	64
Imagem 16: Entrevista com a equipe CDVDH	65
Imagem 17: Entrevista com a equipe CDVDH	65
Imagem 18: Formação cidadã nível I – crianças em ação.....	66
Imagem 19: Formação cidadã nível II- Comunidade dos bairros onde são localizados os centros comunitários.	67
Imagem 20: Formação nível III- Equipe do CDVDH	67
Imagem 21: Logo do CDVDH	72
Imagem 22: Premiação nacional de Direitos Humanos.....	75
Imagem 23: Centro comunitário do bairro Vila Ildemar	81
Imagem 24: Centro comunitário da Vila Bom Jardim	82
Imagem 25: Entrevista à equipe RAICE.	89
Imagem 26: Logo do grupo centro da Arte.	93
Imagem 27: Apresentação do espetáculo Josimos.	94
Imagem 28: Apresentação Teatro de Rua. Imagem 29: Espetáculo Centro 25 anos.	95
Imagem 30: Cenas da Turnê Espetáculo Quilombagem	98
Imagem 31: Cenas da Turnê Espetáculo Quilombagem.	99

Imagem 32: Cenas da Turnê Espetáculo Quilombagem.	99
Imagem 33: Oficinas de fanzine no Centro Comunitário da Vila Ildemar.....	100
Imagem 34: Oficinas de fanzine no Centro Comunitário da Vila Ildemar.....	100
Imagem 35: Logo do grupo Dançarte.....	101
Imagem 36: Apresentação na praça da Vila Ildemar.....	102
Imagem 37: Apresentação em uma escola municipal de Açailândia.	102
Imagem 38: Apresentação grupo Dançarte	104
Imagem 39: Caminhada do Dia da Consciência Negra.....	104
Imagem 40: Oficina de fanzine no Centro Comunitário da Vila Bom Jardim.....	105
Imagem 41: Oficina de fanzine no Centro Comunitário da Vila Bom Jardim.	106
Imagem 42: Oficinas de fanzine e ciranda no Centro Comunitário da Vila Ildemar	108
Imagem 43: Oficinas de fanzine e ciranda no Centro Comunitário da Vila Ildemar	109
Imagem 44: Registro da construção dos fanzines das crianças.....	110
Imagem 45: Registro da construção dos fanzines das crianças.....	110
Imagem 46: Registro dos fanzines feitos nas oficinas.....	111
Imagem 47: Registro dos fanzines feitos nas oficinas.....	111
Imagem 48: Logo do grupo capoeira cidadã.	112
Imagem 49: Batizado de capoeira no ano de 2019.....	113
Imagem 50: Roda de capoeira na praça.....	113
Imagem 51: Batizado de capoeira	115
Imagem 52: Aulão de capoeira na Praça do Pioneiro.....	115
Imagem 53: Roda de conversa e oficina de fanzine no Centro Comunitário da na Vila Capeloza.	117
Imagem 54: Roda de conversa e oficina de fanzine na turma de Capoeira da Vila Bom Jardim.	118
Imagem 55: Aula de dança no Centro Comunitário da Vila Bom Jardim.....	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados de trabalhadores resgatados no ano de 2021.	57
Tabela 2: Dados das atividades econômicas dos/as trabalhadores resgatados.	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Plano de aulas dos Centros de Defesa nos bairros.....	84
--	----

SUMÁRIO

MEMORIAL	17
1 INTRODUÇÃO	36
2 TRABALHO ESCRAVO: MARCAS DA TRISTE TRAJETÓRIA DA EXPLORAÇÃO NO BRASIL	51
2.1 Trajetória do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán	60
2.2 Direitos Sociais e Humanos: na atuação do CDVDH/CB	68
2.3 O centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán na atuação como ONG dentro dos Movimentos Sociais	72
3 REDE DE AÇÃO INTEGRADA PARA COMBATER A ESCRAVIDÃO – RAICE ..	77
3.1 As experiências socioculturais do CDVDH/CB no projeto RAICE	83
3.2 Processo de atividades socioculturais no CDVDH/CB, por meio da RAICE	85
3.3 Educação Popular: a possibilidade de aprender por meio da arte	89
4 EM CIRANDAS CONVERSAMOS	93
4.1 Centro da Arte	93
4.1.1 Encontro com a turma Dançarte da Vila Ildemar e algumas pessoas que já participaram do Grupo Teatral Centro da Arte, às 14h, dia 03 de agosto de 2022	96
4.2 Dançarte	101
4.2.1 Encontro com a turma Dançarte da Vila Bom Jardim, dia 29 de julho de 2022, às 16h	105
4.3 Capoeira cidadã	112
4.3.1 Encontro com a turma Capoeira Cidadã da Vila Ildemar, dia 03 de agosto de 2022 às 10h	115
4.3.2 Os fanzines e o CDVDH/CB no processo socioeducativo.....	118
4.4 Projeto construindo a cidadania	120
4.4.1 Produto Final.....	123
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICES	135

MEMORIAL

Onde meus pés percorreram até aqui

Por meio desta narrativa, farei um passeio pelos acontecimentos mais marcantes de minha vida, os que me transformaram na mulher que sou e que diariamente permanece se desconstruindo para se reconstruir. Já que Edson Ferreira nos diz que “a vida de cada um, é o que fazemos de nós mesmos ao longo da nossa trajetória existencial” (COSTA, 2020 p.13).

Do amor desprezioso e inocente de Antônio José Fernandes e Josefa de Souza Silva, dois jovens lutadores que pouco esperavam da vida, mas que muito ainda tinham a receber, nasce uma preciosa menina. “Tu és o mais belo dos belos, traz paz e riqueza, tens o brilho tão forte, por isso te chamo de perola Negra” (Daniela Mercury¹). Para papai e mãe, eu sou uma pedra preciosa e minha chegada veio para enriquecer de bênção a vida dos dois e de outros membros familiares.

Nascida em Açailândia-MA, município de, aproximadamente, 113.783 habitantes, segundo dados do IBGE, no ano de 2021, fronteira com o Pará, apontada no passado como a cidade de maior ocorrência da prática de trabalho escravo contemporâneo e a que mais fornecia mão de obra nesse seguimento na região (CDVDH/CB, 2011).

Por outro lado, a cidade que carrega o nome do açaí é também um grande caldeirão artístico, terra de Mestre Zezão, Xico Cruz, Marcelo Grangeiro, Junina Flor de Mandacaru, Matutos do Rei² e outros artistas que deixam na história grandes marcos na música, dança, poesia, quadrilha junina e arte, em cada canto dela.

Nesse chão, acreditando fortemente que ele ofereceria melhor condição de bem-estar, onde dele germinariam novos frutos e uma vida digna que, ao lado de uma parteira e de meu pai, aos nove dias do mês de setembro, do ano de 1986, minha mãe deu à luz à sua primogênita e a ela deu o nome de Leidiane. Para minha mãe, esse nome significa ‘flor celeste, flor divina’, por isso, resolveu me chamar assim, meu pai encantado com a primeira filha e abismado com a paternidade, prontamente gostou da escolha de mamãe e a acolheu sem questionar.

¹ Daniela Mercury: é cantora, compositora, bailarina, instrumentista, e produtora musical baiana. Por seu pioneirismo no gênero axé, é considerada a Rainha do Axé.

² Mestre Zezão: grande produtor cultural do Município, criador do hino da cidade e criador da primeira banda de fanfarra da cidade; Xico Cruz: ator, poeta, cantor, contador de história, produtor teatral e grande artista popular da cidade; Marcelo Grangeiro: bailarino, coreógrafo, professor de Dança Açailândense, conhecido nacionalmente; Junina Flor de Mandacaru e Junina Matutos do Rei: grupos de quadrilhas juninas de Açailândia que há mais de 10 anos revolucionou o cenário junino no município e na região, com os melhores espetáculos populares a céu aberto para a população.

Meu nascimento trouxe luz a um casal jovem que, além de sonhos, precisava de oportunidades para encarar a dureza da vida e ver beleza nela. Meus pais, pessoas financeiramente desfavorecidas, eram responsáveis por outro ser inocente e indefeso que acabara de vir ao mundo, porém com o poder de transformar tudo ao seu redor, por ser ponto de equilíbrio e acima de tudo tiveram forte elo que entrelaçam vários seres através do mais puro sentimento do universo, *o amor*. Padre Fabio de Melo (Instagram, 2021) diz que “Quando se ama, a única coisa que importa é compartilhar e contribuir para a felicidade alheia. Se você criar uma "rede de amor" ao seu redor, dificilmente terá dias perversos”.

Imagem 1: Minha infância



Fonte: Arquivo pessoal.

Cheios de esperança, apesar dos tempos difíceis, minha mãe e meu pai concordavam com o trecho da canção de Gonzaguinha (1982) que diz que “Eu fico com a pureza da resposta das crianças, é a vida é bonita e é bonita!” Viver e não ter a vergonha de ser feliz”. O nascimento de um ser é capaz de ressignificar tudo ao seu redor e trazer esperança onde não mais existe.

Não me refiro à relação afetiva de meus pais, pois eles eram um casal de muito amor e cumplicidade, mas diante da condição financeira imposta pela vida simples, a chegada de uma criança para cuidar, alimentar e educar era algo inesperado. Apesar disso, eu sou apenas o início da história, logo mais, Josefa e Antônio, também, presentariam ao mundo os seus outros dois frutos, minha irmã Cintia Valéria e meu irmão Marcos Vinícius.

Imagem 2: Viagem com irmão e irmã.



Fonte: Arquivo pessoal.

Posteriormente, a vida foi se ajustando e minha mãe se formou no magistério e exerceu, por longos anos, a profissão de professora, carregando com ela a “boniteza” do ofício de alfabetizar e apresentar para as crianças o mundo mágico das letras, das palavras e da leitura, “ser professor hoje é viver intensamente o seu tempo com consciência e sensibilidade” (GADOTTE, 2011, p.11). Recentemente aposentada, dedica-se ao autocuidado, privilégio que não pôde desfrutar durante muitos anos de dedicação à educação. Meu pai, antes de casar-se, já era um “construtor de sonhos”, pois, desde muito cedo, tornou-se pedreiro e segue construindo lares. Sou neta de lavradores e quebradeiras de coco babaçu. Minha avó paterna (Maria Fernandes Carneiro, mãe Baica) é quem logo assumiu minha criação e os cuidados com a minha saúde frágil, levando-se para o seio de sua família. Carrego junto aos meus traços a herança de uma ancestralidade negra, de luta, resistência e força.

Sempre questioneei de onde vinha minha força, a minha paixão pela vida, ainda que com todo um sistema estrutural racista e machista querendo invisibilizar pessoas como eu, continuou adiante na caminhada, possivelmente, seja pelo fato de eu não ter como opção: a desistência. No entanto, alimento em mim o pensamento da filosofia Ubuntu ³do povo Banto Africano,

³ Ubuntu: raiz da filosofia africana. A existência do africano no universo é inseparavelmente ancorada sobre ubuntu. Semelhantemente, a árvore de conhecimento africano deriva do ubuntu, com o qual é conectado indivisivelmente. Ubuntu é, então, como uma fonte fluindo ontologia e epistemologia africana. Se estas últimas

temos a existência definida pela existência de outras existências (CUNHA JÚNIOR, 2010). O mesmo autor afirma ainda que “Eu, nós, existimos porque você e os outros existem; tem um sentido colaborativo da existência humana” (CUNHA JÚNIOR, 2010).

Diante disso, acredito ser reflexo das mulheres que me antecedem e que estão ligadas por um parentesco próximo ou laços sanguíneos muito distantes que, de algum modo, minha espiritualidade me interliga a minha ancestralidade.

Ancestralidade Inicialmente, a ancestralidade era uma categoria explicativa do pensar / fazer do povo de santo, considerada o “princípio fundamental de organização dos cultos de candomblé”, todavia o autor afirmando ainda que “posteriormente, torna-se “um termo em disputa. [...] nos movimentos negros organizados, nas religiões de matriz africana, na academia e até mesmo nas políticas de governo” (OLIVEIRA, 2007, p. 247).

Gosto dessa palavra, “ancestralidade”, ela me conecta espiritualmente com minhas gerações anteriores, sinto-me protegida, forte, como se estivesse coletivamente abraçada pelos meus. Assim, “a ancestralidade funciona também como uma “bandeira de luta”, uma vez que ela fornece elementos para a afirmação” (OLIVEIRA, 2007, p. 128).

Trago em minha memória fortes lembranças de histórias contadas por meus antecedentes, sobre a dureza da vida para quem tem pouco mais do que a esperança e a vontade de viver, tendo que sobreviver dia após dia com a pobreza impregnada no corpo como se fosse a própria sombra. Essas duras histórias contadas sempre carregavam tom de humor nas rodas de crianças para amenizar o real sofrimento que elas de fato carregam. Pois, já dizia Antônio Candido (1995, p.242-243), “Não há povo e não há humano que possa viver sem fabular”.

Tive um período marcado por fortes experiências traumáticas e o amor incondicional que recebia diariamente em casa dos pais, avós e tios, não era capaz de sanar a tristeza que os coleguinhas de sala me causavam na escola. Quando criança e em grande parte da adolescência, não tinha consciência de mim (RIBEIRO, 2018). Não entendia por que era tratada com tanta indiferença pelas outras crianças, porque os meus recreios eram sempre solitários e era tão doloroso acordar todos os dias para ir à escola. Por mais esforço que eu fizesse, não era compreensível ver satisfação da maioria da turma, rindo ao ouvir as repetidas piadas sobre a cor da minha pele, os traços do meu rosto e o formato do meu cabelo, foram infinitas as vezes em que meu nome era abandonado ao chegar na escola para dar lugar aos apelidos.

O mais impressionante era que o silenciamento e a invisibilidade da minha tristeza por mais que relatasse para as professoras, não importando o quanto eu chorasse, me insolasse ou

forem as bases da filosofia, então, a filosofia africana pode ser estabelecida em e através do ubuntu (RAMOSE, 1999, p. 1).

ficasse triste nunca conseguiam fazer com que as outras crianças parassem. Porque na concepção delas, era apenas brincadeiras de criança e eu deveria parar de bobagem e fofocas.

Os anos foram passando, a infância deu lugar à adolescência e com ela a esperança de que enfim eu fosse tratada como as outras meninas da minha idade, o que claramente seria apenas um desejo. No livro *Quem tem medo do feminismo Negro*, Djamilia Ribeiro (2018) relata uma situação a qual parece ser característica para nós meninas negras na adolescência:

Durante muito tempo, tive receio de passar perto de grupos de adolescentes. Quando criança, fui alvo de piadas e chacotas por ser negra. Era inevitável ouvir alguma gracinha do tipo: “Olha sua mina aí, não vai me apresentar?”, ao que o garoto que era “alvo” se defendia: “Sai fora!”. Ter uma namorada como eu era algo impensável. A pretensão criada neles, fruto de um sistema que os privilegia, os cegava para o fato de que eu poderia não os querer. Para eles, eu era só uma “neguinha”, alguém que merecia ser ridicularizada e deixada de lado. Esse receio me acompanhou até o início da fase adulta. Eu preferia atravessar a rua a ter que ouvir essas coisas, porque machucavam (RIBEIRO, 2018, p. 15-16).

Hoje, tenho clareza de que o sofrimento que me acompanhava no período da minha infância escolar era ocasionado pelo racismo que é descrito por Ana Lúcia Silva Souza e Camilla Croso (2007, p. 19) como a “doutrina que defende a superioridade de certos grupos raciais e étnicos. É um modo hierárquico de classificação que distingue com base nas propriedades físicas e nos marcos culturais” que era praticado pelos meus (as) coleguinhas e que partia de um sistema racista estrutural que segundo Almeida (2018, p. 38-39):

É uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”.

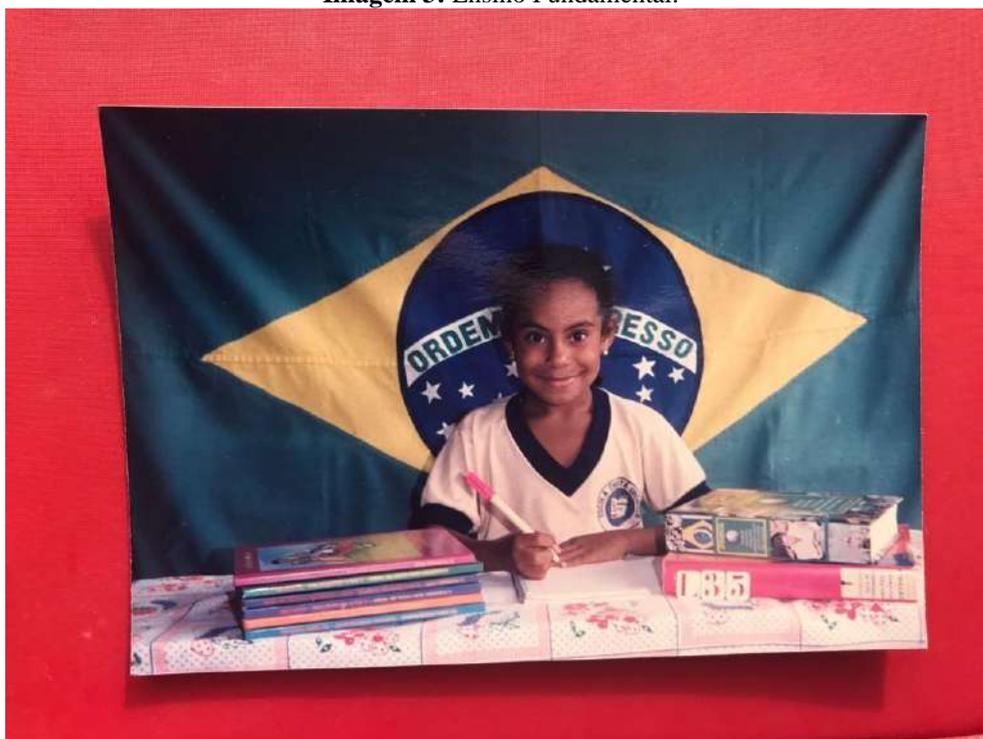
Isso silenciava as professoras, a coordenação e todo ambiente escolar, por meio de postura naturalizada de uma prática perversa e opressora que deixa sequelas emocionais e psicológicas em milhares de crianças negras nesse país. Por isso, digo com muita dor, mas também com propriedade baseada em minha experiência que o ambiente escolar pode ser muito cruel para uma criança negra, pobre, periférica e bolsista. Ainda sobre a relação com o ambiente escolar, Georges Gusdorf (2003, p.1) afirma que:

Cada um de nós preserva imagens inesquecíveis do início da vida escolar e da lenta odisséia pedagógica a que se deve o desenvolvimento do nosso pensamento e, em grande parte a formação da nossa personalidade.

Desse modo, certifico-me de que, embora alguns conteúdos escolares tendem a se esvaziar com o passar dos anos, as brincadeiras entre colegas, as interações em sala, as relações interpessoais entre professores e alunos muitas delas permaneceram em minhas memórias e influenciaram diretamente o meu desenvolvimento.

Fui acometida por questionamentos e inquietações durante anos sobre a postura escolar. Será que existe sensibilidade para a diversidade na educação infantil, especialmente no ensino fundamental, médio e profissional? (GOMES, 2007). O ambiente escolar mostra uma grande deficiência nesse aspecto e aqui faço um recorte temporal de mais de 20 anos, quando ainda era apenas uma criança, no entanto, ao observar o contexto atual, vejo que não têm acontecido grandes mudanças em relação a essa problemática.

Imagem 3: Ensino Fundamental.



Fonte: Arquivo pessoal.

Continuo sem compreender como a educação escolar se mantém distante da diversidade, sendo que está presente no cotidiano destes sujeitos, por meio da presença de professores(as) e alunos(as) dos mais diferentes pertencimentos étnico-raciais, idades e culturas (GOMES, 2007). A escola é, sem dúvida, indispensável para construção moral e intelectual, mas existem saberes da vida que escola nenhuma fornece, e são esses aprendizados que nos tornam melhores seres humanos.

Outra parte de destaque e de muita importância na minha adolescência foi quando conheci a arte e me apaixonei perdidamente por ela, mesmo sem entender as palavras de

Nietzsche (2008) ao dizer que “temos a arte para que a realidade não nos mate” já fazia total sentido na minha vida.

Imagem 4: Início da carreira na dança.



Fonte: CDVDH/CB.

Um belo dia, já na fase da adolescência, minha tia chegou até mim e perguntou se eu gostaria de fazer aula de dança, em fração de segundos, passou tanta coisa pela minha cabeça, menos a possibilidade de aquilo ser possível. Pois, tratava-se de algo caro e que somente existia nas televisões. Aula de dança? Para alguém pobre como eu? Impossível. Então, ela explicou que se tratava de uma ONG⁴ chamada Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán⁵ que estava iniciando um projeto social com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade nos bairros mais marginalizados da cidade.

Prontamente, peguei a ficha de inscrição das mãos dela e levei correndo para mamãe preencher todos os dados, ansiosa, quase não me contia para chegar o tão esperado dia da primeira aula, a sede do CDVDH/CB onde aconteceriam as aulas era longe da minha casa, mas, isso em momento algum, foi empecilho. Chamei outras amiguinhas do bairro e logo começou minha caminhada todas as terças e quintas para a aula de dança no Centro de Defesa por longos anos. A partir de então, nasceu em mim uma felicidade inexplicável, um amor capaz de ressignificar todo o sentimento de impotência e medo que eu carregava.

⁴ ONG - Organização Não Governamental.

⁵ CDVDH/CB - Uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que tem como missão “a defesa da Vida Digna onde for mais ameaçada e os direitos humanos onde forem menos reconhecidos, com atenção privilegiada às pessoas mais pobres, excluídas e exploradas” (BRASIL, 2019, p.1).

A dança me tomou de forma avassaladora e fez morada em mim, foi um amor repentino, forte e sem explicação. Imediatamente, senti que aquele encontro seria um divisor de águas em minha história. Quando dançava, sentia-me forte, poderosa, notada e, com isso, não foi difícil entender que eu queria seguir com aquela emoção como minha companheira de vida. Leonardo Boff diz “que no cuidado identificamos os princípios, os valores e as atitudes que fazem da vida um bem-viver” (1999, p.01).

Era como se a menina negra amedrontada e cheia de dúvidas nunca tivesse sentido medo, foi literalmente o meu encontro com minha maior certeza. A dança me abraçou e me mostrou valores que elevaram a minha autoestima. Não falo da dança apenas enquanto elemento corporal, mas de uma conexão emocional e afetiva que me provocou uma evolução social e humana. Corroboro Inaicyrá Falcão dos Santos, no texto *Dança e Pluralidade Cultural: Corpo e Ancestralidade*, ao afirmar que “O corpo como construção cultural é portador de emoções, sensibilidades, sentido ético-estético resultante das relações históricas e sociais” (2009, p.33).

Como diz Daniela Mercury (2015), na música *Alegria e lamento*: “Minha Alegria é resposta pra dor”. A partir de então, encontrei uma aliada e uma das certezas da minha existência. Dançar me transportava sentimentalmente para um estado de emoções sensacionais jamais sentidas antes, e me interligava a uma força que, mesmo sem saber de onde, vinha, eu sentia que era exatamente o que eu precisava para evoluir humanamente.

Quando entrei no CDVDH/CB, o meu interesse foi apenas um: aprender a dançar e ser uma grande artista. Com o tempo, fui envolvida pela magia daquele lugar acolhedor que dia após dia mudava minha vida, então, percebi que apenas dançar era pouco, pois aquele lugar me proporcionava muito mais.

Imagem 5: Manifestação social pelas ruas do bairro Vila Ildemar.



Fonte: Arquivo pessoal.

Somente dançar por dançar já não cabia, aliás nunca existiu na realidade do Centro, embora, durante algum tempo, tenha sido minha única intenção! Sempre foi arte para denunciar, revolucionar, protestar, ela sempre esteve a serviço da formação humana e cidadã dos sujeitos(as) envolvidos(as) nas ações socioculturais da ONG.

Com o lema: “A ARTE A SERVIÇO DE UMA CULTURA LIBERTADORA” o CDVDH/CB vem usando essas atividades artísticas culturais como forma de denúncia e enftentamento na busca de fortalecer esses/as seres humanos e garantir a essas pessoas o mínimo que nos é assegurado pela constituição como seres humanos. Para tanto esses espaços de relações, trocas de saberes, vivências e experiencias são marcados pela diversidade, pelo respeito ao sujeito diferente, pela tranquilidade com que a pluralidade circula entre os seres permitindo que floresça a diversidade cultural entre essas pessoas (SOARES et al., 2020, p. 10).

Imagem 6: Apresentação de teatro no encontro de trabalhadores resgatados do Trabalho Escravo em Pindaré-Mirim – MA.



Fonte: CDVBH/CB.

Imagem 7: Oficina de dança no centro comunitário Bom Jardim.



Fonte: CDVDH/CB.

Imagem 8: Batizado de capoeira em uma praça pública de Açailândia – MA.



Fonte: CDVDH/CB.

As oficinas artísticas do Centro nunca tiveram e não tem a intenção de formar grandes artistas, até porque se trata de uma ONG e não de uma escola de artes, as aulas de dança, teatro e capoeira são usadas apenas como um elo, parte da metodologia utilizada para aproximar crianças, adolescentes, jovens das temáticas sociais abordadas pela instituição por meio da formação cidadã.

Desde sua fundação, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán - CDVDH/CB realiza atividades socioculturais dirigidas a crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de contribuir na construção de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e sustentável, onde os Direitos Humanos sejam respeitados e o desenvolvimento e a participação social de todas as pessoas sejam garantidos (CDVDH/CB, 2006, p. 5).

Como afirma Arnaldo Antunes⁶ (2008), “a gente não quer só comida, a gente quer comida diversão e arte”. Essa frase martelava sem para em minha cabeça e, cada vez mais, eu me via envolvida pelas outras atividades realizadas pelo Centro, e esse envolvimento me fazia mergulhar na magnitude daquele lugar, de certo modo, fazer parte das ações do Centro me fazia sentir especial, grande e importante.

Com o passar dos anos, minha vontade de fazer parte daquele universo me consumia, fui ficando cada vez mais envolvida, era como se eu tivesse criado raízes naquele lugar, o Centro foi se tornando minha segunda casa e a dançarina foi evoluindo até se tornar educadora de dança. A sala que outrora prendia, tornou-se também o lugar para compartilhar minhas

⁶ Arnaldo Antunes: cantor e compositor brasileiro, conhecido nacionalmente por seu trabalho na banda de pop rock Titãs o qual foi vocalista por anos, também pelo grandioso trabalho no trio Tribalistas o qual foi vencedor de grandes premiações da música no Brasil e na Europa.

vivências e, a partir de então, evolui enquanto humana e cidadã. Minha família percebia que fazer parte daquele ambiente traduzia minha felicidade e me proporcionava evolução.

Dançar, ensinar, compreender o CDVDH/CB, perceber-me no mundo, entender-me como ser humano, entender meu processo de transição de menina para mulher, entender minha posição social, tudo era muito difícil e precisava de um suporte intelectual e emocional que não tinha em casa.

Sempre assumi grandes responsabilidades e sabia que estudar e trabalhar era um compromisso, porém, na condição social e financeira da minha família, não podíamos sonhar com uma formação acadêmica elitizada, tínhamos que fazer o que estava ao nosso alcance, nada distante da realidade. A minha vontade sempre foi ser uma psicóloga, pois falo muito e tenho facilidade em ajudar as pessoas a resolver problemas, no entanto, minha formação enveredou para a educação física, era o que podíamos custear na época, e a minha relação com a dança e a arte acabou me aproximando do curso.

Ao ingressar na faculdade, minha vida deu novamente uma reviravolta. Trabalhar durante o dia para custear os estudos à noite, ir de uma cidade a outra, todos os dias, percorrendo um longo caminho, era realmente uma rotina árdua. Na faculdade, senti um grande impacto, ao contrário do ensino médio que era um ambiente de pessoas adultas decididas, a relação professor/aluno era diferente, o comportamento das pessoas, a dinâmica das coisas era mais acelerada. Durante minha estada na graduação, entendi que o processo de aprendizagem acontece 70% fora da sala de aula, que significa doar-se através do compromisso do ser aprendente com a busca constante do conhecimento. A evolução está nas leituras, nos debates, na prática e nos diálogos dentro e fora de sala de aula.

Imagem 9: Colação de grau em Educação Física.



Fonte: Acervo pessoal.

E essa percepção foi um grande choque de realidade, uma vez que se tem mais haver com o papel do(a) aluno(a) do que do(a) professor(a), como estamos acostumados no ensino médio. Somente no ensino superior, obtive maturidade para captar com clareza que docentes exercem didática pautada no compromisso social e político e que a postura crítica e questionadora que alguns adotam é o que marca alguns desses educadores(as) para sempre na nossa vida, a ponto de se tornarem grandes exemplos a serem seguidos. Como afirma Moacir Gadotti, “O Verdadeiro educador não adormece a alma, não se entrega a indiferença, não se encosta no muro das lamentações” (2011 p.12).

Tive grandes professores/mestres que encantavam em sala de aula pela maneira humanizada de ensinar com leveza, amor, paixão e muita propriedade. Com o compromisso de ensinar para a vida e não apenas para o mercado capitalista de trabalho.

Teríamos que conseguir que os outros acreditem no que somos. Um processo social complicado, lento, de desencontros entre o que somos para nós e o que somos para fora [...] somos a imagem social que foi construída sobre o ofício de mestre, sobre as formas diversas de exercer este ofício. Sabemos pouco sobre a nossa história (ARROYO, 2000, p. 29).

Na árdua missão entre ensinar e não se perder da própria verdade, através do reflexo de alguns professores que passaram pela minha vida, foi que me encontrei e entendi que eu também queria aprender ensinando. Conclui, então, que ser professora/educadora era o meu caminho a ser percorrido e carinhosamente construído. Para Brandão (2007):

[...] educação é uma prática social [...] cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura. E para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento de sua história do seu próprio desenvolvimento [...] (BRANDÃO, 2007, p. 73-74).

A vontade da docência se tornou verdade e invadiu meu ser, trazendo com ela o peso da responsabilidade, então, automaticamente, aproximava-me do que acreditava que faria de mim uma pessoa em constante ciclo de aprendizagem. Pois, eu não sabia que professora eu seria, todavia, tinha plena consciência de como eu não queria ser.

É inevitável escrever sobre minhas vivências sem citar corriqueiramente o CDVDH/CB, pois como costume dizer que esse espaço é minha segunda casa, e toda minha formação política, social e humana se deu nesse chão.

Desse modo, preciso dizer que meu ingresso na militância também aconteceu no Centro, de maneira leve e natural, mediante um processo gradativo, como cito no decorrer do texto, iniciei participante das atividades socioculturais nas oficinas de dança, depois, assumi uma

turma como educadora e permaneci durante anos contribuído com as produções culturais da equipe como professora e coreografa da atividade de dança.

Imagem 10: Aula para a comunidade refugiada venezuelana Warao.



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 11: Oficina de dança no Centro Comunitário Vila Bom Jardim.



Fonte: CDVDH/CB.

Durante esse tempo, aliada à vida acadêmica, iniciei um processo intenso de estudos, formações cursos e muitas leituras, mesmo sem o hábito de ler. Agarrei-me fortemente à oportunidade de encontrar novos caminhos e possibilidades dentro dos livros. Todorov (2010) acrescenta que:

“A literatura pode muito!” Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos faz compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver (TODOROV, p. 2010, p. 73-5).

Dentro de mim, existia um turbilhão, a busca por me encontrar exigiu grande desdobramento, dividia-me entre estudante, dançarina, professora, trabalhadora que precisava ajudar em casa e uma jovem que, além de tudo, ainda precisava e queria viver uma vida normal.

Particpei de formações intensas relacionadas às pautas sociais, em especial sobre direitos humanos, de grandes espetáculos de dança como dançarina e coreógrafa, viajei por muitos lugares com minha arte, trabalhei em outras grandes instituições como professora de dança e muito cedo adquiri responsabilidades financeiras, o que resultou na minha independência ainda muito jovem.

Imagem 12: Espetáculo “Quilombagem”, em turnê internacional.



Fonte: Acervo pessoal.

Apesar de muita responsabilidade e compromisso, ainda existia a necessidade de me empoderar como mulher negra, enriquecer meu discurso, me autodeclarar com consciência,

apesar dos traumas e das dores. Como declara Maya Angelou ⁷, na poesia, ainda assim, eu me levanto! “Acima de um passado que está enraizado na dor, eu me levanto”.

“Permita que eu fale não as minhas cicatrizes se isso é sobre vivência me resumir a sobrevivência é roubar o pouco de bom que vivi” (EMICIDA ⁸, 2019). A autoafirmação como mulher negra e periférica em uma sociedade machista e patriarcal é mais do que pertencimento, é uma questão de sobrevivência. É um exercício necessário que requer coragem, pois a desqualificação e o descaso ao povo negro têm gerado uma série de problemas que tem custado, por vezes, a vida dessa população.

Os desdobramentos de uma vivência marcada por determinantes opressores me conduziram a hoje atuar como educadora popular e coordenadora das ações socioculturais na Organização Não Governamental Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán, espaço que me propicia cotidianamente estar em contato com crianças e adolescentes negras, periféricas em situação de vulnerabilidade que socializam medos e conflitos no que dizem respeito à condição social, à estética, à cor da pele, à violência, ao gênero entre outros conflitos psicológicos e sociais, é de suma importância a força da representatividade.

Nesse contexto de contraste social, permeiam minhas inquietudes e fazem de mim uma mulher comprometida com a pesquisa e a militância, na intenção de estabelecer e fortalecer um compromisso e contribuir para que esses/as sujeitos/as percebam de maneira crítica a realidade social que lhes é imposta, e através de novos diálogos, sejamos capazes de contribuir na construção de relações sociais menos opressoras.

Minha ancestralidade é responsável por uma das grandes dádivas da minha vida. Minha aproximação da dança de matrizes africanas, hoje componho um grupo chamado Grupo Afro Afixirê⁹. A dança negra é aqui compreendida como ferramenta antirracista e de denúncia que se agrega a diferentes gêneros capazes de se articularem às lutas. Estudar as danças de matrizes

⁷ Maya Angelou: uma grande ativista negra norte-americana, escritora, poetisa, roteirista, cantora, dançarina e professora, uma mulher muito influente na luta pelos direitos sociais, que enfrentou grandes lutas pelos direitos civis depois de superar um grande trauma de infância.

⁸ Emicida: Leandro Roque de Oliveira, nome artístico Emicida, rapper, compositor, considerado uma das grandes revelações da cultura hip-hop da década 2000, também um grande intelectual e ativista negro, ganhador de grandes prêmios da música brasileira. Seu último trabalho chamado “AMARELO” trouxe para o artistas grandes premiações no ano de 2020.

⁹ Grupo Afro Afixirê: O Grupo de Dança Afro “Afixirê” nasceu no ano 2007 dentro das iniciativas desenvolvidas pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos “Carmen Bascarán” de Açailândia (CDVDH/CB). Com objetivo de valorizar a dança de matriz africana, tomando como base, para isso, o fato de que as manifestações culturais de matriz africana são especialmente fortes no Maranhão e não na região de Açailândia. O Grupo também contribui de forma ativa na promoção, no acesso e na valorização da cultura negra em Açailândia/MA e região, usando como ferramentas a formação técnica e social de seus/as participantes, a criação e apresentação de trabalhos artísticos de dança que valorizem a cultura afro-brasileira.

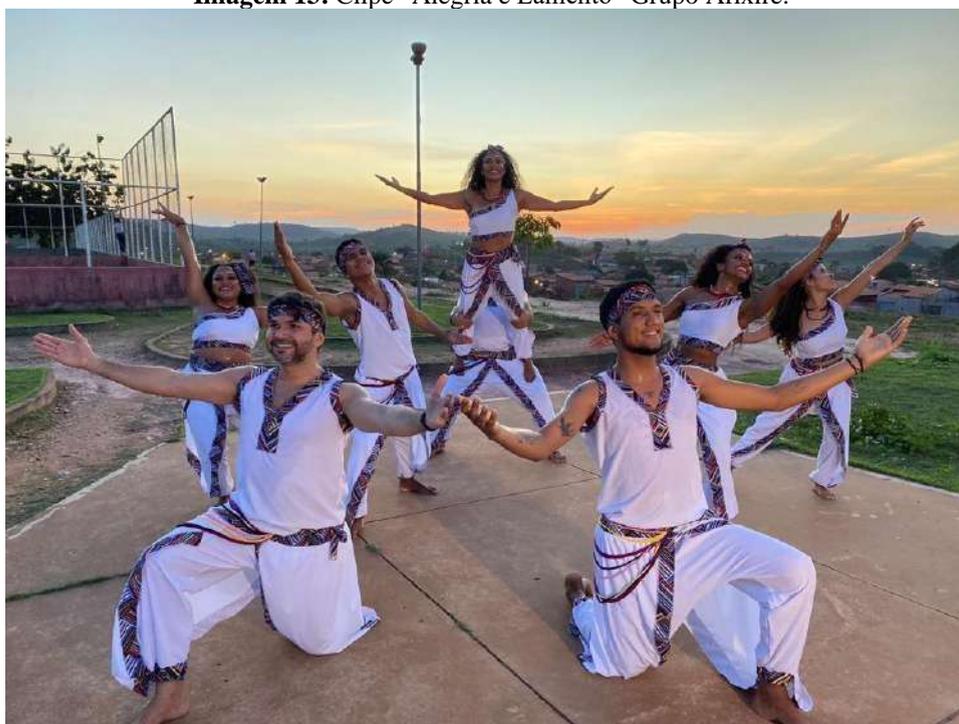
A palavra Afixirê significa dança da alegria, da felicidade, em dialeto iorubá (fonte: histórico do grupo).

africanas me possibilitou desconstruir concepções pejorativas sobre a cultura negra que foram construídas no meu imaginário e, hoje, percebo, nessa experiência, o leque de descobertas históricas que contempla uma estreita ligação com o universo espiritual, religioso e artístico da dança afro. Nessa perspectiva, Nóbrega (1992, p. 31) relata que:

Os negros africanos utilizavam a dança para os fatos existentes na sua vida. Para eles, transmitir o saber era de fundamental importância, o que era feito através da dança. Todos os fatos ocorridos, como nascimento, plantio, colheita, saúde, morte, eram comemorados pelos ancestrais com a dança. Na África do Sul, nos conflitos raciais, os negros dançavam contra o regime que os oprimiam. Até mesmo nos cultos religiosos, a dança está presente (NÓBREGA, 1992, p. 31).

A dança é a linguagem artística que uso para me expressar das mais variadas formas, seja para denunciar e protestar, seja para comemorar e festejar, ou seja, para evoluir, contribuindo com um processo educativo intrapessoal e interpessoal. Acredito que nós negras/os trazemos conosco experiências e saberes de nossos/as ancestrais e a magia da dança me possibilita vivenciar de maneira mística esses saberes.

Imagem 13: Clipe “Alegria e Lamento” Grupo Afixirê.



Fonte: Acervo pessoal.

Meu processo evolutivo muito me orgulha, venho me desconstruindo para me reconstruir “a duras penas”, mas não estou sozinha, espiritualmente, como diz Maria Bethânia¹⁰, na canção

¹⁰ Maria Bethânia: cantora, compositora e poetisa, uma das grandes referências da música popular brasileira.

e poema *Carta de amor*, 2012 “em meu coração Maria acende sua luz e me aponta o caminho me sumo no vento, cavalgo no raio de Iansã” e vou trilhando meu caminho”. No aspecto humano, sigo plural, sou construção de um processo colaborativo e coletivo, protagonizado por pessoas que anseiam uma sociedade menos desigual e mais justa para todas os(as) sujeitos(as).

Tenho guardado com muito respeito minha trajetória na igreja católica São João Batista, lá servi à comunidade como cantora, coroinha, membra do grupo de jovens e fiz todos os sacramentos, mas, atualmente, sigo convicta de que estou melhor sem seguir nenhuma doutrina religiosa, no entanto, mantenho-me uma mulher de fé e alimento minha espiritualidade. Uso aqui um trecho da música *Ela me faz*, do rapper Rael¹¹, 2013, para reforçar minhas palavras. “Não vou pra igreja não, mas fui batizado hoje eu não frequento, mas tô bem acompanhado forças do universo me deixam equilibrado forças do além mantêm o meu corpo fechado” (2013).

Nesse entendimento, reitero que aprendi com minhas vivências a respeitar todas as expressões e manifestações religiosas, sigo aprendendo com o que há de melhor em cada uma das quais já tive contato. Porém, minha religião é o amor! Assim, sinto-me uma pessoa mais empática, espiritualmente livre e humanamente mais evoluída.

Hoje, passo por um dos momentos mais intensos em minha vida, dividida entre o trabalho institucional do CDVDH/CB, a educadora de dança, a artista, a coreógrafa e a pesquisadora que agora também é mestranda do programa de Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas - PPGFOPRED/UFMA, Imperatriz-MA.

Sinto um misto de alegria, medo e euforia, junto à responsabilidade de avançar nesse processo de descobertas e conquistas acadêmicas, que acredito que, posteriormente, fará de mim uma pessoa ainda mais preparada para contribuir nos espaços educativos que considero ser um dos meus lugares no mundo.

Assim, como nas palavras de Freire (2006, p. 61), “[...] como experiência especificamente humana, a educação, é uma forma de intervenção no mundo [...]” e dentro deste processo, a reflexão humana sobre educação exige pensá-la de forma, cada vez mais, crítica e propositiva, a fim de que todos os grupos humanos possam se tornar autônomos e protagonistas de suas vidas e dos espaços em que ocupam.

Entender o mecanismo que mudou a minha vida e a vida de muitas pessoas passou a ser um objetivo de vida, eu busco compreender que Universo é esse oferecido pelo CDVDH/CB através da arte? Pretendo compreender como eu e muitas outras pessoas, principalmente outras

¹¹ Rael: Israel Feliciano atende como nome artístico Rael, cantor, compositor e rapper brasileiro.

crianças e adolescentes mudaram suas perspectivas de vida, a partir das vivências nessa instituição. No escrito *Algumas notas sobre humanização e suas implicações pedagógicas*, Freire (2003, p.79) afirma que “[...] o conhecimento é processo que implica na ação-reflexão do homem sobre o mundo”.

A boniteza de ser professor é que, dependendo da educação que realizamos, podemos contribuir para transformar o mundo “malvado” e “feio” num mundo mais justo, solidário e sustentável, em que, por exemplo, borboletas azuis deixem de ser raras porque homens e mulheres, quando crianças, como Henrique, Carlos e Fábio, tendo seus direitos garantidos, puderam frequentar as salas de aula (GADOTTI, 2011 p.13, 14).

Portanto, compreender as nuances que permeiam os saberes adquiridos nesse lugar é o que me aproxima do meu objeto de pesquisa, e a possibilidade de sistematizar essa metodologia aplicada pela equipe sociocultural do Centro para, posteriormente, compartilhar com outras instituições formais e não formais de ensino ligadas a crianças e adolescentes é o que me impulsiona a concluir essa missão como pesquisadora neste momento.

Por fim, concluo essa escrita desafiadora de rebuscar quem sou, orgulhosa dos caminhos percorridos e conquistas alcançadas até aqui, e certa de que ainda há muita estrada em direção à mulher que ainda serei. Hora cansada, hora desanimada, hora desmotivada, mas constantemente seguindo, rodeada de boa gente que nesses momentos de desânimo, impulsionam-no. Por alguns momentos, choro, erro, fraquejo, mas nunca paro. Pois, sigo firme, como diz a canção de Gilberto Gil,¹² 1982, “andar com fé eu vou que a fé não costuma faia”, também tenho como norte um dos ensinamentos de Carmen Bascarán: “Adiante Sempre!”

Não posso concluir esse memorial que visita minha história e meu encontro com o CDVDH/CB, sem falar de maneira particularmente amorosa sobre Carmen Bascarán. Essa mulher que inspira força, coragem e resistência por dedicar sua vida as pessoas mais exploradas e empobrecidas que vivem as margens da desigualdade social. Eu falo aqui de uma pessoa que dedica sua vida à missão de acolher e dar voz as pessoas esquecidas pelas políticas públicas sociais. Carmem é espanhola, na época que veio ao Basil, mais precisamente à Açailândia-MA, a primeira vez há mais de 25 anos, era leiga missionária comboniana, ao se deparar com os problemas sociais dessa cidade e região, entendeu que precisava agir para combater as grandes e graves violações à dignidade humana que eram inúmeras e visíveis, sua inquietação foi combustível para reunir algumas lideranças comunitárias e alguns combonianos para agirem diante de tanta miséria, isso foi o ponto de partida para fundação do CDVDH/CB.

¹² Gilberto Gil: Gilberto Passos Gil Moreira é cantor, compositor, multi-instrumentista e produtor musical, vencedor de importantes premiações da música, e ex-ministro da cultura brasileira.

Em 1996, nasceu a ONG que defende o direito das pessoas e abraça as comunidades mais vulneráveis de toda a redondeza, Carmen se tornou referência nesse país com a iniciativa de questionar e enfrentar as desigualdades, hoje, é símbolo da luta contra o Trabalho Escravo Contemporâneo e defensora dos Direitos Humanos. Durante anos, coordenou a instituição e simultaneamente inseria outras pessoas nesse movimento de enfrentamento às violações de direitos humanos, durante sua estada no Maranhão, deparou-se com grandes perigos e desafios, porém isso a instigava seguir adiante junto a outros/as companheiros/as, com objetivo de garantir os direitos às pessoas esquecidas pelo sistema social brasileiro.

Atualmente, depois de dividir as experiências de enfrentamento com muitas outras pessoas e ensinar muito sobre a luta pela vida digna às pessoas que conviveram com ela durante anos no CDVDH/CB, ela residiu em seu país de origem, no entanto, mesmo separados pelo oceano Atlântico, continua sendo nossa mentora e principal fonte de inspiração de vários brasileiros/as que tiveram a honra de conhecê-la e aprender com ela a importância da lutar pela ‘força dos/as pequenos/as’. Esse laço de amor e luta é o que faz a organização carregar seu nome em homenagem e gratidão por tantos ensinamentos que nos fortalece, na certeza de ir “adiante sempre”, como ela nos ensina diariamente.

Imagem 14: Manifestação social no bairro Vila Ildemar.



Fonte: Acervo pessoal.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, vivemos um modelo escravista¹³ camuflado, contemporâneo ou não, ele nos persegue desde os tempos da colonização, deixando fortes vestígios. Teoricamente, o Brasil possui leis que penalizam a prática do trabalho escravo, de acordo com o artigo 149 do Código Penal de 2003 e, apesar disso, ainda, permanece recorrente. Todavia, comunidades pobres excluídas e oprimidas de alguns dos municípios do Maranhão vivenciam inúmeras violações aos Direitos Humanos¹⁴, como fome, precariedade na saúde, falta de acesso à educação básica, trabalho escravo adulto e infantil que atingem o município de Açailândia e região. Estas questões são reforçadas com a escassez de aplicação de ações por parte das autoridades públicas.

Diante disso, grupos de pessoas das comunidades de base da igreja católica e movimentos sociais, apoiados pelos/as missionários/as colombianos/as¹⁵ decidiram se organizar em resposta às graves violações de dignidade humana presentes em muitos municípios da região, para enfrentar essas mazelas sociais, fundaram, em 1996, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán(CDVDH/CB)¹⁶.

Uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que tem como missão ‘a defesa da Vida Digna onde for mais ameaçada e os direitos humanos onde forem menos reconhecidos, com atenção privilegiada às pessoas mais pobres, excluídas e exploradas’ (BRASIL, 2019, p. 1).

Dentro dos mecanismos de atuação do CDVDH/CB, destaca-se a Rede de Ação

¹³Modelo escravista: relações que se estabeleciam através do domínio e sujeição dos senhores x escravos. Senhores que exploravam escravos que não tinham direito algum, os senhores eram donos da força de trabalho (os escravos) e dos meios de produção.

¹⁴Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tenha sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar reconhecimento e observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

¹⁵Quem são os combonianos? Uma comunidade missionária da Igreja Católica Romana, fundada por São Daniel Comboni. Desde sua chegada ao Brasil no ano de 1952, as primeiras ações de destaque foram realizadas no Maranhão cidade de Balsas, atuam em 17 dioceses e exercem forte trabalho de militância junto à responsabilidade de evangelização nas comunidades que estão inseridos.

¹⁶Localizado no município de Açailândia Maranhão, uma das principais entidades sociais que denuncia questões referentes ao trabalho escravo no Brasil na atualidade. “O centro de Defesa recebe a denúncia dos trabalhadores, encaminha ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e acompanha todo o trâmite dos direitos trabalhistas, como o seguro desemprego e as indenizações de direito, além de fazer um acompanhamento de assistência social as famílias dos/as envolvidos/as” (MOURA, 2015, p.54).

Integrada para Combater a Escravidão RAICE¹⁷ que propõe uma estratégia de ações integradas que contribuem com a diminuição de fatores de vulnerabilidade que são chaves no combate à escravização contemporânea no Maranhão, Brasil.

A dissertação intitula-se *Metodologias Socioeducativas desenvolvidas pela Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão no Maranhão* e motiva-se pela vivência como licenciada em Educação Física e educadora popular nas atividades socioculturais no projeto RAICE, bem como a militância junto ao Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán – CDVDH/CB, postura comprometida a uma perspectiva de transformação social, capaz de efetivar uma cultura de respeito e contribuição na prevenção, conscientização e capacitação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no município de Açailândia/Maranhão.

O interesse interventivo na área da educação justifica-se por acreditar que favorece o convívio humano, o diferente, o plural, a fim de que a interculturalidade seja mediadora no plano de nossas relações sociais. Consideramos que a contribuição que se apresenta nesta pesquisa é de extrema importância para formação de novos sujeitos na busca pela inserção no domínio da vida social e na luta pela defesa de direitos e reconhecimento de identidade.

Assim, conforme as palavras de Freire (2006, p. 61), “[...]como experiência especificamente humana, a educação, é uma forma de intervenção no mundo [...]” e, dentro deste processo, a reflexão humana sobre educação exige pensá-la de forma cada vez mais crítica e propositiva, a fim de que todos os grupos humanos possam se autorrealizar e adquirir esta postulada emancipação humana. Freire (1996) discute esse conceito apontando a necessidade da humanização do sujeito oprimido pela classe opressora dominante, visando condição de superação para que seja possível haver transformação e autonomia. Diante disso, aponta que “[...] se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante” (FREIRE, 1996, p. 112).

Acreditamos que a pesquisa é relevante, na medida em que utilizam as práticas pedagógicas que se diferem de outros tipos de práticas, pois envolvem as práticas sociais necessárias para concretização de práticas educativas (FRANCO, 2012). As socioeducativas, em consonância com Carvalho e Azevedo (2004), são ações complementares à escola e conjugam educação e proteção social, baseadas em legislações afirmativas que atendem,

¹⁷ Rede de Atenção Integrada para Combater a Escravidão que propõe uma estratégia de ações integradas que contribuam para diminuir fatores de vulnerabilidade que são chave no combate à escravização contemporânea no Maranhão, Brasil.

preferencialmente, crianças, adolescentes e jovens no contraturno escolar. As práticas educativas são os processos mais institucionais e macros produzidos e postos nos documentos oficiais (FRANCO, 2012).

Essas práticas intervêm na realidade social dos sujeitos/as envolvidos/as, considerando o acesso à arte e à cultura como direito fundamental do/a ser humano/a, e na perspectiva da difusão e valorização das diversas expressões, manifestações, saberes e tradições que fazem parte da identidade dos envolvidos, usando-as como ferramentas de prevenção da exclusão, de transformação pessoal, inserção social e profissional, bem como instrumentos de conscientização social.

A singularidade do objeto investigativo trará importantes contribuições científicas e acadêmicas, na medida em que se propõe a refletir fenômenos sociais que cerceiam a realidade maranhense, fomentando, assim, o amadurecimento e a ampliação da discussão, bem como a efetivação da missão da Instituição em conduzir pesquisa e ciência para o benefício da comunidade.

A dissertação propôs-se a pesquisar as metodologias socioeducativas desenvolvidas pela Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão no Maranhão-RAICE, no Centro de Defesa da Vida e Direitos Humanos Carmén Bascaran.

O Maranhão é um dos estados que se caracteriza pelo grande número de trabalhadores e, em menor proporção, trabalhadoras recrutados/as para o trabalho escravo, de comunidades onde a concentração fundiária, os conflitos agrários, a ausência de políticas públicas e as escassas oportunidades de trabalho geram a migração forçada.

Nesse contexto, o projeto RAICE nasceu da preocupação com a problemática contínua e desafiadora de como a sociedade e o Estado podem atender à demanda dos/as interessados/as por reais mudanças nas condições de vida – as quais não se restringem à inclusão no mercado do trabalho – e de como fazer funcionar de forma integrada, a serviço desta prioridade, os programas sociais existentes.

A pesquisa, por ser uma forma de se investigar determinado fenômeno na sociedade, é um instrumento eficaz, na medida em que nos possibilita visualizar e situar um objeto na realidade social. Desta forma, a pesquisa se organizou a partir das seguintes questões norteadoras:

- Como as metodologias socioculturais e a educação popular contribuem para efetivação de direitos sociais?

- Como as atividades desenvolvidas pela RAICE intervêm na realidade das comunidades?
- Como são sistematizadas as atividades socioeducativas na RAICE?

Destacou-se como problema: como as metodologias socioeducativas desenvolvidas pela RAICE atuam no enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo no município de Açailândia-Maranhão?

Frente a isso, é necessário problematizar as práticas pedagógicas da RAICE e os respectivos desdobramentos, a fim de entender os diálogos de educação popular junto aos participantes do projeto, desafiando-nos a buscar respostas a essas inquietudes e um processo de produção de conhecimento conectado com a realidade social, econômica política e cultural dos sujeitos/as envolvidos.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as metodologias socioeducativas desenvolvidas pela Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão – RAICE e os respectivos impactos na prevenção ao trabalho escravo contemporâneo no município de Açailândia- Maranhão. E como objetivos específicos:

- a) Historicizar a trajetória do Centro de Defesa da Vida e Direitos Humanos Carmem Bascarán – CDVDH/CB, aliando as experiências socioculturais de combate ao trabalho escravo e de educação popular, por efetivação de direitos sociais;
- b) Caracterizar a Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão– RAICE e as metodologias socioeducativas desenvolvidas como instrumento de prevenção ao trabalho escravo contemporâneo no Maranhão;
- c) Compreender como essas práticas da RAICE ‘Dança, teatro, capoeira’ podem atuar como mediações socioeducativas para formação cidadã dos/as participantes das atividades socioculturais.

Como resultado da pesquisa, pretendemos apresentar uma **cartilha educativa ilustrada**, desenvolvida pela prática de fanzine com as crianças e adolescentes das ações socioculturais e a equipe de educadores/as RAICE, durante algumas oficinas de dança, teatro e capoeira nos Centros Comunitários da Vila Bom Jardim e Vila Ildemar, desta forma, realizamos pesquisa de campo, adotando como técnica o círculo de cultura nesses espaços, para elaboração do terceiro capítulo e, posteriormente, a construção do material citado para formação social dos/as participantes e, com isso, contribuir para construção de uma cultura libertadora na efetivação de direitos desses/as sujeitos/as.

Para Valle e Moreira Júnior, “fanzine, ou apenas zine é uma publicação alternativa e artesanal que prioriza a produção autoral, geralmente financiada pelo próprio editor ou editores

e distribuída de maneira independente” (2005, p.234), utilizada para divulgar ideias, sem necessariamente demandar gastos financeiros, por se tratar de publicação manual e artesanal. A técnica foi criada nos anos 1930, quando os meios de comunicação eram escassos e a troca de informações bem limitadas, então, as pessoas produziam matérias sobre seus temas favoritos e trocavam entre si, fazendo com que circulassem as informações e opiniões sobre diversos assuntos. Fanzine deriva das palavras inglesas *fan* + *magazine* que significa revista de fã, escritos dizem que a técnica surgiu nos Estados Unidos, porém logo se espalhou por toda a Europa.

Atualmente, aqui no país, é uma técnica muito utilizada nos movimentos sociais e culturais, por ter característica de protesto ou transgressão, por atuar como ferramenta política, que questiona, que dar visibilidade às questões que precisam ser atentamente dialogadas, além de ter a resistência como elemento indispensável.

Essas características ligam a técnica do zine, de maneira muito especial, a esta pesquisa, reafirmando o desejo de manter as oficinas nas turmas, para que sejam desenvolvidas por crianças e adolescentes os fanzines, a partir das palavras geradores e temas sugeridos, os quais estão completamente imersos no contexto desses/as sujeitos/as, bem como na pesquisa. O fato de oportunizar esses/as participantes a se expressarem artisticamente, por meio de vivências e concepções, dando a eles/as a liberdade de transpor para o papel os ensinamentos que eles/as carregam das atividades RAICE, através de um processo criativo, divertido e artístico é muito importante para a pesquisa.

Acreditamos que a cartilha será a sistematização de um trabalho socioeducativo de uma instituição que há 25 anos contribui com a formação humana e social de muitas pessoas vítimas de graves violações de Direitos Humanos. O material mostra como os educadores/as e toda a equipe RAICE desenvolvem o processo de prevenção, através das aulas de dança, teatro, capoeira e formação cidadã, como a dinâmica de montagem de coreografias e espetáculos, assim como as rodas e batizados de capoeiras, as temáticas discutidas nas rodas de conversas têm desenvolvido impactos positivos e transformadores na vida desse público, da mesma maneira que a cartilha servirá de modelo para que outras instituições continuem aplicando essa metodologia desenvolvida pelo CDVDH/CB que tem se mostrado aplicável no processo de prevenção da instituição.

A construção sócio-histórica da humanidade é marcada por séculos de escravidão, pela colonização e dominação político-cultural de grupos sociais e étnicos raciais específicos. O

trabalho escravo contemporâneo¹⁸ é uma grave violação que acomete a dignidade e priva a liberdade de inúmeros indivíduos. No Brasil, ele é definido como crime pelo artigo 149¹⁹ do Código Penal.

Expressa-se como perversa violação que submete os trabalhadores/as a condições desumanas. Trabalhadores são explorados, dormem em péssimas condições, comem comida de má qualidade, não tem acesso à água potável, vivem cotidianamente em ambientes insalubres.

A prática criminosa do trabalho escravo é impulsionada pela fragilização das relações trabalhistas que têm como graves efeitos o alto índice de desemprego, bem como a oferta de baixos salários ou até mesmo a exploração indevida de mão de obra, fatores que favorecem a pobreza, miséria e condição de regressão dos seres humanos submetidos, apesar das diferenças entre o antigo regime e o atual, neste tipo de prática, as pessoas trabalhadoras, normalmente, estão apenas relacionadas a trabalhos braçais, não havendo exigência de capacitação, força e vigor (SILVA; ZAPAROLI, 2015). Essa crueldade se apresenta de maneira perversa, violando os direitos sociais, morais e humano dos/as trabalhadores/as, além da exploração, essas pessoas são submetidas a condições de subsistência, dormem em barracos cobertos de lona, bebem da mesma água que os animais, comem comida de má qualidade, trabalham jornadas exaustivas e vivem em total condições de insalubridade, além disso vivenciam reclusão por dívidas.

Sakamoto diz que (2006, p. 17):

No Brasil, há variadas formas e práticas de trabalho escravo. O conceito de trabalho escravo utilizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) é o seguinte: toda a forma de trabalho escravo é trabalho degradante, mas o recíproco nem sempre é verdadeiro. O que diferencia um conceito do outro é a liberdade. Quando falamos de trabalho escravo, estamos nos referindo a muito mais do que o descumprimento da lei trabalhista. Estamos falando de homens, mulheres e crianças que não têm garantia da sua liberdade.

Preocupado com essa cruel realidade de exploração, nasceu o Centro de Defesa da Vida e Direitos Humanos Carmem Bascarán - CDVDH/CB, em Açailândia – Maranhão, em resposta às graves violações de Direitos Humanos identificadas na região, dentre as quais, o trabalho escravo aparecia, e ainda aparece, em destaque, sendo este uma das principais origens e consequências de múltiplas violações de Direitos Humanos e desigualdades estruturais no

¹⁸ O trabalhador escravo de hoje, com certa fartura de mão de obra, é descartável. Ele não tem valor econômico, valor de mercado, como tinha o escravo negro. E, por mais que fossem comuns os castigos corporais etc., o senhor de escravos tinha que tomar algumas providências para manter o escravo saudável. O escravo de hoje, não; ele é inteiramente descartável (VILELA, 2006. p. 34).

¹⁹ Reduzir alguém a condição análoga à de trabalho escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada de exaustão, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto; pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf. Acesso em: 1 maio 2020.

Estado do Maranhão e no Nordeste do Brasil.

De acordo com D. Pedro Casaldáliga²⁰:

O Centro de Defesa de Açailândia vem assumindo exemplarmente a causa do trabalho digno, verdadeiramente humano, denunciando o trabalho que desumaniza e conscientizando o povo trabalhador, mais concretamente nestas fazendas do latifúndio iníquo e nas carvoarias onde queimam as pessoas juntamente com a lenha (BASCARAN et al., 2007, p. 13).

A continuidade do ‘Trabalho Escravo Contemporâneo’ é fruto de um modelo de desenvolvimento econômico que coisifica as relações humanas, produz desigualdades sociais e rouba a dignidade e a liberdade do indivíduo.

Sabe-se que o processo de escravização contemporânea é um fenômeno mundial e se constitui como uma atividade laboral degradante que envolve cerceamento da liberdade por meio de uma dívida, aliado a péssimas condições de trabalho, alojamento, saneamento, alimentação e saúde, além do uso da violência. É uma atividade laboral em que o empregado é submetido a situações degradante por seu empregador; e onde são violados os direitos trabalhistas e a dignidade da pessoa humana desde a deformação de consentimento, quando da celebração do vínculo laboral, até a restrição total da liberdade de ir e vir (SOARES, 2017, p. 393).

Acreditamos que o CDVDH/CB é uma Organização Não Governamental que constitui um marco histórico no combate a essa categoria no Maranhão. Entendemos, aqui, ONG segundo Gohn (1997), em uma perspectiva de espaço coletivo, não institucionalizado que tem na agenda de atuação demandas que envolvem certas problemáticas conflitantes da sociedade, que realiza trabalho de articulações e mobilizações sociais para intervir no cotidiano dos sujeitos.

As ONGs começaram a surgir na última década do século XX, dividindo espaço com os movimentos sociais, elas vieram desde sempre atuando de forma menos reivindicativa - sem se eximir desta - e mais participativa, mobilizando pessoas e fiscalizando atuação do estado e outros órgãos, com um caráter mais social, no sentido de servir a comunidade e reivindicar direitos a esta. (GOHN, 1997, p. 32).

O CDVDH/CB trabalha junto a pessoas e comunidades em situação de grave vulnerabilidade social, para que adquiram conhecimento e visão crítica-constructiva necessária para se tornar transformadores/as e multiplicadores/as efetivos/as da luta pela efetivação de direitos, mediante a organização comunitária. Ademais, trabalha na perspectiva da idealização e prática de modelos, metodologias e sistemas alternativos para formação cidadã, capacitação profissional e geração de renda, bem como no fomento da criação e consolidação de iniciativas que fortaleçam a atuação em rede para efetivação de direitos e garantia do acesso ao trabalho digno para todos/as. Assim, afirma-se como organização feminista, antirracista, anti-

²⁰ Foi um bispo católico espanhol que chegou ao Brasil desde 1968, conhecido internacionalmente por defender os direitos humanos, primordialmente dos povos indígenas, marginalizados e mais pobres, com forte atuação política e religiosa entre os movimentos sociais.

LBGTQIA+fóbica e anticapitalista que promove a sustentabilidade ambiental e o respeito da diversidade como fatores chaves de desenvolvimento global desde a atuação local, a partir do protagonismo de cada pessoa e comunidade, como instrumento de transformação.

Dessa forma, os/as participantes das ações da instituição não são considerados/as beneficiários/as passivos/as, mas parceiros/as para essa efetivação dos Direitos Humanos e construção de sociedades mais justas, plurais e sustentáveis. No município de Açailândia, desenvolvemos nossas atividades desde a sede do CDVDH/CB no centro da cidade e nos Centros Comunitários na vila Bom Jardim e na vila Ildemar, cada um deles coordenados por uma agente de cidadania que articula, planeja e executa cada uma das ações nas comunidades.

Nos outros municípios, atua diretamente uma/a agente de cidadania com a parceria das comunidades que cedem espaços para desenvolver as atividades. Nesse entendimento, as ações se estruturam e se apresentam como estratégias de ação interventiva em três eixos:

Prevenção – são promovidas ações de conscientização e capacitação de adolescentes, jovens e adultos em risco de aliciamento²¹ ao trabalho escravo, nesse eixo, são promovidas ações socioculturais dirigidas especificamente para crianças, adolescentes, jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade, são realizadas atividades artísticas (teatro, dança, capoeira, percussão e incentivo à leitura), além de atividades educativas e informativas, usadas como ferramentas para formação cidadã comunitária, organização social e desenvolvimento do protagonismo das pessoas e coletivos mais vulnerados.

Inserção – qualificação profissional, nesse eixo, o CDVDH/CB trabalha na idealização, criação e prática de modelos, metodologias e sistemas alternativos para capacitação de vítimas do trabalho escravo e outras violações de Direitos Humanos, bem como de pessoas em situação de vulnerabilidade social, a fim de contribuir para o desenvolvimento pessoal, a inserção social e o exercício pleno da cidadania, conquistando seus direitos. No conjunto, busca-se a quebra do ciclo do trabalho escravo e o empoderamento dos/as trabalhadores/as resgatados/as, das famílias e comunidades. Para isso, realizam-se os trabalhos interligados envolvendo todas as equipes. Além das ações regulares realizadas pela organização, o CDVDH/CB tem o propósito de contribuir na elaboração de políticas públicas justas, equitativas e inclusivas, pautando no compromisso de lutar pela correta aplicação destas políticas e para que elas alcancem as pessoas mais pobres, exploradas e oprimidas.

Repressão – as ações são principalmente desenvolvidas por meio da realização de atendimentos sociojurídicos e psicossocial gratuito, de vítimas do trabalho escravo e outras

²¹ Risco de aliciamento: possibilidade de enganar e manipular para realização de práticas exaustivas de trabalho escravo.

violações de direitos humanos (BRASIL, 2017, p.04).

O Atendimento vai desde a recepção de denúncias, orientações, articulação com o grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho, ajuizamento de ações judiciais, encaminhamento e acompanhamento de processos judiciais, acolhimento e assistência a trabalhadores/as, apoio para emissão de documentação civil básica, apoio para o retorno de trabalhadores/as aos municípios de origem etc.

Os eixos de atuação do CDVDH/CB são bases norteadoras para o projeto Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão, o trabalhador e a família serão contemplados/as pelos eixos de prevenção, inserção e repressão que são integrados e se articulam para que possam alcançar condições de terem as vidas reinseridas na sociedade.

No ano de 2014, a RAICE trabalhou na construção e implementação de um projeto que somente, posteriormente, em 2017, iniciou a experiência piloto, aprimorando as ações que a entidade já desenvolvia no município de Açailândia e estendeu essa metodologia aos municípios de Santa Luzia, Pindaré Mirim, Monção Sede e Povoado de Juçareira, ambos no estado do Maranhão. Desde então, o projeto RAICE tem criado redes de atendimento e ações integradas para inserção de vítimas de trabalho escravo ou vulneráveis a ele, contando com parcerias da sociedade civil e poder público, levando até essas comunidades ações de atendimento sociojurídico e psicossocial gratuito, de vítimas do trabalho escravo e outras violações de Direitos Humanos e das famílias.

Assim posto, a formação cidadã pretende estimular o protagonismo social das pessoas envolvidas nas ações da instituição, contribuindo para formação de cidadãos ativos/as e defensores/as de Direitos Humanos, a fim de que eles/elas /as possam atuar de forma comprometida na luta por uma sociedade autônoma, capaz de se organizar e lutar pela efetivação dos direitos econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais, por meio de mobilizações sociais e da participação cidadã.

A participação popular é a mobilização do povo para participação nas ações de busca e garantia de direitos, por meio de ações populares, cursos de capacitação profissional para criação de alternativas de geração de emprego e renda nas comunidades, viabilização para inserção dos/as beneficiários/as em programas de elevação do grau educacional e articulação de parcerias no geral para sustentabilidade dos resultados, impulsionada pelas agentes de cidadania e da própria comunidade,

As ações de educação popular da RAICE se enquadram no eixo de prevenção e são desenvolvidas pela equipe sociocultural através das oficinas de dança, teatro e capoeira e têm atuação nas comunidades com filhos/as de trabalhadores/as resgatados do trabalho escravo, acontecem

mensalmente, baseadas no objetivo de combater a evasão escolar, fato que atinge essas realidades que são afetadas pela miséria, pelo tráfico de drogas e, por consequência, reflete em indícios de violências, conflitos familiares, trabalho/prostituição infantil e marginalidade. Além de retirar as crianças e adolescentes do estado de vulnerabilidade social, tendo em vista que essas são problemáticas que atacam severamente essas comunidades, o CDVDH/CB mantém o compromisso de combater essas mazelas através da ‘A ARTE A SERVIÇO DE UMA CULTURA LIBERTADORA’ que segue considerando o acesso à arte e cultura um direito fundamental do ser humano, o CDVDH/CB trabalha na perspectiva da difusão e valorização das diversas expressões, manifestação, saberes e tradições que fazem parte da identidade cultural dos participantes, usando-as como ferramenta de prevenção da exclusão social, de transformação pessoal, bem como de instrumento de conscientização social.

Corroboramos Freire (2019), quando coloca que a a educação é uma ferramenta para superação da condição de oprimido.

A violência dos opressores que os fazem também desumanizados, não restaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E essa luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se torna, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos (FREIRE, 2021, p. 20).

A educação deve estar a serviço de uma práxis pedagógica. Conforme Tardif (2012), a capacidade de ensinar não é inata, o professor não nasce para ser professor. Ele constrói essa capacidade a partir da interação com os outros, com a identidade pessoal e social, ou seja, através do processo de imersão nos diversos mundos socializados, para que seja conduzida de forma a favorecer o conhecimento, a aprendizagem e esteja a serviço da libertação das pessoas contra um sistema que aliena o homem.

Desse modo, para Gohn (2011), a educação não formal se dar nos espaços fora da escola, como em organizações sociais, entidades filantrópicas, que se responsabilizem em promover uma formação cidadã fora da educação formal e das estruturas escolares.

A educação não-formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados. Por isso ela também é muitas vezes associada à educação social, à educação popular e à educação comunitária. A educação não-formal estendeu-se de forma impressionante nas últimas décadas em todo o mundo como “educação ao longo de toda a vida” (conceito difundido pela Unesco), englobando toda sorte de aprendizagens para a vida, para a arte de bem viver e conviver (GOHN, 1999, p. 98-99).

Dessa maneira, o projeto RAICE desenvolve suas ações socioeducativas (aulas,

oficinas, formações e reuniões), com a intenção de oferecer formação social, política e humana aos seus/as participantes, no entanto, estas atividades acontecem nos mais variados espaços cedidos pelos/as próprios moradores, desde um terreiro em baixo de uma árvore até os salões paroquiais da comunidade, locais adequados para trocar experiências e compartilhar vivências entre os participantes e os/as educadores/as.

A busca de metodologias socioeducativas que respeite a diversidade dos seres humanos requer práticas interculturais que possibilite educação de diálogo entre diferentes grupos e culturas, capaz de favorecer um projeto de sociedade plural, democrático e humana (CANDAUI, 2008).

Nesse contexto, por meio do projeto RAICE, vem se travando compromisso com a efetivação de direitos sociais, compreendidos como aqueles que são inacessíveis pela grande maioria da sociedade (saúde, educação, transporte lazer), atendendo aos mais pobres oprimidos/as e garantindo alternativas que tem a arte e a cultura como possibilidades de uma vida digna que favoreça a emancipação humana.

[...] Os direitos sociais disciplinam situações subjetivas pessoais ou grupais de caráter concreto, sendo que os direitos econômicos constituirão pressupostos da existência dos direitos de sociais, pois sem uma política econômica orientada para a intervenção e participação estatal na economia não se comporão as premissas necessárias ao surgimento de um regime democrático de conteúdo tutelar dos fracos e dos mais numerosos (SILVA, 2010, p. 183).

A perspectiva de emancipação é refletida como categoria que se contrapõe às formas de domínio, exclusão e opressão estabelecidas e se expressa com caráter que possibilita o desenvolvimento de potencialidades humanas, em que os indivíduos sejam autônomos e livres, uma intencionalidade de transformação social (FREIRE, 2000).

O desafio da pesquisa foi o município de Açailândia, em virtude de ter acontecido o projeto piloto onde se iniciaram as metodologias da Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão - RAICE, porém, também, são assistidos pelo projeto os municípios de Santa Luzia, Pindaré Mirim, Monção Sede e Povoado de Juçareira, no estado do Maranhão.

A abordagem foi qualitativa “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o aspecto de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (BAUER; GASKELL, 2002, p.68).

Este estudo pautou-se por manter a ética e responsabilidade para com todos os sujeitos envolvidos direta e/ou indiretamente e foi protocolado ao Conselho de Ética da Plataforma Brasil, sob o número de 60916022.5.0000.5087.

O enfoque epistemológico é o modo como se constrói metodologicamente a pesquisa, a

partir de determinada perspectiva e posicionamento epistemológico.

Assim, esta pesquisa teve como enfoque epistemológico o materialismo histórico, que se propõe a análise dos fenômenos em uma perspectiva crítica, método capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no advento quanto na transformação, como construções humanas significativas (MINAYO, 1996).

O materialismo histórico-dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Por um lado, o materialismo dialético tem uma longa tradição na filosofia materialista e, por outro, que é também antiga concepção na evolução das ideias, baseia-se numa interpretação dialética do mundo. Ambas as raízes do pensar humano se unem para constituir, no materialismo dialético, uma concepção científica da realidade, enriquecida com a prática social da humanidade (TRIVIÑOS, 2008, p. 51).

Compreendemos que este facilitou a pesquisa, no sentido de entender os fenômenos de forma ampla e crítica nos aspectos sociais, históricos, culturais e econômicos. Nesse processo, o enfoque é fundamental, pois trata-se de análise que considera o posicionamento do investigador como eixo estruturante na produção científica (MONTEIRO, 2019).

Assim, a RAICE permite aproximação com crianças e adolescentes, pois todas as intervenções são em lócus, o que favorece conhecer determinantes históricos, econômicos e sociais, acompanhar a luta e os desafios vivenciados cotidianamente por cada participante, podendo, por meio das metodologias, articular estratégias que possam transformar essas realidades, por intermédio dos eixos estruturantes do CDVDH/CB: prevenção, inserção e repressão.

Uma das técnicas utilizada nesta pesquisa foi a entrevista, pois acreditamos que esta contemplaria a intencionalidade do estudo. Conforme Sakamoto (2001), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante conversação de natureza profissional. “Além de revelar anseios, frustrações, descrenças e esperanças, importo de participação, como igualmente certos momentos altamente estéticos da linguagem do povo” (FREIRE, 2021, p.147) .

As entrevistas realizaram-se com questões semiestruturadas, pois segundo Marsiglia (2006), é quando o pesquisador/a apenas coloca alguns tópicos para expressar o que pensa sobre eles. A entrevista foi realizada no dia 13/12/2021 às 9h00min com a equipe do CDVDH/CB, na sede da instituição, composta por nove pessoas: secretária executiva, secretário administrativo, agentes de cidadania, assistente social, coordenadora de formação cidadã, coordenadora das ações socioculturais, educadora de dança, educador de teatro, educador de

capoeira, com objetivo de dialogar sobre trabalho escravo contemporâneo, constituição do CDVDH/CB como ONG e suas reflexões acerca das ações socioculturais.

O segundo momento foi realizado dia 07/01/2022 às 14h00min com a equipe das ações socioculturais da RAICE, composta por oito pessoas: coordenadora de formação cidadã, educador de dança, educador de capoeira, educador de teatro e coordenadora da equipe, com intuito de compreender como se desenvolvem as práticas das ações socioculturais dança, teatro e capoeira sobre a perspectiva de metodologias socioeducativas.

As narrativas foram interpretadas e transcritas de forma sigilosa e ética, respeitando a originalidade dos discursos expostos e sendo articulada com literaturas que versaram sobre as temáticas refletidas. A intencionalidade perpassou para além de informações a confiabilidade, para que os entrevistados/as pudessem dialogar e, a partir desse processo, também construir um conjunto de conhecimentos.

As identidades foram resguardadas, de modo que não gerassem desconforto dos/as mesmos/as, para isso, foram nomeados os/as de modo fictícios. Outra técnica utilizada foi a Análise Documental, em que verificamos os relatórios do RAICE, a fim de compreender a sistematização das metodologias socioeducacionais no combate ao trabalho escravo no município de Açailândia-MA. A Análise documental, para Lakatos (2009, p. 188), “seria um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento de forma diferente. Seu objetivo consiste na reapresentação condensada da informação”.

Para tanto, com intuito de nos aproximar dos fenômenos da pesquisa, contaremos para o desenvolvimento dos capítulos três e quatro também com o método Círculo de Cultura “– espaço educativo, em que transitam diferentes subjetividades e convivem diferentes saberes - assume a experiência do diálogo de forma coletiva e solidária em todos os momentos do processo, de tal sorte que o produto – o conhecimento gerado – seja resultante dessas situações” (LOUREIRO; FRRANCO, 2011, p.21) e, ainda, em lugar de professor com tradições rigorosas e doadoras, o coordenador de debates. Ao invés de aulas discursivas, sugere o diálogo. Ao invés de alunos/as com hábitos passivos, o participante de grupo (FREIRE, 2021).

Por conseguinte, as atividades no círculo de cultura permitem a aproximação da realidade social vivenciada por esses sujeitos e, através do diálogo, mediatizar relações pessoais e sociais, em um movimento dinâmico de construção de saberes.

O círculo de cultural, dentro das metodologias da RAICE, é um caminho de transformação social e formação cidadã, que se desenvolve em uma “perspectiva intercultural de promoção a uma educação para o reconhecimento do outro e o diálogo entre os diferentes grupos socioculturais” (CANDAU, 2008, p. 52). Tendo em vista que se trata de um processo

livre que prioriza o diálogo ao invés de aula, um/a participante de grupo, ao invés de aluno/a com tradições passivas, que prefere as programações compactas no lugar de programas alienados e dos pontos (FREIRE, 2021).

A pesquisa versou sobre as condições éticas do Programa do Mestrado de Educação da Universidade Federal do Maranhão, assim como foi recolhido o preenchimento do formulário de Consentimento Livre Esclarecido dos sujeitos/as envolvidos com a pesquisa, respeitando os critérios de investigação e metodologia indicada na Resolução CNS 196/96 que contém as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisa envolvendo seres humanos.

A terceira etapa da pesquisa foi desenvolvida no município de Açailândia-Maranhão, nos Centros comunitários da Vila Ildemar e Vila Bom Jardim, com crianças e adolescentes das turmas de dança, capoeira e teatro, das atividades socioculturais do CDVDH/CB, e os/as educadores/as envolvidos/as no processo de ensino/aprendizagem desenvolvido pelas metodologias socioeducativas da equipe cultural da instituição.

Para alcançar os objetivos, desenvolvemos um percurso teórico metodológico que resultou na escrita de um mergulho nas ações socioeducativas do CDVDH/CB, buscando a compreensão desse processo, que se estrutura em três capítulos.

No primeiro capítulo, apresentamos o CDVDH/CB, com a historicização da instituição desde a fundação, percorrendo pela trajetória de combate às violações de Direitos Humanos, pautados nos seus três eixos de execução, e a constituição na atuação dentro dos Movimentos Sociais como organização não governamental, sob o ponto de vista da equipe, através de entrevistas, triangulando um contexto sócio-histórico do Brasil e no Mundo.

No segundo capítulo, utilizamos da análise de documentos, relatórios, vídeos, escritos e documentos da RAICE. Apresentamos o projeto de modo inicial e a perspectiva dos/as educadores/as que foram entrevistados, na intenção de caracterizar a Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão– RAICE e as metodologias socioeducativas como instrumento de prevenção ao trabalho escravo contemporâneo no Maranhão. Apresentamos, ainda, as experiências socioculturais desenvolvidas pela perspectiva artística cultural e como acontece esse processo de atividade subsidiada pela educação popular, utilizando a arte como ferramenta na conscientização dos direitos humanos e sociais.

No terceiro capítulo, descreveremos como as práticas socioculturais da RAICE, com: ‘dança, teatro, capoeira’ podem atuar em mediações socioeducativas para formação cidadã dos/as participantes, a partir das coletas de dados obtidas nos encontros dos círculos de cultura feito com crianças e adolescentes das turmas e os respectivos educadores/as populares, durante as oficinas, por meio de concepções diante das palavras geradoras.

Compôs o terceiro capítulo o produto desta dissertação elaborado nos círculos de cultura, através da metodologia do fanzine, descrevemos aqui uma intenção de como foram elaborados os encontros com as turmas para confecção dos fanzines.

Na relação desta pesquisa/estudo, pretendemos contribuir para compreensão e sistematização das metodologias socioeducativas adotadas pela equipe. Compreendemos que partindo da execução consciente dessas metodologias, esse processo pode ser útil para outras instituições e pessoas que também atuam na educação de crianças e adolescentes, por meio das atividades artísticas, esportivas e culturais.

2 TRABALHO ESCRAVO: MARCAS DA TRISTE TRAJETÓRIA DA EXPLORAÇÃO NO BRASIL

Nesse capítulo, procuramos responder ao primeiro objetivo específico: historicizar o Centro de Defesa da Vida e Direitos Humanos Carmem Bascarán – CDVDH/CB, sua atuação no combate às violações de Direitos Humanos, enfatizando a primordial linha de atuação desde a fundação, em 18 de novembro de 1996, aliando as experiências da Organização Não Governamental com os Direitos Sociais e sua atuação dentro dos Movimentos de Militância Social, interligando à realidade de Açaíândia e região com graves condições de desumanidade ligadas às questões trabalhista, por meio da visão de alguns autores, considerando a atual conjuntura e a repaginação do trabalho escravo, e como a instituição vem encontrando mecanismos que atuam como ferramentas de prevenção, por meio da educação popular, da mobilização social e das atividades socioculturais.

Seria muita pretensão querer aqui sanar os questionamentos e as indagações que temos no tocante à escravidão. No entanto, não precisa ser nenhum grande teórico para saber que a escravidão é um conceito conhecido no mundo todo como forma de trabalho forçado, em que as liberdades individuais inexistem (MACHADO, 2014). Por isso, faz-se necessário o mínimo de entendimento e reflexão para compreender que esse contrassenso histórico ainda não foi devidamente reparado. Ao considerar a dificuldade de se estabelecer um conceito satisfatório para tamanho desatino, já que é possível que o impasse se deva, sobretudo, ao fato de que a escravidão, ao contrário do que muitas vezes se tem insistido, não seja um status, mas um processo (CARDOSO; REDE; ARAÚJO, 1998).

Discorreremos aqui de uma movimentação complexa e dinâmica que se apresenta com certa evolução e fluidez, que se reformula para se adequar a conjunturas políticas e sociais que atravessam décadas durante a história desse país, o que funciona como estratégia para dificultar ainda mais nossa compreensão para, possivelmente, desenvolver mecanismos de rompimentos desse sistema perverso.

Nesse sentido, é importante iniciarmos pontuando a categoria trabalho. Ancoradas teoricamente em Karl Marx, a compreendemos como fenômeno fundante da vida humana e, por meio dele, estabelece-se a conexão entre o homem e a natureza.

Antes de tudo o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla a natureza. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mão, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1996, p. 297).

Na medida em que o homem tira da natureza os recursos para satisfazer suas necessidades básicas, ele também se transforma e se modifica. A sociedade tem no trabalho a sua base, pois este é uma condição necessária e obrigatória de sobreviver no mundo, precisamos de alimentação, vestimentas, habitação e outras necessidades básicas que geram despesas que conseguimos suprir por meio do trabalho da venda de mão de obra. Por isso, o trabalho é extremamente importante para nossa construção social e dignidade.

No entanto, vivemos em uma estrutura capitalista que explora e mercantiliza as relações e as pessoas. O capital torna o trabalhador um objeto do lucro e, assim, passa a desumanizá-lo e escravizá-lo por ganância e poder. A escravidão no Brasil teve início por volta dos anos de 1930, quando as medidas de colonização da América portuguesa foram implantadas efetivamente para atender as demandas dos portugueses por mão de obra para trabalhar na lavoura. O processo de escravização, inicialmente, teve como vítima os indígenas, mas logo se transferiu para a população africana que foi arrancada de seu continente e trazida a força em condições desumanas para as terras brasileiras dentro dos porões dos Navios Negreiros, conforme nos revelam os versos de Castro Alves:

São os filhos do deserto,
Onde a terra esposa a luz.
Onde vive em campo aberto
A tribo dos homens nus...
São os guerreiros ousados
Que com os tigres mosqueados
Combatem na solidão.
Ontem simples, fortes, bravos.
Hoje míseros escravos,
Sem luz, sem ar, sem razão. . . (CASTRO ALVES, 1869, s/p)

Com o sofrimento que sucumbia a condição humana dos cativos, muitos não resistiam à travessia pelos longos e desesperadores dias de viagem nos porões dos navios e se atiravam ao mar, na tentativa de escapar do inferno que ainda estava por vir, e partiam desse plano com as lembranças da vida feliz e fraterna que um dia tiveram junto as suas raízes. Essas pessoas originavam-se de vários lugares do continente Africano, tinham costumes e dialetos diferentes. Segundo o historiador Boris Fausto, no livro *História do Brasil*.

No século XVI, a Guiné (Bissau e Cacheu) e a Costa do Marfim, ou seja, quatro portos ao longo do litoral do Daomé, forneceram o maior número de escravos. Do século XVII em diante, as regiões mais ao sul da costa africana – Congo e Angola – tornaram-se os centros exportadores mais importantes, a partir dos portos de Luanda, Benguela e Cabinda. Os angolanos foram trazidos em maior número no século XVIII, correspondendo, ao que parece, a 70% da massa de escravos trazidos para o Brasil naquele século (FAUSTO, 2013, p. 46).

Esse período de exploração do trabalho e da dignidade humana está marcado na construção da história desse país e reflete profundamente nos moldes da nossa sociedade. Como diz Marcelo Gonçalves Campos (2021, p.30), “O modelo de produção brasileira, desde o período colonial, baseou-se na utilização de mão de obra escravizada”. Fruto disso, temos um país de relações raciais e sociais extremamente contaminadas até os dias atuais, isso está refletido no racismo, na divisão de classe, nas marcações territoriais, dentre outros fatores de exclusão do povo que descende dos povos africanos colonizados.

Para romper com o regime escravocrata que tinha se instalado no Brasil durante muitos anos, a história quis nos fazer acreditar na tão santificada Lei Áurea que, em tese, teria a função de abolir a escravidão, como afirma Machado (2014):

No Brasil, a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, significou legalmente o fim da escravidão. A partir desta lei passou ser proibido o domínio de um homem sobre outro, ninguém mais tem o apoio da lei para forçar uma pessoa a trabalhar sem remuneração, ou ser forçado a exercer funções trabalhistas que não sejam de sua livre vontade (MACHADO, 2014, p. 8).

Porém, como mulher negra que descende de um povo que tem sangue de luta e resistências na sua ancestralidade, não posso me permitir seguir, perpetuando, essa história contada através de um ponto de vista eurocêntrico, classista, elitista e mentiroso. A escravidão é uma categoria política, portanto, parte de um lugar de resistência e luta. Dito isso, o trabalho escravo que é legalmente um crime carece ser combatido, tanto pela sociedade quanto por grupos sociais, por Organizações Não governamental ou empresas privadas brasileiras (COSTA, 2010). É necessário que aos negros/as seja dado o que é dos negros/as, inclusive a real história por trás de tudo que aprendemos de forma distorcida. As pessoas escravizadas sempre lutaram contra esse regime escravagista, a resistência sempre esteve presente, mesmo que de forma contida, por serem submetidos a castigos desumanos, por vezes, pagarem até com a própria vida.

Era comum “registros de fugas de escravos, (...) em diversas partes do país, a partir do século XVII até as vésperas da abolição”. Essas fugas não eram apenas para escapar dos castigos, ou para gozar liberdade por um período de tempo visto que a cor da pele o condenava, mas como forma de demonstrar que não aceitavam a escravidão (MACHADO, 2014, p. 9).

Os quilombos também eram e são formas de resistência, organização e levante contra os grandes senhores de escravos, o que implica afirmar que a Lei Áurea não foi a salvação desse povo nem tampouco acabou com a escravidão, grandes empresários e latifundiários driblavam a lei e continuavam mantendo a prática em terras, fazendas e empresas. Jorge Luís Rodrigues dos Santos coloca que:

Na prática, quando foi assinada, só 5% do povo negro viviam sob regime de escravidão. Os demais tinham conseguido a libertação por meio dos próprios esforços. Podemos dizer, no máximo, que serviu como estratégia para dar à população negra respaldo de libertação jurídica. Não teve como preocupação fixar as comunidades negras na terra e garantir as terras nas quais já viviam, reconhecida pelas próprias leis dos dominantes (GELEDES, 2010, [online]).

A falácia da libertação está pautada na ausência de consciência da própria população em massa, parafraseando Harriet Tubman: “libertei mil escravos. Podia ter libertados outros mil se eles soubessem que eram escravos” (2019). O fato é que o modo de escravização das vidas humanas se repaginou e, atualmente, vem se perpetuando de forma tão severa quanto no período da colonização. “A proibição da exploração de trabalhadores como escravos em 1888 não teve como consequência a transformação daqueles escravos em trabalhadores livres” (CAMPOS, 2021, p. 30). O que agrava ainda mais os fatos, quando nos damos conta que mesmo depois de tanta luta tanto sangue derramado, a maldade humana impera, a ponto de reformular a maneira de retirar a liberdade e a dignidade humana com tanta perversidade, percebemos que a escravidão ainda não acabou.

Se em pleno século XXI, após mais de 120 anos de abolição, ainda existe, no Brasil, um sistema que oprime as pessoas, deslegitimando a condição humana e social de trabalho a ponto de submetê-las a condições bárbaras de sobrevivência, para que serviu a lei que libertou as pessoas escravizadas?

A maneira como exploradores e explorados se relacionaram após a abolição da escravatura pouco mudou. Se não mais eram formalmente escravos, também não eram livres no sentido de poder oferecer sua mão de obra em troca de salários. Ao contrário, não havia qualquer legislação laboral, qualquer direito e, especialmente trabalhadores rurais, irão observar uma nova forma de cativo ao longo do final do século XIX e por grande parte do século XX (CAMPOS, 2021, p. 30).

Percebemos notoriamente que se mantêm viva e forte as formas de exploração da dignidade humana, através de novas estratégias de negação da liberdade dos trabalhadores/as que perseveram no trabalho a conquista pela dignidade. Mas, o que seriam essas novas formas de exploração? Como são chamadas? Traremos aqui alguns conceitos para fomentar nossa pesquisa e nos possibilitar maior compreensão acerca da temática. O Código Penal Brasileiro, no art. 149, apresenta o seguinte conceito de trabalho análogo ao de escravo.

Art. 149 - Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto (...).

Mesmo com a definição do Código Penal, a bancada ruralista que preserva os interesses dos grandes empreendedores rurais defende que há imprecisão no referido conceito

(CONFORTI, 2014). Atualmente, muito se fala em uma nova configuração de exploração do trabalho, vários espaços vêm discutindo essa temática, inclusive a academia, na intenção de aprofundar o debate que está pautado na fragilidade das relações trabalhistas que tem como graves efeitos o alto índice de desemprego, bem como a oferta de baixos salários ou até mesmo a exploração indevida de mão de obra.

Ruth Vilela (2006) alerta para uma reflexão propícia, de forma muito contundente, ao afirmar que:

[...] quando você começa a comparar, ponto a ponto, quase chega à conclusão que a escravidão contemporânea, sob determinados e específicos aspectos, é pior que a escravidão “clássica”, não querendo minimizar esta escravidão. [...] O trabalhador escravo de hoje, com certa fartura de mão de obra, é descartável. Ele não tem valor econômico, valor de mercado, como tinha o escravo negro. E por mais que fossem comuns os castigos corporais etc. O senhor de escravos tinha que tomar algumas providências para manter o escravo saudável. O escravo de hoje, não; ele é inteiramente descartável (VILELA, 2006, p. 34).

O nível de desvalorização em prol da ganancia e ambição é estarrecedor, no entanto, Paulo Freire (1987) já nos alertava para “desumanização, que não se verifica, apenas nos que tem sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam” (p.16). A condição de descarte humana é assombrosa, pois “para os opressores o que vale é ter mais, e cada vez mais, à custa, inclusive, do ter menos ou do nada ter dos oprimidos, para eles, é ter e ter como classe que tem” (FREIRE, 1977, p.25), vivemos em um país que não superou a escravidão após tantos anos, e é ainda pior, não reconhecer o atraso da legislação, das políticas públicas de efetivação das leis trabalhistas, que ainda deixam brechas para que crimes dessa magnitude sejam vivenciados, sem sequer serem questionados ou compreendidos pela sociedade brasileira.

Há que se considerar que mesmo após a abolição da escravidão, a tão almejada cidadania não aconteceu em plenitude e alguns trabalhadores/as permanecem sem condições dignas de sobrevivência. Pois, ainda falamos de um povo que desconhece a verdadeira história, portanto desconsideram que ainda existem pessoas escravizadas, e que seres humanos são desumanizados pela ganância e dinastia dos algozes que evidenciam impiedosamente essa prática hedionda. Somente no final da ditadura militar, após grande mobilização social, travada por muitas lutas e pressão, com a Constituição federal que nasceu a política pública de combate ao trabalho escravo, iniciada na década de 1990 e que se tornaria referência nacional e internacional (CAMPOS, 2021).

O livro *Atlas Político-Jurídico do Trabalho Escravo Contemporâneo no Maranhão*, organizado pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán – CDVDH/CB, nas páginas iniciais, ao apresentar o conteúdo incluso no livro, expõe que: “cerca

de 12 milhões de seres humanos vivem das migalhas que a burguesia e o capitalismo deixa cair em suas mesas” (2011, p.19), pessoas sonhadoras, cheias de esperança de que são manobradas pelas mentirosas propostas de emprego. Segundo estimativas da Comissão Pastoral da Terra (CPT):

Existe no Brasil hoje, mais de 25 mil pessoas são escravizadas, consequência da miséria e da ganância. São homens, mulheres e crianças aprisionados, lidando com os piores trabalhos possíveis, sobre as mais degradantes condições, sujeito às mais variadas formas de violência, a quem são negados os direitos mais essenciais, como o simples direito de ir e vir (Atlas político-jurídico, CDVDH/CB, 2011, p. 19).

Pessoas que estão expostas a uma vida ínfima de dignidade, com total escassez do mínimo para sobrevivência, enfrentando condições degradantes de trabalho, longe de casa, sem nenhuma possibilidade de comunicação, sem condições de retornar aos próprios lares, por se encontrarem completamente submissos aos patrões, que além de aplicarem dívidas pela aquisição do material de trabalho, retêm todas as documentações desses trabalhadores.

a exclusão da sua rede de solidariedade e os estereótipos regionais exacerbam a vulnerabilidade da vítima do trabalho escravo, o que torna a dívida inevitável, dificulta a fuga e impede a denúncia por parte dos que conseguem fugir, pois eles não têm em quem confiar. Sem conhecer o local de trabalho e os companheiros, o estranhamento e o medo permeiam a trajetória do trabalhador escravizado (COSTA, 2010, p.93).

Portanto, notamos que esses determinantes dificultam os trabalhadores de saírem dessa condição, ou seja, fazem com que eles permaneçam vítimas dessa grave violação. Concordamos com Costa (2010, p.74), “não existem condições para o exercício pleno da sua cidadania”. A cartilha *Escravo, Nem Pensar! Programa Brasil Alfabetizado*, produzida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a ONG Repórter Brasil trazem orientações importantes sobre o trabalho escravo, atualmente. Com base nessa leitura, trouxemos aqui algumas das características utilizadas nesse novo contexto.

- Isolamento geográfico: os trabalhadores são levados para regiões distantes de suas moradas, na maioria das vezes, outros estados, as propriedades de trabalho quase sempre são dentro da floresta, quilômetros de distância das estradas, deixando os trabalhadores sem nenhuma comunicação e sem ideia alguma da localização geográfica em que se encontram.
- Ameaças físicas e psicológicas: os trabalhadores trabalham sob pressão, sempre vigiados, pelos capatazes ou gato das fazendas, sendo ameaçados de morte, caso arrisquem fugir, são chamados de fracos, covardes, incapazes, rapidamente a autoestima baixa, o medo toma conta e a coragem vai se esvaindo.

- Retenção de documento: logo que chegam no recinto, tem suas documentações como RG, CPF e carteira de trabalho retidas, o que inibe ainda mais a tentativa de fuga.
- Servidão por dívida: todo material de trabalho utilizado pelo trabalhador, incluindo o traslado de chegada à fazenda que é anotado em um caderno, ilegalmente descontado do salário, em que se cria uma dívida falsa em valor muito superior ao que eles ganham, assim eles não conseguem voltar para casa, por acreditarem que nunca quitam a dívida.
- Gato: figura que alicia a mão de obra dos trabalhadores para os trabalhos na fazenda, também é conhecido como empreiteiro.
- Peão de trecho: trabalhador que não consegue se livrar da escravidão, vive mudando de uma fazenda para outra, mas sempre no ciclo vicioso.

As categorias anteriormente apresentadas são termos de conceituação utilizados em espaços comuns da realidade do trabalho escravo contemporâneo, essas termologias estão alicerçadas em pesquisas desenvolvidas pelas principais instituições no combate ao TE. Trazendo o fato histórico para uma realidade mais local do ponto de vista geográfico, observamos como é triste encarar a cruel realidade de que o Maranhão ocupa lugar de destaque entre os estados que mais fornece mão de obra para o trabalho escravo, e grande parte dos trabalhadores resgatados em outros estados são maranhenses. Nesse contexto, o Pará, estado vizinho, ganha destaque (CDVDH/CB, 2011).

Segundo informações do Portal de Inspeção do Trabalho, ações são realizadas por Auditores Fiscais do Trabalho do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) e das Unidades Regionais, em 2021, resgatou 1.937 trabalhadores/as que estavam sendo explorados em condições de escravidão contemporânea (análogo a escravo), através da realização de 443 ações fiscais de combate ao trabalho escravo em todas as unidades da Federação, referente a esse quantitativo, 247 ações não obtiveram resgate (56%) e 196 ações com resgate (44%).

Apresentamos dados de alguns dos estados que apresentam número expressivo de incidência, ações realizadas e trabalhadores/as resgatados/as.

Tabela 1: Dados de trabalhadores resgatados no ano de 2021.

Estados	Ações	Trabalhadores/as Resgatados/as
1º Mato Grosso	99	768
2º Goiás	49	304
3º São Paulo	25	147
4º Pará	30	110
5º Mato Grosso do Sul	17	81
6º Espírito Santo	19	81
7º Rio Grande do Sul	09	76
8º Bahia	11	69
9º Maranhão	26	62
10º Ceará	15	42

Fonte: Inspeção do trabalho.

No estado do Maranhão, foram 26 ações direituras, com quantitativo de 62 trabalhadores resgatados, a fonte não especifica duas condições pertinentes ao TE no estado, se estes/as trabalhadores/as sofreram tráfico interurbano, ou se são escravizados em fazendas do próprio estado. O perfil social das pessoas resgatadas é de 90% homens; 47% tinham nascido na Região Nordeste; e 80% se autodeclararam negros ou pardos, 17% brancos e 3% indígenas. Do total, 6% dos trabalhadores resgatados em 2021 eram analfabetos. Dentre as atividades econômicas de exploração desses trabalhadores/as, destacam-se:

Tabela 2: Dados das atividades econômicas dos/as trabalhadores resgatados.

Atividades econômicas	Resgatados/as
1º Cultivo de café	310
2º Cultivo de alho	215
3ª Produção de carvão vegetal	173
4ª Preparação de terreno	151
5º Cultivo de cana-de-açúcar	142
6ª Criação de bovinos para corte	106

Fonte: Inspeção do trabalho.

Diante da realidade apresentada, percebemos que nosso estado está entre os dez que ocupam lugar de destaque no quantitativo de incidência ao trabalho escravo, entre as atividades, destacamos a preparação de terreno, em que esses trabalhadores/as estão em condições de manuseio da terra para preparação do plantio, expostos a condições degradantes de trabalho. Portanto, é significativo o número de ações para resgate de trabalhadores.

O fato de o Maranhão ser um estado altamente carente de infraestrutura, com número expressivo de pessoas semianalfabetas e completamente analfabetas, “cerca de 20% nunca chegou a frequentar escola e geralmente é original da Região Nordeste, sobretudo do estado do Maranhão” (COSTA, 2010, p.69), com um dos maiores índices do país de desigualdade social, número altamente expressivo de pessoas que vivem no campo sem a menor relação com as atividades urbanas, estado de forte expressividade na agricultura familiar, total predominância na economia agrícola e que a estrutura fundiária está altamente concentrada. Não é difícil detectar a evidente situação de miséria que prontamente expõem essas pessoas à condição de escravidão.

Se a pobreza relacionada à renda tem cor e sotaque predominante no Brasil, as privações ligadas às necessidades que deveriam ser atendidas pelo Estado Brasileiro,

também são particularmente sentidas por essa parcela da população, principalmente ‘no que se refere à garantia do cumprimento dos direitos trabalhistas. Quanto piores as condições de vida, mais dispostos estarão os trabalhadores a correrem os riscos do trabalho longe de casa (CARDOSO, 2010, p. 57).

Isso implica compreender que quanto menor a condição social, as vulnerabilidades e a falta de acesso, maior a probabilidade de um trabalhador se submeter a condições precárias de trabalho escravo, pois alguns deles veem na possibilidade de emprego uma forma de ascensão, melhoria na qualidade de vida, tanto para si quanto para família, o que os torna presa fácil para os aliciadores. A pobreza no Brasil é o principal fator da escravidão contemporânea que aliada à ausência e descompromisso do Estado em promoção de ações focadas na contenção da incidência do trabalho escravo, potencializa a prática desse crime perverso.

Sendo mais específica e contextualizando de forma mais direta nossa realidade, o município de Açailândia, fronteira com o Pará, é apontada como a de maior ocorrência da prática de trabalho escravo contemporâneo no estado, assim como uma das cidades que mais fornece esse tipo de mão de obra (CDVDH/CB, 2011, p. 32).

É exatamente o fruto da preocupação com o grande risco que trabalhadores de Açailândia e região vinham sofrendo, com a atuação do trabalho escravo e a omissão do poder público frente a essa violação da integridade humana, que um grupo de leigos missionários, junto a outros militantes e lideranças da sociedade civil, juntaram-se e fundaram o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán (CDVDH/CB), para lutar de forma organizada e combater as tantas violências sofridas por esse seres humanos.

O centro para mim é um ideal de luta, um ideal de modelo de sociedade, é um espaço de construção de luta e organização, um espaço de refúgio que serve para mim como base para criar lutas por e para o povo. E dentro dessa amplitude uma criança pode falar que é um centro de capoeira, outra pessoa pode dizer que é lugar de atendimento, uma mulher pode dizer que é sororidade e espaço de construção. Mas para mim é um ideal muito abrangente e é um espaço de construção, defesa e refúgio (BRUXA, entrevista em 13/01/2021).

Desde a fundação, o CDVDH/CB luta incansavelmente pela dignidade da vida de pessoas que são desumanizadas pela prática violência do trabalho escravo em todo o Brasil, realizando trabalho em rede com outras organizações para tornar fato o que a constituição federal assegura a todas as pessoas trabalhadoras desse país.

A escravidão contemporânea segue destruindo sonhos e derramando sangue das pessoas mais empobrecidas, através da ganância e exploração dos algozes que vivem reproduzindo o maldito capitalismo. Neste sentido, aproveitamos a voz de nosso escritor regional, “Xico Cruz”, que exclama:

Não! Não estou no Brasil de 500 anos atrás,
 Não! Não cheguei aqui em um navio negreiro,
 Não! Não fui raptada em uma tribo,
 Não! Não tenho correntes,
 Não! Não conheço a princesa Isabel.
 Sou Antônio, Antônio Gomes, Antônio Pedra
 Moro na periferia as margens da agonia, perto do barulho
 do trem de ferro, trem de escuridão.
 Escravocratas não passarão!
 Pedi emprego, me algemaram
 Pedi salário me jogaram em um curral
 Não tenho vergonha de dizer que preciso trabalhar, mas não na escuridão
 Escravocratas não passarão!
 (Xico Cruz, 2015, s/p)

O estado do Maranhão, por ser uma localidade acometida com tantas mazelas sociais, tem despertado inquietações em algumas pessoas da sociedade civil organizada, isso tem impulsionado a criação e atuação de coletivos comprometidos com as causas sociais a lutarem de maneira pela conquista de direitos junto aos coletivos mais pobres e explorados, como o CDVDH/CB mostra no decorrer de sua história.

2.1 Trajetória do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán

O CDVDH/CB é uma ONG sem fins lucrativos que iniciou a caminhada há 25 anos no Maranhão, a partir de movimentos populares de base, com o propósito da efetivação e conquista dos direitos das pessoas, dos coletivos e das comunidades mais vulneráveis. Desde a fundação, em 1996, chamava-se apenas Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos, posteriormente, no ano de 2010, em homenagem a Carmen Bascarán Collantes, membra fundadora da entidade, a ONG passou a agregar seu nome após aclamação em Assembleia Geral Ordinária, passando a chamar-se pelo nome e sigla utilizados nesta dissertação.

Como regem as definições estatutárias, a instituição é administrada por um grupo de associados/as e tem como corpo administrativo a Assembleia Geral, o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal. Sendo que o Conselho Diretor é formado por três associados/as eleitos em Assembleia Geral, um/a Secretário/a Executivo/a e um/a Secretário/a Administrativo/a, para que estas coordenem a execução das ações e dos projetos da organização, respeitando as prerrogativas legais desta, conforme determina o artigo 13º do estatuto no qual consta que do CDVDH 2009. p.5: “Parágrafo 1º - O Conselho Diretor delegará poderes, através de mandato, ao Secretário (a) Executivo (a) e Secretário (a) Administrativo para que estes assumam as funções previstas neste Estatuto e as atividades programadas no planejamento anual.”

Para garantir o funcionamento das atividades, fica a cargo dos/as secretários/as executivo/a e administrativo/a contratarem profissionais que comporão a equipe executiva que é responsável pela execução das atividades implementadas para cumprimento dos objetivos da organização. Atualmente, a composição executiva é de sete pessoas, contratados/as para coordenar ações, equipes e projetos da ONG, os/as quais atuam sob a coordenação geral.

Art. 5º - O CDVDH/CB é constituído por um número ilimitado de associados/as sendo eles/as: a) associados/as fundadores/as, b) efetivos/as c) beneméritos/as.

Art. 6ª - são fundadoras/as pessoas físicas que participam efetivamente do processo de fundação da organização.

Art.7º - efetivos/as pessoas físicas, maiores de 18 anos, ou maiores e 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) legalmente autorizadas, independente de classe social, nacionalidade, classe, sexo, raça, cor ou crença religiosa, que queiram contribuir de alguma maneira para a consecução dos objetivos do CDVDH/CB.

Art. 8º - beneméritos/as, pessoas físicas que pela elaboração ou prestação de relevantes serviços às causas da organização, fizeram juiz a este título, escolhidos/as a critério da diretoria e ratificados/as pela Assembleia Geral (CDVDH/CB 2009 p. 2-3).

Com a missão de defender a dignidade da vida, que for mais ameaçada, bem como os Direitos Humanos mais desrespeitados, busca dar atenção privilegiada às pessoas mais empobrecidas, exploradas e oprimidas. Assim, o CDVHD/CB tem como eixo central o combate ao trabalho escravo, sendo ele abordado como origem e consequência de múltiplas desigualdades e injustiças estruturais que caracterizam o atual sistema socioeconômico.

O CDVDH/CB é uma Organização Não Governamental/ONG, sem fins lucrativos, fundada em 18 de novembro de 1996. Desde sua criação até o ano de 2010, denominava-se apenas por Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos/CDVDH. Ano em que, em homenagem à espanhola Carmen Bascarán Collantes, membro fundadora da entidade, a ONG passou a agregar o seu nome mediante votação em Assembleia Geral Ordinária realizada deste mesmo ano, passando a denominar-se pelo nome e sigla utilizada neste trabalho (SILVA, 2013, p. 59).

Com atuação legítima em Açailândia e região, durante todos esses anos, acompanhou junto ao crescimento da cidade o aflorar de outras graves violações de direitos humanos e sociais, o que reforçou sua luta, na perspectiva de uma organização feminista, antirracista, anti LBGQTQIA+fóbica e anticapitalista que promove a sustentabilidade ambiental e o respeito da diversidade como fatores chaves de desenvolvimento global desde a atuação local, a partir do protagonismo de cada pessoa e comunidade como mecanismo de transformação.

O CDVDH/CB trabalha através de ações integradas que contribuem para diminuir fatores de vulnerabilidade que são chave no combate à escravidão contemporânea e outras violações de Direitos Humanos no Maranhão. De acordo com D. Pedro Casaldaliga:

O Centro de Defesa de Açailândia vem assumindo exemplarmente a causa do trabalho digno, verdadeiramente humano, denunciando o trabalho que desumaniza e conscientizando o povo trabalhador, mais concretamente nestas fazendas do latifúndio iníquo e nas carvoarias onde queimam as pessoas juntamente com a lenha (BASCARAN et al., 2007, p. 13).

Atuam, desde sua sede, centros comunitários e núcleos, interligando estratégias de ação para o enfrentamento de violações de direitos individuais e coletivos, através da promoção do acesso à justiça e reparação de danos, por meio do atendimento sociojurídico comunitário gratuito, que incluem orientações e encaminhamentos a políticas públicas disponíveis, até casos emblemáticos de alta complexidade que demandam acompanhamento social e representação jurídica à longo prazo; interligando esta linha a ações de prevenção de violações de direitos e fortalecimento comunitário, por intermédio de ações específicas de empoderamento de vítimas, famílias e comunidades de alta vulnerabilidade onde o CDVDH/CB incide, através da formação cidadã e a organização comunitária para conquista de direitos e idealização de novas alternativas de desenvolvimento social que partem do questionamento sobre o atual modelo socioeconômico.

A administração da organização é feita por um grupo de associados, como define o estatuto, compõe conselho fiscal, diretor e consultivo, um corpo administrativo e assembleia geral. O conselho diretor é formado por três associados eleitos em assembleia geral, mais um/a secretário/a executivo/a e um/a secretário/a admirativo/a. A equipe geral se estrutura em subdivisões organizada, normalmente formada pelas/os coordenadoras/es de atividades e projetos, os quais dão o direcionamento das ações realizados de forma articulada.

Com forte intervenção na perspectiva de combate as mais variadas violações sociais ora latentes em Açailândia – MA e municípios vizinhos, sempre firmes na missão de defender a vida, subsidiar a garantia dos direitos humanos, sociais, econômicos, ambientais e culturais dos/as sujeitos/as, o CDVDH\CB articula a estratégia de ação, adotando metodologia própria que é subdividida em três eixos de intervenção e atuação social.

Prevenção - as atividades realizadas neste eixo se relacionam às ações socioculturais (teatro, dança, capoeira) realizadas por equipe de educadores/as socias, que se utilizam dessas modalidades como ferramentas de aproximação das crianças, adolescentes e jovens de famílias em situação de vulnerabilidade, visando conscientização popular, por meio da arte e da

formação cidadã, a organização social e o desenvolvimento do protagonismo das pessoas e dos coletivos mais vulneráveis. Ademais, nas turmas, são montados performances, espetáculos e coreografias que tratam sobre temáticas de relevância social, as quais são apresentadas em espaços alternativos, escolas, associações e praças públicas, com objetivo de levar a Arte denúncia à sociedade e incentivar o protagonismo de nossas crianças, adolescentes e jovens.

O Centro ele funciona primeiro a partir de linhas de trabalho, e aí as equipes entram a partir dessas linhas, tem na linha de prevenção com a intenção de prevenir que as pessoas tenham os seus direitos violados, e dentro dessa linha temos a equipe sociocultural que trabalha com crianças e adolescentes, também temos a formação cidadã que faz esse processo no nível I II e III o nível I com crianças e adolescentes, nível II com a comunidade e III com a própria equipe [...] (MULHER MARAVILHA, entrevista em 13/01/2021).

Repressão - nesse eixo, as ações são principalmente desenvolvidas através da realização de atendimentos sociojurídicos e psicossocial gratuito, de vítimas do trabalho escravo e outras violações de Direitos Humanos e respectivas famílias. Atendimento este que vai desde a recepção de denúncias, orientações, articulação de fiscalizações com o grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho, ajuizamento de ações judiciais, encaminhamento e acompanhamento de processos judiciais, acolhimento e assistência a trabalhadores/as, apoio para emissão de documentação civil básica, apoio para o retorno de trabalhadores/as aos municípios de origem.

[...] temos a linha da repressão que já traz as equipes de atendimento sociojurídicos que é justamente depois que acontece a violação de direitos humanos e essas pessoas precisam ser atendidas, e nessa equipe nós temos atendimento social e jurídico dessas vítimas de violações [...] (MULHER MARAVILHA, entrevista em 13/01/2021).

Inserção - o CDVDH/CB trabalha na idealização, criação e prática de modelos, metodologias e sistemas alternativos para capacitação de vítimas do trabalho escravo e outras violações de Direitos Humanos, bem como de pessoas em situação de vulnerabilidade social, a fim de contribuir para o desenvolvimento pessoal, a inserção social e o exercício pleno da cidadania, conquistando seus direitos. Nesse eixo, são realizados curso e oficinas profissionalizantes, com intenção de promover o protagonismo financeiro e a dignidade desses/as sujeitos (Relatório anual CDVDH/CB 2017/2019).

[...] e por últimos temos a linha da inserção que continua basicamente as mesmas equipes vendo com as comunidades maneiras de inserir essas pessoas no mercado de trabalho para ascenderem profissional e humanamente, encontrando caminhos de evolução e protagonismo se tornando assim pessoas mais plenas no gozo da sua dignidade [...] (MULHER MARAVILHA, entrevista em 13/01/2021).

Imagem 15: Organograma estrutural da metodologia do CDVDH – Açailândia/MA.



Fonte: CDVDH.

Para execução funcional da instituição, é arranjada uma composição subdividida em: captação, administração e mobilização de recursos, centros comunitários e agentes de cidadania, formação cidadã, comunicação social, atendimento comunitário e ações socioculturais. Essa estrutura é organizada por equipes e coordenações que são responsáveis pela operacionalidade das atividades diárias do CDVDH/CB. Segundo a entrevistada,

Temos a nossa sede em Açailândia atualmente com três núcleos, centro comunitário da Vila Ildemar, Capellosa e Bom Jardim e ainda a atuação em Pindaré Mirim, Santa Luzia e em Monção mais especificamente no povoado de Juçareira, através dos nossos agentes de cidadania que também fazem parte dessa equipe sociojurídica, que na verdade é uma equipe de atendimento comunitário (MULHER MARAVILHA²², entrevista em 13/01/2021).

A exemplo de atividade que estruturam o funcionamento da ONG, a entrevistada nos relata que:

Por exemplo nas atividades socioculturais temos o grupo afirixê que é um grupo de dança que se insere no mercado de trabalho através da arte e da cultura, então foi um caminho que o centro encontrou para que essas crianças e adolescentes que saíssem das atividades de base depois de completar os dezoito anos conseguissem se inserir posteriormente no mercado de trabalho. Bem como articulação de cursos de capacitação, isso se deu a partir da RAICE onde o centro tem abrangência não só local, mas conhecido internacionalmente enquanto abrangência de incidência no maranhão inteiro chegando até quase o bico do papagaio, dependendo de onde os trabalhadores vem (MULHER MARAVILHA, entrevista em 13/01/2021).

Cada uma dessas equipes desenvolve funções extremamente importantes para que o trabalho da instituição seja coletivamente reconhecido pelas relações e urgência nas repostas

²² Mulher Maravilha: membra da equipe executiva, secretária executiva do CDVDH/CB, idealizadora e educadora social do projeto de empoderamento Mulher Maravilha, no Centro Comunitário da Vila Ildemar, e participante das atividades de base desde os primeiros anos do grupo Dançarte.

frente às demandas das comunidades atendidas. Captação, administração e mobilização de recursos são responsáveis pela relação com financiadores, elaboração dos projetos, gerência dos recursos e realização de toda a prestação de contas, uma vez que os projetos são aprovados, além do controle das finanças de toda a ONG, as/os agentes de cidadania são responsáveis pela articulação das demandas nos centros comunitários dos bairros.

Imagem 16: Entrevista com a equipe CDVDH.



Fonte: Acervo pessoal

Imagem 17: Entrevista com a equipe CDVDH.



Fonte: Acervo pessoal.

A comunicação socializada externaliza todas as atividades que o centro participa e/ou realiza. Além disso, o atendimento comunitário é feito pelas/as agentes de cidadania, juntamente com a assistente social e advogada para encaminhar os casos para os órgãos competentes.

Outra demanda de grande impacto social que a instituição desenvolve é a formação cidadã, entendendo a partir das palavras de Paulo Freire que “a cidadania é uma invenção coletiva, cidadania é uma forma de visão do mundo” (1992, p.45). O autor reforça que cidadania “tem a ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão”(p.50). Para o entendimento de cidadão, o autor acrescenta “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado” (FREIRE, 1993, p. 55).

Na obra *Direitos Humanos e Educação Libertadora*, de Paulo Freire, reforça-se que “a educação tem de ser política, não necessariamente partidária, obviamente, mas a qualidade que a educação tem de ser política” (1997, p.34). Todas as ações humanas estão ligadas à política, porém essa não é a consciência da maioria da sociedade, portanto, o CDVDH/CB contribui para que essa conscientização seja possível, tal qual a possibilidade de uma educação libertadora. Nesse sentido, o autor afirma ainda que:

Essa educação para a liberdade, essa educação ligada aos direitos humanos nesta perspectiva, tem que ser abrangente, totalizante, ela tem a ver com o conhecimento crítico do real e com a alegria de viver. E não apenas com a rigorosidade da análise de como a sociedade se move, se mexe, caminha, mas ela tem a ver também com a festa que é a vida mesmo (FREIRE, 1997, p.44).

Assim, entendemos que a educação na perspectiva dos direitos humanos possibilita o conhecimento crítico, porém com leveza, o que permite um processo de formação mais dinâmico e menos rigoroso, como rodas de conversas e outros mecanismos que deixam os/as participantes mais livres para dialogarem nesses momentos.

Imagem 18: Formação cidadã nível I – crianças em ação.



Fonte: CVDDH.

Imagem 19: Formação cidadã nível II- Comunidade dos bairros onde são localizados os centros comunitários.



Fonte: CVDDH.

Imagem 20: Formação nível III- Equipe do CDVDH.



Fonte: CVDDH.

De maneira intuitiva, tendo como base as experiências da luta, dentro da militância, a equipe de trabalho do CDVDH/CB desenvolveu uma metodologia de aplicação para a Formação Cidadã que acontece em três níveis (I, II, III) e, para ser um ato de conhecimento, o processo de formação demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo (FREIRE, 1981) consiste em:

Nível I - turmas de dança, teatro e capoeira – formação cidadã para crianças, adolescentes e jovens das ações socioculturais – aqui é utilizada dinâmica voltada para a ludicidade, a equipe se utiliza de vários recursos para aproximar a temática discutida com

público, é usada linguagem menos formal, são desenvolvidas rodas de conversas, jogos, brincadeiras, gincanas, com a utilização de materiais paradidáticos, como tintas, papéis, tesouras, giz de cera, lápis de cores, brinquedos, entre outros materiais que despertam a criatividade e o interesse dos participantes das turmas.

Nível II - formação de lideranças comunitárias e mobilizações populares - nesse nível, as rodas de conversa são realizadas com as comunidades, as famílias, de maneira que os/as participantes estejam livres para contribuir, e ou tirar dúvidas, nesse caso, são utilizados vídeos, documentários, slides, panfletos ou boletins. A formação é assumida por um/a membro/a da equipe executiva do CDVDH/CB e, às vezes, por convidados/as especialistas na temática solicitada.

Nível III - a formação é destinada à reciclagem da própria equipe do CDVDH/CB, pois “não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio” (FREIRE, 2021, p. 51) - para realinhar os discursos, atualizarem as percepções sobre as temáticas vigentes na conjuntura atual, reforçar a formação de novos/as defensores(as) de Direitos Humanos, formação de novos/as militantes para ingressarem a equipe de trabalho da ONG, pois “não é possível fazer o discurso democrático, antidiscriminatório e ter uma prática colonial” (FREIRE, 2021, p. 95). Desta forma, é necessário articular ações para inserção no trabalho digno, na participação e promoção de eventos, encontros de formação e debate sobre a temática supracitada, mecanismos de acesso à justiça, em especial sobre trabalho escravo.

2.2 Direitos Sociais e Humanos: na atuação do CDVDH/CB

Revisitando a história, as leituras nos mostram que na época da Revolução Industrial na Europa durante o século XVIII e XIX aconteceu a substituição do trabalho artesanal pela produção em grande escala que se tornou possível apenas pela utilização de máquinas de industrialização/fábricas. Aproveitando a ocasião, os grandes proprietários das fábricas, visando maiores lucros, então, utilizaram de maneira exploratória a classe operária para trabalhar exaustivamente em troca de salários completamente baixos e injustos. Os chamados “direitos liberais” conquistados nesse período. Segundo Camillo (2010) trata-se, de que:

Traz a ideia de governo pelo consentimento, de legitimidade. Sua teoria dos direitos fundamentais baseia-se na concepção de Locke dos "direitos naturais", universais e inalienáveis, auto evidentes e dos quais todas as outras prerrogativas derivam: "o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade". Mais tarde, as ideias de Rousseau introduzem no liberalismo a questão da igualdade, construindo um modelo ideal de

democracia, na qual o povo exerceria diretamente o poder (CAMILLO, 2010 [online]).

A classe operária se mostrava insatisfeita por se tratar de direitos que eram assegurados apenas teoricamente, mas que, na prática, não havia funcionabilidade e direitos primários que assegurassem as necessidades básicas dos indivíduos, como alimentar-se, vestir-se, morar, ter condições de saúde, segurança diante da doença, da velhice, do desemprego e de outros percalços da vida; não estavam sendo de fato assegurados (IGNACIO, 2017).

A insatisfação e indignação da classe operária só aumentavam, pois provocava mobilizações, organizações, que fortaleceu, então, a conscientização e a atenção para evolução dos “direitos sociais” que, de maneira mais atenciosa, disponibilizava-se a intervir pelas minorias e classes menos favorecidas e desumanizadas pelo capitalismo. Assim, os direitos sociais são exigíveis, para que a sua eficácia plena seja imprescindível, de forma ou de outra, a intervenção legislativa e a ação do Poder Executivo, inclusive mediante a gestão e a implantação de políticas públicas (SCHWARZ, 2016).

Portanto, o CDVDH/CB, enquanto ONG que traz na articulação da missão a luta por direitos sociais, é uma instituição mediadora na fiscalização pela implementação de políticas públicas que garantam os direitos exigíveis de cada cidadão/ã, a luta é pela dignidade da pessoa humana, juntam-se a isso os movimentos revolucionários que questionam e reivindicam um cuidado, ainda maior, com o ser humano, preocupando-se não apenas com a garantia do básico para a existência e sim pelo direito à vida. Sarlet (2001) teoriza:

Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (SARLETO, 2001, p. 64).

É possível entendermos a partir da citação acima a contramão do conceito de dignidade humana, uma vez que Boaventura de Sousa Santos, no livro *Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento* (SANTOS; CHAUI, 2013, p. 42) nos questiona sobre “A hegemonia dos direitos humanos como linguagem de dignidade humana ser hoje incontestável. No entanto, esta hegemonia convive com uma realidade perturbadora. A grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discursos de direitos humanos” [...].

A Constituição Federal de 1988 nos garante direitos que não são assegurados, pois falar de direitos humanos, ainda, parece ser utopia, quando fazemos análise de conjuntura do Brasil.

E vemos que estamos no país com grande população negra periférica, que vivem às margens da sociedade, vítimas do racismo estrutural e presos às eternas marcas da escravidão colonial. Quando olhamos para o número expressivo de mulheres que sofrem absurdamente com a violência doméstica, vítimas do machismo e do patriarcado, quando percebemos que aqui é o país mais que mais mata pessoas LGBTQIA+, estas são bandeiras que foram sendo assumidas pelo CDVDH/CB, diante das realidades impostas pela sociedade contemporânea.

Diante disso, reforçamos que direitos humanos são definidos por Ramos (2017, p. 21) como “um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade. Os direitos humanos são os direitos essenciais e indispensáveis à vida digna”. O direito de participar ativamente dos diálogos e das decisões acerca das políticas governamentais é, portanto, um exercício da cidadania, que possibilita aos/as sujeitos/as o protagonismo diante das demandas de suas necessidades enquanto povo e comunidade, esses são mecanismos que oportunizam vida digna no exercício da garantia dos direitos humanos. Para Arroyo (2017, p. 113), ser sujeito de direitos é trazer “a consciência política de não terem sido meros destinatários de concepções pedagógicas transpostas [...] pressionam por ser reconhecidos e de se afirmar sujeitos de histórias, memórias, saberes, culturas”. Os direitos humanos não precisam ser conquistados – eles já pertencem a cada um de nós, simplesmente por sermos seres humanos. Não podem ser retirados de nós – ninguém tem o direito de privar qualquer pessoa de seus direitos (GELEDES, 2014 [online]).

A distância entre a comunidade e a apropriação dessa temática ainda é um fato, somos pessoas carentes desses conhecimentos, portanto, precisamos avançar nesse debate para garantir que nossa educação evolua e, a partir de então, esses direitos, deixam de ser existentes apenas em documentos. Alguns, já são avanços (Lei Maria da Penha, ECA, Plano Estadual do TE, e outros), mas ainda é expressiva a quantidade de pessoas que não tem a menor afinidade com a temática dos direitos humanos e, por isso, expressam visão distorcida ou pouco se importam com a seriedade da temática. No Brasil, a aparição de movimentos sociais é historicamente situada na década de 1970, sob a vigência da ditadura militar (PEREIRA, 2015). Segundo Ruth Cardoso, os anos de 1970 demarcam a “emergência heróica dos movimentos” no Brasil, o decênio seguinte corresponde à fase de sua institucionalização (1994, p.85).

De acordo com Gohn (2008), nesse período, as demandas reivindicativas inscritas nos movimentos sociais europeus ainda repercutiam na América Latina, mas, no contexto latino-americano, foram os “movimentos populares que ganharam centralidade” (GOHN, 2008b, p. 214, 215). As autoras apontam a importância desses movimentos a partir da luta popular, da

intervenção e articulação do povo, da sociedade civil, o protagonismo das organizações populares immanentemente dos movimentos organizados.

Seguindo esse raciocínio, Ramírez (2003) afirma que:

Num país de tradição autoritária, o referendun popular e o plebiscito foram mecanismos de participação conquistados pelos brasileiros por meio dos movimentos e das pressões populares. Estes novos direitos conquistados foram frutos da articulação entre a democracia institucional representativa e a democracia vinda das bases dos movimentos sociais. Estes expressaram a construção de um novo paradigma de ação social (RAMÍREZ, 2003, p. 59).

No que concerne aos direitos sociais e humanos, vale considerar a importância das duas vertentes para as pessoas menos favorecidas pela sociedade e que todos os avanços e conquistas efetivadas nesse contexto é proveniente da dedicação, da busca incansável de pessoas que dedicam suas vidas pela melhoria dessa sociedade, por acreditarem que, em algum momento, a igualdade de direitos será possível entre os povos. E, aqui, destacamos a luta do CDVDH/CB que desde a fundação até os dias atuais, nos seus 25 anos de existência, dedica-se à garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas desamparadas pelo sistema capitalista opressor.

Na concepção freiriana, para a consumação de um modelo novo e diferente de sociedade, é necessário romper com o modelo capitalista que oprime os/as sujeitos/as. Diante disso, o autor nos convida a pensar na emancipação, sob a perspectiva da libertação. Assim, é possível uma sociedade capaz de romper os paradigmas da dominação e opressão para efetivamente gozar da efetivação dos direitos humanos. Por emancipação, parafraseamos Oliveira e Proença (2016):

A emancipação é entendida como um estágio de modificação da vida do sujeito e, ao falarmos sobre a emancipação humana, é fundamental termos como parâmetro a necessidade de ruptura do sistema vigente (nesse caso, do sistema capitalista) (2016, p. 92).

Dessa forma, os/as participantes das ações do CDVDH/CB não são considerados/as como beneficiários/as passivos/as, mas como participantes diretos das ações para efetivação dos Direitos Humanos e construção de sociedades mais justas, plurais e sustentáveis. O trabalho é desenvolvido coletivamente com estas pessoas, para que adquiram o conhecimento e a visão crítica-construtiva necessária para se tornarem transformadores /as e multiplicadores/as ativos/as, na luta pela efetivação de direitos, mediante a organização comunitária, uma verdadeira emancipação da condição humana. Freire (2002) afirma que “só faz sentido se os oprimidos buscarem a reconstrução de sua humanidade e realizarem a grande tarefa humanística

e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e os opressores” (p. 30), assim é possível a emancipação dos protagonismos, mediante uma luta libertadora.

2.3 O centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán na atuação como ONG dentro dos Movimentos Sociais

Imagem 21: Logo do CDVDH



Fonte: CDVDH.

O Centro de Defesa, desde fundação, é uma ONG engajada nas lutas de Açailândia e região, apesar de ter como principal linha de atuação o combate ao trabalho escravo, sempre está se articulando e discutindo pautas, como violência contra mulher, luta contra o racismo, trabalho infantil, dentre outras que se apresentam no cenário contemporâneo, por se tratar de uma instituição que defende os direitos humanos desde os anos de 1990. Apesar de estar geograficamente localizada no município de Açailândia – MA, o Centro tem engajamento político em todo o cenário brasileiro e internacional, pela responsabilidade com que desenvolve as ações e combate às desestruturas políticas sociais. É uma organização com caráter assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem vínculo e dependência partidária e/ou religiosa (CDVDH/CB, 2009).

Maria da Glória Gohn (2013), no texto *Sociedade Civil no Brasil: Movimentos Sociais e ONGs*, enfatiza o seguinte:

Nos anos 70/80, as ONGs eram instituições de apoio aos movimentos sociais e populares, estavam por detrás deles na luta contra o regime militar e pela democratização do país. Ajudaram a construir um campo democrático popular. Nesta fase as ONGs se preocupavam em fortalecer a representatividade das organizações populares, ajudava a própria organização se estruturar, muitas delas trabalhava numa linha de conscientização dos grupos organizados (GOHN, 2013, p. 243).

Seguindo a linha de raciocínio desenhada pela autora, percebemos, então, fortes características das ONGs e a complexidade do terceiro setor em gerar inovação e participação ativa dos(as) militantes frente às pautas de luta para continuarem resistindo ao sistema opressor e oportunizando os/as sujeitos/as a terem mais acesso diante dos direitos assegurados pela Constituição de 1988. No início dos anos de 1990, o cenário da organização da sociedade civil se amplia e diversifica-se. Surgem entidades autodenominadas como terceiro setor (mais articuladas às empresas e fundações) (GOHN, 2013).

Para reforçar a compreensão, Rubem César Fernandes (1997, p. 27), um dos grandes estudiosos do assunto aponta que:

O Terceiro Setor é composto por organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil).

Essas organizações que, por vezes, atuam de forma voluntária, exercem o papel de se aproximar das pessoas mais empobrecidas, possibilitando a organização popular e o avanço dos interesses comunitários, rumo ao protagonismo social desses/as indivíduos. Não podemos esquecer que quase sempre essas iniciativas andavam na contramão do poder público, pois a intenção era e continua sendo questionar, investigar e cobrar um posicionamento coerente para a sociedade que, muitas vezes, não tem o conhecimento teórico para problematizar a falta de acesso aos respectivos direitos.

Esses espaços, mesmo estando quase sempre ligados às causas sociais, são também muito diferentes entre si, quanto aos objetivos, aos projetos, às formas de atuação e à ação coletiva, aos paradigmas e ao estilo de participação que adotam (GOHN, 2013).

Grandes feitos e conquistas importantes marcam o surgimento das ONGs no solo brasileiro, um outro fato importante que Maria da Glória Gohn nos traz é que:

Nos anos 70-80, as ONGS militantes estiveram por detrás da maioria dos movimentos sociais populares urbanos que geraram um cenário de grande participação da sociedade civil, trazendo para a cena pública novos personagens, contribuindo decisivamente para a queda do regime militar e para a transição democrática no país (GOHN, 2013, p. 244).

Essas contribuições fortaleceram o conceito de ‘sociedade civil’ e reacendem a importância das lutas sociais e reativaram a responsabilidade para progredirem rumo a categorias e direitos até então desconsiderados. Pois, “a sociedade civil organizada é vista como parceira permanente na Participação Cidadã. A chamada ‘comunidade’ é tratada como um

sujeito ativo, e não como coadjuvante de programas definidos de cima para baixo” (GOHN, 2013 p. 241).

Ao fazer esse pequeno resgate histórico, importante perceber como a história do CDVDH/CB está relativamente ligada às bases e aos conceitos das ONGs, quando ligamos suas ideologias e toda sua atuação ao longo desses 25 anos de existência e resistência em favor das pessoas menos favorecidas pela sociedade em geral. Constitui-se, assim, uma das primeiras, mais fortes e atuantes Organizações não Governamentais dessa região, resistindo a preções partidárias, ao sistema capitalista devastador e a toda uma política de negatização dos movimentos sociais, apoiadas por um atual governo que banaliza as necessidades do povo brasileiro, no que se refere à educação, saúde, moradia, cultura e mais outras necessidades básicas para viver dignamente.

Então, como organização não governamental que se declara firmemente como apartidária, independente política e admirativamente, e ainda lembrando que o CDVDH/CB ataca diretamente a questão do trabalho escravo, que é uma das bases do capital e uma das bases de produção e acúmulo do capital no Brasil e no mundo, então basicamente a sobrevivência financeira é muito difícil, o Centro de Defesa nos primeiros anos de criação foi muito apoiado por ONG's vinculadas a igreja católica como Manos Unidas que é Espanhola, graças ao trabalho e a relação com a Carmem Bascarán, mas é difícil sobreviver como ONG independente atacando o trabalho escravo que não é um tema interessante, sendo que ocorreu um processo de diversificação de fundos de captação de recursos a nível nacional e internacional e ainda contamos com uma equipe de captação que se dedica a captar editais, fazer os projetos, negociar com financiadores, porem sempre defendendo quem somos, qual é nossa identidade (CAPTAÇÃO, entrevista em 13/01/2021).

Dessa maneira, o Centro de Defesa vem atuando de forma individual e coletiva, junto algumas parcerias para garantir que as necessidades básicas e a sobrevivência da população esquecida sejam efetivadas. Para isso, o CDVDH/CB expandiu os atendimentos desde sua sede para alguns municípios vizinhos (Santa Luzia, Pindaré, Comunidade de Juçareira e Monção), dentre vários fatores, esses municípios possuem grande número de incidência de trabalho escravo, bem como para alguns bairros (Vila bom Jardim, Vila Ildemar, Vila Capellosa, Vila Tancredo, Bairro do Jacu), localidades que são diretamente assistidas pelas ações do centro e se encontram em condições de vulnerabilidade social, assim a instituição manteve firme a ideia de fortalecer os movimentos sociais e a sociedade civil organizada através da articulação popular de lideranças e militantes dos direitos humanos.

A determinação e compromisso com a erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão levou ao CDVDH/CB a realizar várias iniciativas em âmbito local, regional, estadual, nacional e internacional o que contribuiu para o avanço nesta luta, através da realização de 02 (duas) grandes Conferências Interparticipativas sobre Trabalho Escravo em Açailândia-MA – 2002 e 2006 que, junto com outras articulações, serviu para avançar nesta luta, sendo as conquistas principais a criação do Plano Nacional de

Combate ao Trabalho Escravo, a Comissão Nacional de combate ao Trabalho Escravo- CONATRAE, a criação do Fórum para Erradicação do Trabalho Escravo no Maranhão-FOREM, criação da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo – COETRAE/MA, a construção do Plano Estadual de combate ao Trabalho Escravo do Maranhão, entre outros avanços (RELATÓRIO ANUAL, 2017, p. 03).

Dessa forma, o Centro de Defesa reafirma sua trajetória de luta e responsabilidade em todo o território brasileiro, ganhando força, por ser reconhecida como instituição séria e comprometida com as bandeiras de luta. Como exemplo a entrevistada relata que:

Marinaldo Soares é dos trabalhadores resgatado das garras do Trabalho Escravo, no ano de 2016 foi galardoado com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, na categoria Combate ao Trabalho Escravo, atualmente o mesmo é Agente de Cidadania do projeto RAICE na Cidade em que reside com a família (Pindaré Mirim/MA). É um grande defensor de Direitos Humanos, articulador e referência de muitos trabalhadores/as para denúncias de casos de violação de direitos em toda a região (CAPTAÇÃO, entrevista em 13/01/2021).

Imagem 22: Premiação nacional de Direitos Humanos.



Fonte: CDVDH.

A instituição tem o reconhecimento pelo êxito de suas ações ao longo dos 25 anos de luta e combate às violações de direitos humanos, o que resultou no recebimento de alguns prêmios no âmbito nacional e internacional, conforme mostram os dados recolhidos pelos relatórios:

Prêmio João Canuto do Movimento Humanos Direitos MHuD (2008); prêmio Monumento Al Minero da Mieres Del Camino - Astúrias (Espanha 2008); Prêmio Ordem Timbiras do Mérito em Direitos Humanos do Governo do Estado do Maranhão (2009); Comenda “Ordem do Mérito da Defensoria Pública do Estado do Maranhão”(2011); Prêmio Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República em quatro ocasiões, um como Instituição e em outras 03 ocasiões em nome de Defensores/a de Direitos atuantes no CDVDH/CB: Antônio Filho – 2011, Brígida Rocha - 2015 e Marinaldo Soares – 2016; Prêmio Magno Cruz de Direitos Humanos do governo do Estado do Maranhão, no ano 2019 pelo Projeto RAICE e em 2021 na categoria de Proteção e Atendimento a Vítimas de Violações de Direitos Humanos; e 07 trabalhadores/a (Marinaldo Soares, Gildásio Meireles, Gilza Arruda, Sebastião Cunha, Sebastião Furtado, Leandro, José da Conceição) foram reconhecidos/a como defensores/a de Direitos Humanos com o Prêmio Magno Cruz também em 2021, nessa categoria (CDVDH, 2021, p. 32).

Assim, foi ganhando aliados, solidificando o trabalho e captando novos/as militantes e defensores/as de direitos humanos. Partindo do ponto de vista de Glória Maria Gohn (2008), ao afirmar que “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural viabilizam formas distintas, de a população se organizar e expressar suas demandas” (p.335), percebemos que a instituição está trilhando o caminho certo junto às comunidades e todo o público atendido por ela.

O Centro de Defesa caminho junto à comunidade, levando formação humana, dialogando com pessoas, oportunizando o protagonismo de crianças, adolescentes e mulheres, empoderando esse povo, levando o atendimento sociojurídico por meio dos centros comunitários e das/os agentes de cidadania, o Centro está perto da comunidade, vivenciado e resolvendo os problemas das pessoas mais empobrecidas. Quando uma pessoa vai ao centro busca acolhimento, e acredita que neste espaço irá encontrar respostas. Então as pessoas veem no CDVDH/CB um ponto de apoio (GUERREIRA, entrevista em 13/01/2021).

De forma coerente e participativa, o CDVDH/CB sempre planeja suas ações, levando em consideração as necessidades das comunidades, preparados para solucionar e dialogar desde os problemas mais simples até os que são necessários contar com ajudas de entidades parceiras.

Os movimentos sociais, segundo Gohn (2008, p.336), realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas, atuando em redes, ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Assim, entendemos a grandiosidade dessa ONG para as centenas de pessoas que são atendidas por ela, seja por quaisquer mecanismos de atuação, desde as atividades socioculturais, com trabalho de prevenção, ou seja, trabalhadores resgatados que necessitam do atendimento da equipe sociojurídica para encaminhamentos equivalentes a resgate desses (as) pessoas das garras do trabalho escravo.

3 REDE DE AÇÃO INTEGRADA PARA COMBATER A ESCRAVIDÃO – RAICE

Este capítulo objetiva apresentar a Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão – RAICE e as metodologias socioeducativas como instrumento de enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo no Maranhão, com ênfase na aplicabilidade desenvolvida pela organização CDVDH/CB, subsidiado como base teórica a Educação Popular em Paulo Freire e os relatórios anuais da ONG, assim como o projeto estruturante da RAICE. Buscamos triangular as experiências socioculturais, a realidade dos/as sujeitos/as envolvidos e o entendimento de educação para além das condições formais. Serão apresentadas as falas das entrevistas com os educadores sociais que desenvolvem as atividades aqui relatadas.

Em observação aos relatórios e documentos, compreendemos que, de forma macro, a Rede de Ação Integrada para combater a escravidão – RAICE, na sua condição inicial, trata-se de um programa que envolve vários estados e organizações, na tentativa de combater as violações do trabalho escravo, em alguns lugares do Brasil que são fortemente afetados e expressa quantitativos alarmantes relacionados a essa violência, dados anteriormente apresentados no primeiro capítulo.

É importante esclarecer que a nossa intenção é focar no modelo desenvolvido na cidade de Açailândia, lócus da pesquisa, no entanto, faz-se necessário compreender algumas características da implementação dessa ação na sua forma ampliada, nesse caso, é de suma importância compreender que a RAICE pretende “qualificar uma estratégia integrada de ação para o combate efetivo da escravização, suas origens e consequências dentro do contexto que já vem sendo desenhado através do Movimento Ação Integrada” (CDVDH/CB, 2017, p. 01).

Essa ação conta com o apoio de instituições, como Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho da 8ª Região (Pará), e o Grupo Interinstitucional de Apoio à Erradicação do Trabalho Escravo - GAETE de Marabá, no estado do Pará, bem como pela Organização Internacional do Trabalho OIT-Brasil e Fundação Rosa Luxemburgo, juntamente com a articulação e iniciativa da Sociedade Civil Organizada. em parceria com governo, organismos públicos, privados e organizações sociais.

Com a expectativa de implantar a RAICE de forma gradativa e tendo analisado previamente todos os fatores que tenham relação direta ou indireta com a incidência do Trabalho Escravo, a RAICE propõe-se abranger quatro Estados: Pará, Tocantins, Piauí e Maranhão, todos eles tradicionalmente afetados pela alta ocorrência e gravidade do Trabalho Escravo e o Tráfico de Pessoas interestadual para a exploração laboral, criando modelos de intervenção eficientes que deem resposta às particularidades de cada região (CDVDH/CB, 2017, p. 09).

Os documentos e relatórios mostram que a intenção era que a experiência piloto fosse gradativamente implantada nos estados do Pará, Maranhão, Tocantins e Piauí, localidades que foram realizadas pesquisas em comunidades potencialmente vulneráveis e com números significativos de incidência ao trabalho escravo. Portanto, “somente em Açailândia entre 2001-2010 foram identificados 76 casos de Trabalho Escravo, dos quais 38 foram fiscalizadas. Estas denúncias envolviam 2.415 trabalhadores/as dos/as quais 307 foram libertados/as” (CDVDH/CB, 2017, p.5). Embora o recorte temporal traga a diferença de mais de dez anos, consideramos importante ressaltar essa informação pela relevância que teve para a pesquisa no período realizado, bem como estender a percepção sobre o lócus da pesquisa.

Considerando que o CDVDH/CB atua na efetivação da garantia dos Direitos Humanos e como principal bandeira de luta, destaca-se o combate ao trabalho escravo ao longo desses 25 anos de história. É entristecedor perceber que nessa prática, em que o Estado passou a considerar ilegal, um ser humano/a é dono/a de outro/a, além da comercialização de pessoas para a escravidão, abolida no dia 13 de maio de 1888 apenas formalmente, isso somente aconteceu no papel, a realidade é que essa situação se repaginou e permanece acontecendo em outro formato, porém mantando como característica a desumanização das pessoas, “a escravidão contemporânea como fenômeno global com causas e dinâmicas que extrapolam os lugares onde os escravizados estão fisicamente situados, afetando diferentes territórios interligados por meio de cadeias de abastecimento e valor” (COSTA, 2021, p. 165). Segundo CDVDH/CB,

[...] ainda são constatados o cerceamento da liberdade e o suprimir da dignidade de trabalhadores/as que ainda são considerados/as como objetos de comercialização para a exploração mais desumana e, pior ainda, hoje são considerados/as como mercadorias baratas e descartáveis (2017, p. 08).

A exploração dessas pessoas perpassa a condição de comercialização, trata-se de anular esses seres humanos da própria humanidade. Neste sentido, a RAICE vem propor reflexão mais aprofunda e ampla das características, causas e consequências do atravessamento do trabalho escravo na vida das pessoas que são acometidas, abordando a questão como um problema estrutural que está intimamente ligado com a migração forçada, o tráfico interestadual desses trabalhadores/as e a necessidade de sobrevivência, cuja problemática tem raiz na falta de alternativas de desenvolvimento local, que desencadeia a falta de oportunidades de trabalho, isso somatizado a uma conjuntura favorável para exploração desumana dos/as trabalhadores/as, bem como a impunidade dos/as exploradores/as.

Dessa forma, aproximadamente nos anos de 2015 e 2016, o CDVDH/CB, em parceria com a CPT e o GAETE, concentraram suas forças na construção de um diagnóstico a respeito

dos municípios e das comunidades com maiores índices de trabalho escravo e tráfico interestadual de pessoas e destacaram-se Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins. As necessidades e carências levantadas neste diagnóstico foram combustíveis para seleção das primeiras comunidades a serem atendidas pela Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão.

Posteriormente, foram realizadas várias reuniões de análises profundas dos dados coletados nos diagnósticos aplicados nos municípios e nas comunidades de cada estado, bem como encontro das comissões e lideranças responsáveis pela ação para apresentarem e discutirem propostas regionais e detectarem o ponto de ligação entre ambas para dar procedimento a aplicabilidade da Rede de Ação Integrada de Combate à Escravidão. De acordo com os relatórios observados, a RAICE foi pensada na intenção de criar sinergia para o combate efetivo do trabalho escravo (CDVDH/CB, 2017), portanto, apresenta algumas estratégias de avanço.

[...]um programa organizado e sistematizado de enfrentamento ao Trabalho Escravo; Aprimorar um planejamento estratégico interestadual articulado entre parceiros/as que tem os mesmos objetivos globais de enfrentamento ao Trabalho Escravo e outras violações de Direitos Humanos; Avançar no caminho da participação de comunidades vulneráveis para a transformação das mesmas a partir de políticas públicas efetivas; Criar um plano municipal de combate ao trabalho (cujo passo prévio é a formação de agentes públicos/as); Procurar parcerias para viabilizar ferramentas de avaliação e monitoramento (externas) do impacto nas famílias, ações realizadas, resultados alcançados, etc. (CDVDH/CB, 2017, p. 10).

Tendo o avanço dessas estratégias, acredita-se na possibilidade do protagonismo dos/as trabalhadores/as, baseado na participação popular, pois ninguém melhor do que a própria comunidade para saber de suas necessidades, uma vez que a colaboração dos/as das mesmos/as propiciara aos sujeitos/as engajamento na transformação e nos avanços oferecidos pelo programa, assim, pode-se idealizar uma comunidade com possíveis agentes de transformação e protagonismo social. Paulo Freire (1994) afirma que “a pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da história e de seu papel nela. Recusa acomodar-se, mobiliza-se, organiza-se para mudar o mundo.” Neste sentido, faz-se necessário compreender que:

A quebra do ciclo do Trabalho Escravo passa necessariamente pela prevenção e a repressão deste crime, bem como pelo estímulo de alternativas que levem à inserção social das vítimas, efetivando o direito do desenvolvimento pleno, adquirindo uma visão crítica e construtiva que lhes permita assumir seu protagonismo e um papel ativo como transformadores/as de sua realidade local, atendendo os níveis pessoal, familiar, comunitário, profissional, econômico e cultural (CDVDH/CB, 2017, p. 08).

Depois de longas pesquisas e discussões, foram recolhidas as informações necessárias para evolução da segunda fase de implementação da RAICE, nesse momento, o CDVDH/CB com os “quatro municípios – Açailândia, Pindaré, Monção e Santa Luzia – situados no oeste do

Maranhão, estado detentor do segundo pior IDH do país e que abriga 39% dos 54.687 trabalhadores resgatados do trabalho escravo entre 2003 e 2018” (COSTA, 2021 p. 167). Aqui, trataremos especificamente da experiência desenvolvida no Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán, em Açailândia-Maranhão, localidades onde concentramos as observações da nossa pesquisa, mais especificamente nos bairros Vila Idemar e Vila Bom Jardim.

Na perspectiva de trazer a essas localidades mudanças significativas de melhoria de lutas, práticas com inserção de vítimas no contexto do trabalho escravo, considerando a realidade de cada bairro/povoado, suscetíveis a readaptações necessárias, no ano de 2017, as atividades saem do papel e começam a ser executadas na prática. Como objetivo geral, o projeto pretende contribuir de forma efetiva com a erradicação do trabalho escravo no Maranhão (CDVDH/CB, 2017).

Tendo como base quatro objetivos específicos:

- a) Continuar as ações desenvolvidas pela instituição priorizando cinquenta famílias, vítimas do T.E ou em situações vulneráveis;
- b) apresentar a metodologia do CDVDH/CB as outras comunidades além de Açailândia visando alternativa de organização e empoderamento socioeconômico;
- c) construir junto as comunidades um plano de vida digna levando em consideração os fatores gênero e juventude, visando o empoderamento e fortalecimento dessas pessoas;
- d) articular e sensibilizar parcerias para garantir compromisso político que viabilize as ações do projeto a longo prazo (CDVDH/CB, 2017).

Dessa forma, a pesquisadora Patrícias Trindade Maranhão Costa (2021) afirma que:

Por meio de uma metodologia criativa e inovadora consolidada no projeto “Rede de Ação Integrada de Combate à Escravidão – RAICE”, o CDVDH/CB identifica vulnerabilidades para o trabalho escravo e promove ações que constroem capacidades individuais e comunitárias para criar alternativas de sobrevivência sem incorrer em situações de trabalho precárias e exploratórias e para pressionar os poderes públicos a ampliarem o acesso dos mais vulneráveis às suas políticas (p.167).

Com isso, o CDVDH/CB propõe alternativas que respeitam as particularidades de cada um dos quatro municípios selecionados, aplicando a essas localidades o trabalho que há mais de 25 anos vem desenvolvendo, como atendimento psicossocial e jurídico, formação cidadã e participação popular, atividades socioculturais, mobilização comunitária entre outros. Essas são ações que a instituição desenvolve no processo de empoderamento e na formação do protagonismo individual e coletivo, ao longo de sua trajetória, que pretende aplicar nos/as participantes do projeto RAICE.

Como lócus desta pesquisa, escolhemos os bairros da Vila Ildemar e Vila Bom Jardim, localidades atendidas pelas atividades desenvolvidas pelo CDVDH/CB, desde o início das atuações na cidade de Açailândia.

A Vila Ildemar conta, atualmente, com população estimada em 50 mil habitantes, é considerada a maior vila do estado do Maranhão, onde mora número significativo dos/as trabalhadores/as que foram resgatados/as do trabalho escravo, de acordo com os registros do MTE e da organização (2017), sendo que muitos, mesmo depois de resgatados, acabam reincidindo ao trabalho escravo, por falta de oportunidade de emprego, escassez de políticas públicas e atendimento especializado, que faz com que esses/as trabalhadores/as se deparem com a pobreza extrema, essas situações são fortes agravantes para essas pessoas retornarem ao TE. A assessoria jurídica do CDVDH/CB possui em arquivos um cadastro onde estão identificados/as mais de 100 trabalhadores/as resgatados/as do trabalho escravo, residentes na Vila Ildemar (CDVDH/CB, 2017).

Imagem 23: Centro comunitário do bairro Vila Ildemar.



Fonte: CDVDH/CB.

A violência é um forte atenuante nesta localidade, principalmente contra a mulher, “neste bairro especialmente a violência machista, o patriarcado e o feminicídio tomam suas formas mais gritantes” (CDVDH/CB, 2017), o extermínio da juventude negra, a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, a prostituição adulta e infantil, além do tráfico de drogas, das questões de infraestrutura por grande parte da extensão do bairro. O Centro Comunitário está presente no bairro desde 2006, realizando atividades formativas, socioculturais, mobilizações e atendimento jurídico e psicossocial e articulação comunitária. Nesta realidade, estão envolvidas cerca de 200 pessoas por bairro.

A partir de outra perspectiva, percebemos, também, que se trata de um bairro com grande potencial artístico, além de uma comunidade articulada com forte participação popular que se mobiliza em busca da aplicabilidade das políticas públicas para, então, garantir a dignidade dos/as moradores/as. Desta forma, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán produziu grandes espetáculos artísticos, a exemplo do espetáculo teatral “Josimos das Aguas, e das terras de Lá”, de circulação nacional, e o musical ‘Quilombagem um grito de resistência’, de circulação internacional.

Outro bairro atendido pelas atividades do CDVDH/CB é a Vila Bom Jardim que se destaca pela forte mobilização social, devido à presença significativa da igreja católica e atuação dos grupos ligados a esse movimento, também estão presentes a comunidade evangélica e umbandista, nos arquivos da instituição constam registros de mais de 58 trabalhadores/as residentes desse bairro que passaram por condições de irregularidades trabalhistas na construção civil, em Açailândia, de 2013 a 2015 e, além de três trabalhadores resgatados do trabalho escravo em fazendas (CDVDH/CB, 2017), a pesquisa RAICE também pontua o fluxo migratório dos/as trabalhadores/as para outros estados e outras regiões.

Mesmos com a grande presença dos grupos religiosos, a realidade da Vila Bom Jardim assusta por apresentar “índices alarmantes de abuso, exploração sexual e prostituição infante e juvenil, alcança valores alarmantes equiparáveis com a Vila Ildemar, bairro muito maior e mais populoso” (CDVDH/CB, 2017, p.27). Desta forma, esses bairros são acompanhados pelas ações e pelos projetos da instituição, em especial as atividades executadas pelo projeto Rede de Ação Integrada de Combate à Escravidão, no anseio de oferecer a essas duas comunidades possibilidades de emancipação, formação humana e protagonismo social.

Imagem 24: Centro comunitário da Vila Bom Jardim.



Fonte: CDVDH/CB

3.1 As experiências socioculturais do CDVDH/CB no projeto RAICE

Muitas Organizações Não Governamentais adotam maneiras metodológicas, baseadas em mecanismos artísticos, esportivos, lúdicos, entre outros dispositivos para trabalhar na perspectiva de formação cidadã com crianças e adolescentes, buscando contribuir para uma visão de mundo que protagonize esses sujeitos em espaços de vivência, através da educação. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no artigo 4º, alerta que é dever da comunidade em geral e do poder público garantir não somente direitos referentes à vida, saúde, alimentação, como também à educação.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ECA, 1990, [online]).

Tendo como base essa premissa, o CDVDH/CB, desde a fundação, realiza atividades socioculturais com crianças, adolescentes e jovens que vivem em condições socialmente desfavoráveis, político e econômico, pois acredita que o trabalho direcionado a esse público possa contribuir para o fortalecimento de uma sociedade menos desigual, que garanta a participação social das pessoas e o respeito aos Direitos Humanos. Reforçando essa ideia, Carvalho e Azevedo (2004) pontuam que projetos socioeducativos são ações complementares à escola e que conjugam educação e proteção social, baseadas em legislações afirmativas que atendem, preferencialmente, crianças, adolescentes e jovens no contraturno escolar.

Enquanto por práticas socioculturais, entendemos aquelas que promovem o acesso à arte, à cultura como direito fundamental do ser humano e, por meio delas, a possibilidade de intervir nessa realidade social dos/as sujeitos/as.

As ações do centro são socioculturais, porém as práticas e metodologias utilizadas são socioeducativas, entendemos por ações socioculturais as que promovem a socialização em projetos que seguem formatos diferentes de atividade em oficinas, dimensionando a importância da parceria na ampliação e visão de mundo e na consolidação do aprendizado, não diferente, mas complementar às metodologias, são reconhecidas como socioeducativas, por ajudar na fixação do conteúdo, utilização de processos de ensino e aprendizagem, na formação integral de cada criança e jovem assistido.

As atividades artísticas socioeducativas acontecem nos centros comunitários (extensões da sede do Centro de Defesa nos bairros) para além das ações desenvolvidas nas linhas de repressão e inserção no enftretamento e combate ao trabalho escravo e outras violações de direitos, a instituição aposta com total veemência na prevenção, por meio das oficinas de dança, teatro e capoeira, atendendo a comunidades dos bairros com as turmas de base.

As aulas acontecem três vezes por semana, atendendo aos objetivos de cada modalidade, ocorrendo uma vez por mês as rodas de conversas com os temas da formação cidadã, segue abaixo o quadro ilustrativo do plano anual de 2022.

Quadro 1: Plano de aulas dos Centros de Defesa nos bairros.

Atividades	Objetivos	Temas das Formações Cidadãs
Dança Teatro Capoeira	Possibilitar o protagonismo social das pessoas envolvidas, contribuindo para formação de defensores/as de Direitos Humanos que atuem na defesa da vida digna e na construção de uma sociedade autônoma, por meio da mobilização social e da participação popular.	Direitos Humanos Direitos da Criança e Adolescente ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente Importância do 08 de março Trabalho Escravo Adulto e Infantil Corrupção Eleitoral Consciência Negra

Trabalhamos com o protagonismo social dos/as envolvidos/as, contribuindo para formação de Defensores/as de Direitos Humanos, a fim de que os/as mesmos/as possam atuar na Defesa da Vida e dos Direitos Humanos, construindo uma sociedade autônoma, capaz de se organizar e lutar pela efetivação dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, por meio de mobilizações sociais e da participação cidadã.

Como afirma Friedrich Nietzsche (2009 [online]): “A arte existe para que a realidade não nos destrua”. O CDVDH/CB vê na arte uma maneira menos cruel dessas pessoas lidarem com as próprias realidades, oferecendo a meninos e meninas a possibilidade de diálogos informativos, usando como ferramenta a formação cidadã, a organização social, para que seja possível chegar ao desenvolvimento do protagonismo desses sujeitos dentro de suas comunidades e, principalmente, de suas próprias histórias de vida, por meio da arte ou das interações com as temáticas discutidas nas aulas durante as oficinas.

As atividades socioculturais do CDVDH/CB no projeto RAICE tem como objetivo a prevenção do Trabalho Escravo, dessa forma o Centro oferece atividades de Dança, Teatro e Capoeira, mas não como escola de formação artística, e sim enquanto uma escola de formação para cidadãs e cidadãos aptos a conhecerem seus direitos e também seus deveres, então essas ações socioculturais funcionam dentro dessa perspectiva de contribuir com a formação pessoal. Nesse sentido o trabalho realizado nas turmas são feitas por meio das atividades artísticas. E é acreditando nessa prevenção que o CDVDH/CB tem como lema dessas atividades ‘A ARTE A SERVIÇO DE UMA CULTURA LIBERTADORA’ por entender que a arte e a

cultura atuam como ferramentas de transformação e conscientização da sociedade (MARAVILHA, entrevistada em 21/01/2022).

Nesse sentido, Aranha (2002) destaca que a educação é o fator que promove a humanização, socialização e aperfeiçoamento das atividades. Essa afirmativa dialoga com o pensamento de Freire (2006), ao enfatizar que o ato de educar/ensinar é uma forma de intervir no mundo e, dentro deste processo, a reflexão humana sobre educação exige pensá-la de forma cada vez mais crítica e propositiva, a fim de que todos os grupos humanos possam se autorrealizar e adquirir emancipação humana. Pois, assim coloca o autor:

A luta, no Brasil, pela democracia, passa por uma série de possíveis ângulos a ser política e pedagogicamente tratados - o da justiça, sem a qual não há paz, o dos direitos humanos, o do direito à vida, que implica o de nascer, o de comer, o de dormir, o de ter saúde, o de vestir, o de chorar os mortos, o de estudar, o de trabalhar, o de ser criança, o de crer ou não, o de viver cada um e cada uma a sua sexualidade como bem lhe aprouver, o de criticar, o de discordar do discurso oficial, o de ler a palavra, o de brincar não importa a idade que se tenha, o de ser eticamente informado do que ocorre no nível local, no regional, no nacional e no mundial. O direito de não ser discriminado nem do ponto de vista do sexo, da classe, da raça ou por outra razão qualquer, como por ser demasiado gordo ou gorda ou demasiado magro ou magra (FREIRE, 1994, p. 195).

Assim, a instituição assume a responsabilidade de oferecer a esse público possibilidade de se desenvolverem social, profissional e humanamente, através das inúmeras vivências obtidas nas aulas. Nas turmas, são montados performances, espetáculos e coreografias que tratam sobre temáticas de relevância social, as quais são apresentadas em espaços alternativos, escolas, associações e praças públicas, com objetivo de levar a ‘*arte denúncia*’ à sociedade e incentivar o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens.

3.2 Processo de atividades socioculturais no CDVDH/CB, por meio da RAICE

O CDVDH/CB influencia diretamente a vida dos/as jovens atendidos por ele. A preocupação do Centro com a formação dos educandos/as é o principal objetivo dos trabalhos realizados pela instituição. Os grupos de dança, capoeira e teatro não visam apenas formação acadêmica ou ensino de métodos e técnicas. A busca pela formação humana está presente em todas as atividades desenvolvidas que são utilizadas como mecanismo de aproximação entre crianças e adolescentes e as temáticas de Direitos Humanos (PEREIRA, 2015).

São ações que, em conjunto, fortalecem o desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens como indivíduo/a e na comunidade. Tendo cidadãos/cidadãs conscientes e conhecedores/as de seus direitos, dificilmente cairão nas redes e expressões de violações de

direitos. Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade são acompanhados pela equipe sociojurídica do CDVDH/CB, qualquer situação que vulnere os direitos é identificada, visando solução e restituição.

O processo de atividades socioculturais acontece semanalmente, com encontros de duas horas, a cada três vezes por semana, nos centros comunitários dos bairros Vila Ildemar e Bom jardim, com crianças, adolescentes e jovens de faixas etárias entre sete e 25 anos; são cerca de 150 pessoas envolvidas diretamente, subdivididos em três grupos. Pois, Gohn (2011), ao afirmar que a educação não formal se dá nos espaços fora da escola, como em organizações sociais, entidades filantrópicas, que se responsabilizam em promover formação cidadã em espaços para além das estruturas escolares. Assim, a educação não formal não necessita de estruturas rígidas para uma prática escolar, entretanto, o que ocorre em espaços coletivos de trocas de saberes e experiências dispõe de uma organização sistematizada no processo de aprendizagem, afirmando as ações com socioeducativas na promoção da emancipação humana e no protagonismo social.

O impacto das metodologias socioeducativas pelas práticas das oficinas socioculturais da RAICE vai muito além dos desafios de formação popular, com variações de questões de cunho social e cultural, pela formação integral do sujeito. Deste modo, as ações socioculturais promovidas no CDVDH/CB atuam como ferramenta importante na perspectiva do futuro de crianças e jovens como cidadãos.

Nesse sentido são realizadas oficinas de capoeira (rodas, batizado, troca de cordas, confecção de instrumentos, aulas de percussão, maculêlê, canto); rodas de conversas (palestras, formação cidadã vídeos, documentários, dinâmicas, gincanas, jogos).

A capoeira cidadã atende pelo CDVDH/CB através do projeto RAICE, os bairros da Vila Bom Jardim, Vila Ildemar e recentemente a Vila Capellosa, com a reabertura do centro comunitário que estava fechado, acontecem aulas de capoeira três vezes por semana, com duração de 02 horas cada encontro, e realizamos a cada 02 meses as atividades nos municípios de Santa Luzia, Pindaré e Juçareira, com a capoeira, dança e teatro, essas atividades são direcionadas para crianças e adolescentes filhos/as de pessoas resgatadas do trabalho escravo, e essas atividades tem a intenção de prevenir que essas pessoas não caiam em situação de trabalho escravo, por falta de formação e informação sobre o assunto (SAPÃO, entrevistado em 21/01/2022).

Com o lema: A ARTE A SERVIÇO DE UMA CULTURA LIBERTADORA, o CDVDH/CB vem usando essas atividades artísticas culturais como forma de denúncia e enfrentamento, na busca de fortalecer esses/as seres humanos e garantir a essas pessoas o mínimo que nos é assegurado pela CF 88 como seres humanos. Para tanto, esses espaços de relações, trocas de saberes, vivências e experiências são marcados pela diversidade, pelo respeito ao

sujeito diferente, pela tranquilidade com que a pluralidade circula entre os seres, permitindo que floresça a diversidade cultural entre essas pessoas.

Considerando o acesso à Arte e a Cultura um Direito Fundamental do/a Ser Humano/a, o CDVDH/CB trabalha na perspectiva da difusão e valorização das diversas expressões, manifestações, saberes e tradições que fazem parte da identidade cultural de nossos/as participantes, usando-as como ferramentas de prevenção da exclusão social, de transformação pessoal, bem como instrumentos de conscientização social (CDVDH/CB, 2017, p. 39).

A busca por metodologias socioculturais que respeite à diversidade dos seres humanos requer práticas interculturais que possibilite educação de diálogo entre diferentes grupos e culturas, capaz de favorecer um projeto de sociedade plural, democrático e humano (CANDAU, 2008).

Nesse sentido, a mesma autora (2008, p.25) afirma que “é impossível conceber uma experiência pedagógica desculturalizada”, isso implica entender que as relações sociais, apesar de carregadas por experiências culturais, sociais e econômicas, são vivências múltiplas que estabelecem conexões com diversos grupos culturais que precisam ser respeitadas e plurais. Todas as vivências e/ ou experiências possuem caráter socioeducativo, uma vez que a formação integral dos sujeitos fora do ambiente escolar propicia uma série de novos aprendizados. Os estudos de Vera Maria Candau, em consonância com Boaventura de Sousa Santos, apontam a necessidade de uma desconstrução, para que haja possibilidade de uma educação intercultural (2008). Desta forma, entendemos que:

A interculturalidade vem ao encontro da urgência de problematizarmos as relações e as experiências dos indivíduos em sociedade e nos desafia a pensarmos a educação por outro prisma, transcendendo as práticas escolares monoculturais, reconhecendo como legítimos modos “outros” do fazer educacional para que, de uma forma diversificada, sejam reconhecidos os diferentes sujeitos na escola (SANTOS; QUEIROZ, 2018, p. 364).

Portanto, as metodologias socioeducativas da RAICE têm um encontro com a metodologia intercultural, por pensar em alternativas que ressignifiquem a educação e concebam aos sujeitos a valorização da diferença, “o ensino intercultural pode contribuir para a conscientização de que os sujeitos vão em direção a uma democracia de cidadãos críticos em uma sociedade” (idem, 2018).

Desse modo, as atividades realizadas pelo CDVDH/CB, através da RAICE, atuam de maneira acolhedora e plural, fortalecendo a relação entre os/as sujeitos/as, rompendo as características individualizadas e abraçando a pluralidade dos/as seres envolvidos no processo. Neste segmento, contamos com os/as educadores/as sociais, que desenvolvem, por meio das

atividades socioculturais, ações educativas não formais. Sobre essa modalidade de ação educativa que acontece fora do ambiente formal. Assim, Gadotti (2012) acrescenta:

Vou começar por um tema que, no passado recente, tem suscitado debates no campo da educação social: a sua relação com a educação não-formal (Gohn, 2006). De fato, a educação social, popular, comunitária podem exercitar-se também fora da modalidade da educação chamada “formal”. Isso não tira o mérito de nenhuma dessas educações. Contudo, elas são tão “formais” quanto outras, se levarmos em conta seu rigor científico, seus fins e objetivos, sua necessidade de reconhecimento, regulamentação e certificação (GADOTTI, 2012, p. 06).

A RAICE possui profissionais qualificados da área pedagógica, educação física, serviço social, da dança afro, da capoeira, e do teatro que buscam garantir o direito e a proteção dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social ou em situação de risco, que frequentam este espaço ou que são moradores dos bairros, em que, por meio da presença dos centros comunitários, seja possível chegar a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, resgatados/resgatadas do trabalho escravo contemporâneo.

As atividades socioculturais, assim como são chamadas pela própria equipe da RAICE, desenvolvem as oficinas artísticas com crianças e adolescentes nos centros comunitários das localidades atendidas pela instituição, em consonância com um dos três eixos de atuação desenvolvidos pela entidade. Reforçamos, aqui, o papel desse eixo que, embora já tenha sido percorrida nas linhas desta dissertação, funciona como alicerce das oficinas de dança, tetro e capoeira, pois o papel da “prevenção é promover ações socioculturais por meio do (teatro, dança e capoeira) além de ações educativas e informativas, usadas como ferramentas para a Formação Cidadã a Organização Social e o desenvolvimento do Protagonismo desse público” (CDVDH/CB, 2017, p.39).

A ‘RAICE é uma consequência de toda a história do CDVDH/CB’ ele surge do movimento Ação Integrada, mas na verdade ele consolidou o que nós já fazemos a muitos anos. Nas ações socioculturais por exemplo na dança é trabalhado coreografias temáticas relacionadas ao TE, aos direitos das crianças e adolescentes, na capoeira trabalhamos a conscientização de que a capoeira perpassa a luta se caracteriza na própria resistência do povo negro, então essa historicização é trabalhada fortemente nas oficinas, para alcançar o entendimento de como o racismo é estrutural e como ele está ligado ao Trabalho Escravo, no teatro as peças também estão todas ligadas as ao respeito, a diversidade, aos direitos das pessoas e etc... Por tanto, essas oficinas são conectadas a essas temáticas para chegar até as pessoas em formato de arte (NEGRITUDE, entrevistada em 21/01/2022).

Com enfoque nas ações socioculturais da RAICE, voltadas para crianças e adolescentes das comunidades afetadas pelo trabalho escravo em Açailândia e região, as práticas são instrumentos utilizados pela equipe de educadores/as no processo de desenvolvimento do

protagonismo desses/as sujeitos/as, pois coadunam dinamicamente com uma educação popular, educação permanente, educação ao longo da vida, educação integral e educação social, fenômenos socioeducativos de diálogos interdisciplinares, convertidos em dignidade humana e protagonismo social.

Imagem 25: Entrevista à equipe RAICE.



Fonte: Acervo pessoal.

3.3 Educação Popular: a possibilidade de aprender por meio da arte

Por educação popular, subsidiamos este trabalho a partir da base teórica em Freire que foi um dos disseminadores desse método no Brasil. Segundo o autor, é a educação constituída pelo povo, com as classes populares, uma prática educativa que tem o diálogo como fio condutor e valoriza os saberes que são produzidos para além da escola. Portanto, a RAICE, difusora das práticas socioculturais do CDVDBH/CB, ainda que não esteja imersa na literatura freiriana, vem desenvolvendo atividades que se conectam no lugar de fazer educação, como mecanismos de formação de sujeitos entendidos em Freire.

O método freiriano se baseia em uma proposta de alfabetização de trabalhadores/as adultos, desenvolvidos em uma proposta estrutural circular, oportunizando a horizontalidade entre todas as pessoas do espaço. A prática criticava o sistema tradicional, que se utilizava basicamente da cartilha para o ensino da escrita e da leitura. A ideia surgiu no Nordeste brasileiro, a partir da década de 1950, diante de uma população de 30 milhões de habitantes,

em que metade era analfabeta, submersa a uma condição trabalhista de opressão, limitações e grandes necessidades, em que a formação não tinha espaço para se tornar prioridade.

Na década de 1960, Paulo Freire desenvolveu os círculos de cultura com um grupo de trabalhadores populares, essas pessoas se reuniam na intenção de discutirem assuntos de interesses próprios, no intuito de problematizar as políticas, esses encontros sempre eram coordenados por um educador/a que tinha a responsabilidade de mediar o debate protagonizado por esse grupo de pessoas.

O círculo, do latim círculos e circus e significa "redondeza", é retomado aqui para indicar a forma do espaço e a estratégia utilizada que permite a circulação dos seres, dos saberes e dos sentires das pessoas. "Os Círculos de Cultura são precisamente isso: centros em que o povo discute os seus problemas, mas também em que se organizam e planificam ações concretas, de interesse coletivo" (FREIRE, 1980, p. 28).

Paulo Freire deu vida ao círculo de cultura, na perspectiva de romper a prática vertical, hierárquica da relação professor/a aluno/a, existente no modelo tradicional de ensino, formato que resiste às mudanças e aos avanços que vem sendo proposta por pensadores/as intelectuais que se dedicam a contribuir com uma educação transformadora, capaz de romper paradigmas da educação colonial.

Nas vivências socioculturais desenvolvidas nas oficinas, através da RAICE, utilizam-se da prática metodológicas conhecidas como rodas de conversa, buscado compreender o sentido de trocas de experiências como uma forma de reviver diálogos, momentos de partilha e escuta que nos remete à compressão e reflexão dos temas de formação cidadã, tais similaridades conectam com Freire (1967), quando ele afirma que uma pedagogia elimina as relações de autoridade em que a escola e o professor inexistem e dar lugar ao diálogo e à libertação do homem, no sentido da tomada de consciência da situação em que vivem.

A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa. Como aprender a discutir e a debater com uma educação que impõe? Ditamos ideias. Não trocamos ideias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhes uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe propiciamos meios para o pensar autêntico, porque recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda (FREIRE, 1967, p. 97).

Dentro desse instrumento, é importante destacar o papel do educador/a que se apresenta em uma perspectiva de atuação diferente do modelo tradicional de ensino, ele/a tem a função de 'animador de debate', responsável por provocar a dialogicidade. Neste sentido, as rodas de conversas desenvolvidas nas oficinas na RAICE são fortalecidas pela presença do educador/a

social, essa/a profissional vem com objetivo de usar a educação para conectar e orientar a construção de uma identidade e a singularidade dos/as sujeitos assistidos por esse projeto. A fala dos educandos/as nos encontros periódicos é reconhecida neste processo de constante evolução de aprendizagem e se faz necessária a manutenção da relação dialógica que é um importante princípio freiriano.

A respeito da Educação Popular em Freire, a alfabetização era uma questão necessária, porém não primordial, também a RAICE não tem por prioridade o processo de alfabetização e ensino formal, em consonância com a educação popular, as metodologias aplicadas buscam contribuir para que as pessoas assumam o próprio protagonismo, fortaleçam a dignidade e se tornem detentores da própria cultura e história, ampliando as possibilidades e os olhares sobre a realidade.

Nesse ínterim, situamos o CDVDH/CB que exerce papel fundamental na vida de crianças, adolescentes e jovens que passam pelas atividades socioculturais dessa entidade, utilizam-se da arte para criar relação de empatia entre as temáticas de relevância social e direitos humanos. As aulas utilizam artifícios que envolvem esses sujeitos, a irem além dos passos de dança, dos textos do teatro e das rodas de capoeira. “Se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode” (FREIRE, 1999, p.43). Versamos, então, de um processo educativo que possibilita a aprendizagem de uma maneira lúdica, descontraída, sem a rigidez da educação formal exercida nas salas de aula.

Trata-se de um mecanismo de educação que visa protagonismo, a partir das vivências e experiências coletivas, que partem das suas comunidades, dos seus locais onde estão suas raízes e acontecem livres da pressão tecnicista, possivelmente encontrada no ambiente da sala de aula tradicional. Podemos, então, afirmar que se trata de uma Educação Popular? Possivelmente, baseando-se no ponto de vista do *Caderno de Educação Popular e Direitos Humanos* que relata:

A Educação Popular foi concebida, elaborada e constituída, ao longo da história, por meio da ação-reflexão-ação. Não foi uma teoria que criou a prática, nem a prática que criou uma teoria. Ambas, na vivência educativa, foram determinantes para a concretização de uma práxis pedagógica. Essa práxis, originada do povo e para o povo, nasceu nos movimentos sociais populares e, por sua vez, ocupou os espaços institucionais. Nesse sentido, entendemos a Educação Popular como uma concepção geral da educação e não, simplesmente, como educação das populações empobrecidas ou “educação não formal”. Educação Popular é educação para todos (CADERNO DE EDUCAÇÃO POPULAR E DIREITOS HUMANOS, 2015).

Em consonância com ação-reflexão-ação, Paulo Freire aborda o princípio de educação em práticas não formais na conscientização da formação cidadã. Geralmente, esse modelo de educação está ligado aos movimentos populares/sociais, às lutas sindicais, às atividades

realizadas em ONG, projetos sociais e associações independentes, pois comumente são coletivos que estão conectados à luta pelos Direitos Humanos e à dignidade de sujeitos marginalizados. Assim:

A Educação Popular é capaz de representar o início e a convergência de uma série de experiências práticas e de categorias teóricas que possuem em comum a ideia de que a educação deve ser centrada e voltada à realidade, à experiência de vida e ao contexto de origem do(a) educando(a), para que assim ocorra um verdadeiro processo de aprendizagem (PICCIN; BETTO. 2018, p. 1).

Assim, em todas as turmas socioculturais, o CDVDH/CB promove encontros mensais de formação cidadã para discutir e refletir sobre diversas temáticas relacionadas com os Direitos Humanos, o que são violados e quais são os mecanismos de acesso à justiça, quando esses direitos são desrespeitados, pois Freire (1981) pontua que “os oprimidos, enquanto classe, não superarão sua situação de explorados a não ser com a transformação radical, revolucionária, da sociedade de classes em que se encontram explorados” (p.30).

Essas discussões são feitas a partir das realidades locais, das problemáticas vivenciadas pelas comunidades, considerando particularidades e dando oportunidade de fala a esses sujeitos, a partir das percepções de suas vivências, não se trata de chegar e depositar falas e discurso prontos nessas pessoas, trata-se de considerar outras histórias vindas de outras realidades, reproduzindo o que Paulo Freire conceituou de dialogicidade.

O CDVDH/CB, através da RAICE, nunca apostou na concepção de educação bancária, mesmo não se tratando de uma instituição de ensino, sempre prioriza a educação de todas as pessoas envolvidas, desde um formato coletivo e democrático que veja os (as) aprendentes como protagonistas. Assim, reforçamos o entendimento sobre esse modelo inadequado de educação:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los [...] na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber (FREIRE, 2013, p. 81).

Compreender a magnitude desse trabalho junto ao compromisso de possibilitar novos olhares a essas pessoas menos favorecidas e marginalizadas pela sociedade é uma forma de “esperançar” junto a elas a certeza de um mundo mais justo. Assim, concordamos com as palavras de Freire (2006), ao colocar que o ato de educar/ensinar é uma forma de intervir no mundo. “Movo-me na esperança enquanto luto e se luto com esperança, espero” (FREIRE, 2004, p. 47).

4 EM CIRANDAS CONVERSAMOS

Este capítulo remete ao resultado da pesquisa, em que objetivamos analisar as metodologias socioeducativas desenvolvidas pela Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão – RAICE e os respectivos impactos na prevenção ao trabalho escravo contemporâneo, no município de Açailândia- Maranhão. Assim como relatar as experiências vividas nas cirandas, com as turmas das ações socioculturais “Dançarte” - Centro Comunitário da Vila Bom Jardim, “Capoeira Cidadã” - Centro Comunitário da Vila Ildemar e, alguns/as adolescentes que fizeram parte da turma de teatro “Centro da Arte” - Vila Ildemar. Nas cirandas, foram criados os fanzines a partir das palavras geradoras: “Direitos Humanos”, “CDVDH-CB”, “Trabalho Escravo” e “RAICE” que resultou na cartilha educativa ilustrada como produto final fruto desta dissertação.

4.1 CENTRO DA ARTE

Imagem 26: Logo do grupo centro da Arte.



Fonte: CDVDH/CB

O grupo teatral *Centro da Arte* - CA foi a primeira atividade artística que aconteceu no Centro de Defesa, os/as militantes que já atuavam no combate às violações aos Direitos Humanos resolveram agir nas comunidades dos bairros mais marginalizados de Açailândia, de forma cuidadosa e impactante, foi quando pensaram no teatro que, de maneira estratégica, envolveram as/os próprios/as adolescentes dos bairros. Com a preocupação de que algo precisava ser feito e com urgência, resolveram utilizar-se da dramaturgia para chegar até o povo dentro das comunidades, adotaram como abordagem para conscientizar as pessoas sobre as

temáticas sociais tratadas pelo CDVDH/CB. Não é de hoje que esta forma de prática vem como forma de denúncia e enfrentamento, mais do que música e textos, o teatro possui função social.

A arte é libertária e o teatro é, sem dúvida, das Artes, expressão libertária por excelência. A possibilidade de “re-viver” sentimentos e situações sem barreiras de tempo e espaço, de presenciar fatos de verdade ocorridos ou apenas existentes no imaginário do autor, possibilita resgate do indivíduo e da sociedade. (NAZARETH, 2009, apud MIRANDA *et al.*, 2009, p. 172).

A primeira movimentação do grupo CA foi no ano de 1999, quatro anos após a fundação do Centro de Defesa, desde então, o grupo se consolidou e realizou grandes espetáculos, com temáticas de extrema relevância social, sempre atendendo a crianças, adolescentes e jovens, por meio de projetos sociais. Inclusive, no ano de 2005, o grupo circulou pelo Brasil com um dos maiores espetáculo *Josimos das terras e das águas de lá*, peça teatral de grande produção e elenco de quinze atores e atrizes, mais produção, contando a história de luta e militância de Pe. Josimos na região do Bico do Papagaio.

Imagem 27: Apresentação do espetáculo Josimos.



Fonte: CDVDH/CB.

A turma que se instalou primeiramente na sede da ONG, logo ganhou força e se estendeu à Comunidade da Vila Ildemar, onde elaborou produções de peças e performances riquíssimas em boniteza e informação para população, as paredes do CDVDH/CB eram pequenas e nunca limitou esse grupo sedento de arte, o coletivo artístico fazia intervenções, teatro de rua, apresentações em praças, escolas, eventos e mobilizações, sempre levando fortes mensagens ao povo, por meio da atuação. Como demonstram as fotos que seguem:

Imagem 28: Apresentação Teatro de Rua.

Fonte: DCVDH/CB.

Imagem 29: Espetáculo Centro 25 anos.

Fonte: DCVDH/CB.

Com aulas regulares de teatro, expressão corporal, interpretação e leituras além das formações cidadã que preparavam os jovens, que eram remunerados mensalmente para participarem do elenco. Uma das linhas que foram adotadas pela coordenação para servir de base para esse grupo foi o Teatro do Oprimido²³ que “se caracteriza claramente em suas dimensões política, artística, estética e educativa” (ARAÚJO, 2018, p. 32) tem na essência o uso do método cênico-pedagógico para conscientização social, fortalecido por uma pedagogia socialista, que tem forte influência freiriana, no aspecto transformador de ensinar para intervir nas evoluções da realidade social. Essa forma de atuar coaduna com a missão do CDVDH/CB, uma vez que rompe com as fronteiras entre a arte cênica e a prática política, entre o/a artista e o público, uma vez que o foco é a formação de sujeitos/as sociais que se tornem multiplicadores da luta por direitos e cidadania. As palavras do autor e ator Augusto Boal se entrelaçam a um dos objetivos centrais desse grupo, ao afirmar que:

Que o(a) professor(a), educador(a) não perca de vista a importância do seu papel enquanto agente social, ator/diretor de seu espetáculo/aula, que se preocupa e está comprometido muito mais com o despertar da consciência crítica e criativa de seu(sua) aluno(a)/Ator (Atriz), do que com a estética e a lógica capitalistas (BOAL, 1980, p. 42).

Seja a educação e/ou o Teatro do Oprimido, em uma perspectiva transformadora, tem total condições de lidar de forma segura, criativa e contextualizada com tais questões, mantendo o foco nas mudanças para um mundo mais humanos e menos desigual (CAVALCANTE; PUGLIESE, 2018). Desta forma, discorreremos aqui de um grupo que vem cumprindo a missão e perpetuando um processo de formação humana e cidadã ao qual se propôs há mais de vinte, quando foi pensado para contribuir com a transformação social de milhares de pessoas, que

²³ Teatro do Oprimido: técnica teatral participativa, desenvolvida pelo teatrólogo, artista e professor brasileiro Augusto Boal, nos anos de 1970, o método cênico-pedagógico consiste na conscientização social do público.

hoje muitos são jovens e adultos que se destacam como educadores/as, diretores teatrais, militantes, atores e atrizes comprometidos com a educação de outras crianças e adolescentes, por meio da arte e do teatro.

Apesar disso, o grupo Centro da Arte, mesmo com sua trajetória de muita relevância para as ações socioculturais do CDVDH/CB, passa por um momento de transição, portanto, os/as participantes estão dedicando-se a outros afazeres, o que é altamente compreensivo, uma vez que a intenção é exatamente que ganhem novos rumos e repliquem as aprendizagens e vivências que tiveram. Com isso, a equipe de projetos foi desafiada a repensar as ações e o público. Assim feito, hoje o educador de teatro Walison Melo que também é artista plástico, dedica-se a uma nova turma de 15 crianças de faixa etária entre cinco e 10 anos de idade.

4.1.1 Encontro com a turma Dançarte da Vila Ildemar e algumas pessoas que já participaram do Grupo Teatral Centro da Arte, às 14h, dia 03 de agosto de 2022

No início da pesquisa, tínhamos idealizado realizar os círculos de cultura com uma turma de dança, uma de capoeira e uma de teatro, todavia, a turma de teatro estava desativada e experimentando uma outra atividade com um novo público, o que motivou a repensar a estratégia, para não comprometer o andamento da pesquisa, então, com a ajuda da educadora de dança e agente de cidadania do bairro Vila Ildemar, realizar a ciranda e oficina de fanzine na turma de dança e convidamos algumas pessoas que foram integrantes do teatro para participar do momento. Ao considerar a ligação que as crianças, os adolescentes e jovens desenvolvem com os centros comunitários, não foi difícil trazê-los para contribuir com essa etapa da pesquisa.

A roda de conversa já começou com muitos questionamentos, a curiosidade dos/as educandos não permitiu ao menos que o ambiente fosse preparado com os materiais paradidáticos para seguirmos com a dinâmica do encontro. De forma muito espontânea, as conversas paralelas foram se interligando e, de maneira surpreendente, conectando-se com a proposta desejada. Não demorou para que, de forma muito peculiar e independente entre eles/as mesmos, fossem se indagando e organizando um diálogo participativo e muito rico, repleto de concepções e muita entrega para o processo.

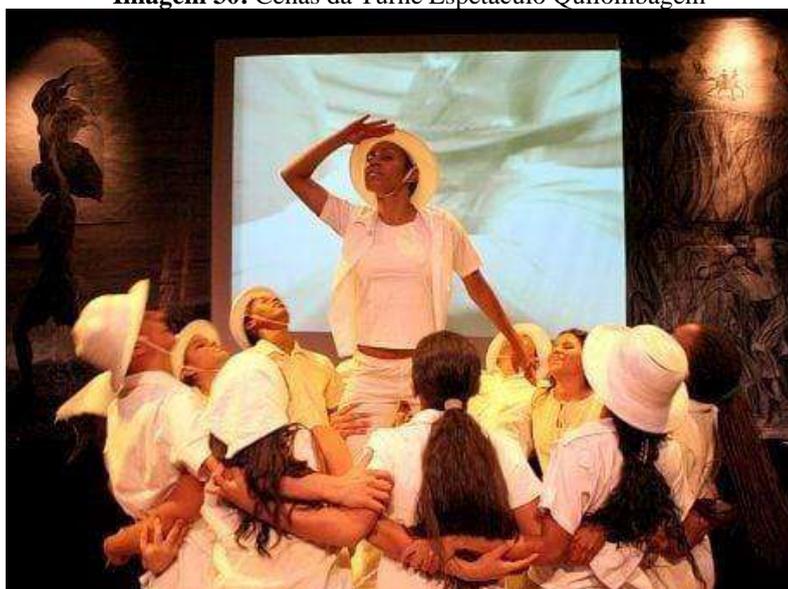
Diante das palavras geradoras expostas, no meio da conversa, eles/elas começaram a correlacioná-las de forma muito interessante. Eu? Surpresa e atenta aos detalhes, não fiz interrupções, apenas anotações, dentre as falas, ouvimos:

A complexidade e a dimensão no entorno de cada palavra expressada nesse poema nos remetem ao espetáculo multicultural *Quilombagem*²⁵ *Um Canto de Resistência e luta pela Liberdade*, protagonizado por adolescentes e jovens que retratavam, de maneira artística, a escravidão antiga e atual, por meio de dança, canto, percussão, teatro e capoeira. Uma produção de forte impacto e relevância social que arrancou lágrimas e fortes reflexões Brasil a fora, pela maneira real e incisiva que abordava a crueldade do sistema escravagista.

O musical acontece em dois atos. No primeiro, percorre as origens da escravidão antiga até o triunfo da liberdade reconhecida pela Lei Áurea, aprovação ocorrida através de muita dor, sofrimento, sangue derramado, bravura e reconforto da espiritualidade ancestral.

O segundo ato faz um paralelo com a escravidão contemporânea, em que os próprios trabalhadores se encarregam das narrativas que, por sua vez, são dotadas de indiscerníveis humilhações e, como a união entre esses sobreviventes, a denúncia e a cultura podem possibilitar novo tempo, em que trabalhadores/as sejam dignamente respeitados e tratados como seres humanos.

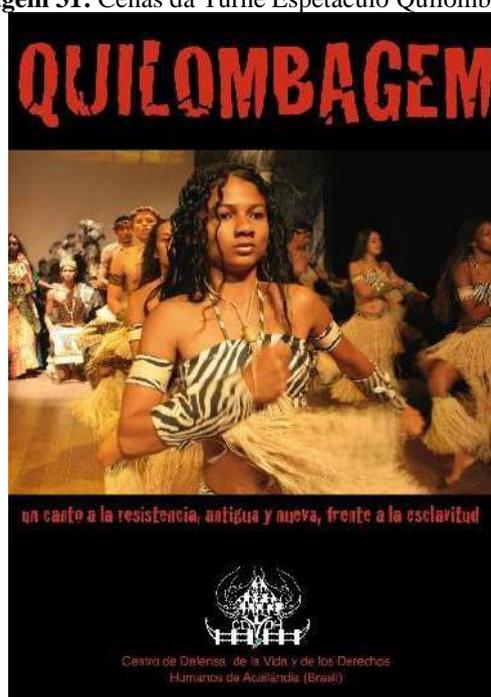
Imagem 30: Cenas da Turnê Espetáculo Quilombagem



Fonte: CDVDH/CB (Espetáculo Quilombagem).

²⁵ Quilombagem: espetáculo multicultural musical de dança, teatro, capoeira e percussão, criado coletivamente e, em dois atos, retratou a escravidão colonial e contemporânea. Esteve em turnê pela Europa, no ano de 2008, com 35 jovens do CDVDH.CB.

Imagem 31: Cenas da Turnê Espetáculo Quilombagem.



Fonte: CDVDH/CB (Espetáculo Quilombagem).

Imagem 32: Cenas da Turnê Espetáculo Quilombagem.



Fonte: CDVDH/CB (Espetáculo Quilombagem).

Voltando para a ciranda, depois de muitas falas e algumas anotações, partimos para a confecção das fanzines. Montar a revistinha com dobraduras para, posteriormente, passar para o processo de recortes e colagens com revistas, cola e tesouras. A atividade continuava a surpreender, tínhamos um ambiente de turma mista, com faixas etárias, tempos de vivências e bagagens diferentes, porém, de forma natural, começaram a trabalhar em grupo e se ajudarem

mutuamente na construção dos seus materiais. Ao final, foram construídas zines muito caprichosas e bonitas.

A produção dos fanzines tem característica didática lúdica, que permite aos/às participantes uma liberdade de expressão, bem como o compartilhamento de experiências entre essas pessoas, o que tem trazido certa leveza e envolvimento dos/as alunos/as da turma.

Imagem 33: Oficinas de fanzine no Centro Comunitário da Vila Ildemar.



Fonte: Acervo pessoal.

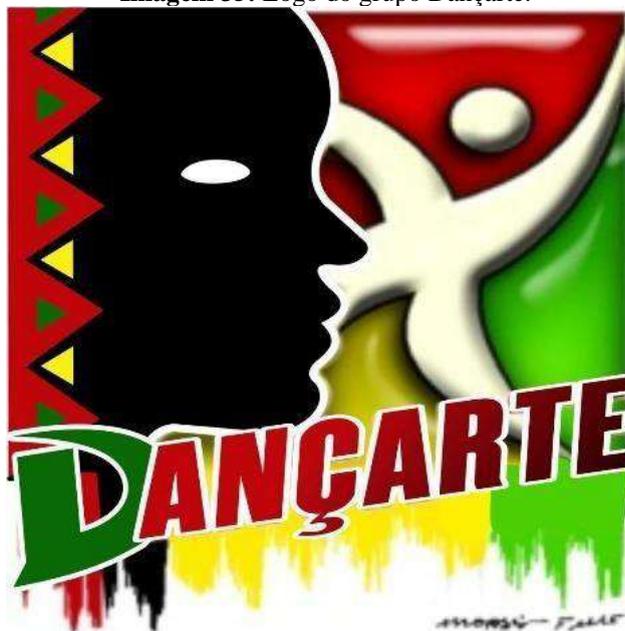
Imagem 34: Oficinas de fanzine no Centro Comunitário da Vila Ildemar.



Fonte: Acervo pessoal.

4.2 Dançarte

Imagem 35: Logo do grupo Dançarte.



Fonte: CDVDH/CB.

O grupo Dançarte surge no ano 2000 com oficinas de dança para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social nos Centros Comunitários dos bairros atendidos pelo CDVDH/CB. Há vinte e dois anos, a Instituição tem oferecido à cidade de Açailândia alternativa para confrontar as mazelas sociais que atingem diretamente vários moradores/as que vivem nas periferias desta cidade sem alternativas de protagonismo para os seus/as filhos/as, pensando na carência de alternativas oferecidas às comunidades.

Dessa maneira, sugerimos a “arte da dança como linguagem sensível, que possibilita uma vivência rica em conteúdo que norteiam o processo criativo, compreendendo a tradição e as memórias de uma herança cultural” (SANTOS, 2009, p. 15).

A dança é a arte de (re) criar-se a partir daquilo que se é e vive. Dor e sofrimento, felicidade e alegria, dúvidas e tristezas, êxitos e fracassos, o que se vive e o que se sente tornam-se elementos para construir a dança, para isso é necessário operar com emoções e sentimentos, mas também o corpo, tornando-se ágil, forte, flexível para executar os movimentos e os passos que se criam e se (re) produzem. Essas construções que o sujeito realiza possibilitam não apenas a construção de uma expressão artística, mas também sentir-se parte de uma cultura que é compartilhada pelos seus pares, integram-se em práticas comuns àqueles que consideram amigos, produzindo um reconhecimento de si e do outro (AMARAL, 2015, p. 170).

Assim, ela intermedia o mecanismo de atuação e ferramenta para chegar até esse público, oferecendo diálogo de conscientização e formação cidadã, para que seja possível a

participação social dessas pessoas em uma sociedade mais justa e participativa do ponto de vista popular.

Imagem 36: Apresentação na praça da Vila Ildemar.



Fonte: CDVDH/CB.

Imagem 37: Apresentação em uma escola municipal de Açailândia.



Fonte: CDVDH/CB.

O Dançarte, atualmente, desenvolve-se nos Centros Comunitário da Vila Ildemar e Vila Bom Jardim, atendendo diretamente cerca de 35 pessoas. Divididas entre esses bairros, ao longo desses anos, essas aulas de dança já aconteceram em outros bairros da cidade que também foram atendidos pelo CDVDH/CB, chegando a contemplar cerca de 250 crianças e adolescentes simultaneamente. Durante esses anos de atuação, existe rotatividade e fluxo de pessoas participando dessas oficinas que acontecem de duas a três vezes por semana.

Uma particularidade do Dançarte é a forma como utilizam a dança para trabalhar com os/as participantes, desde a fundação, utilizam-se das danças de matriz africana como forma de valorização das raízes negra e fortalecimento histórico e cultural dessas manifestações

artísticas. É fundamental o conhecimento da raiz de pertencimento, “conhecer esta herança é uma forma de assumir as múltiplas influências da tradição, razões de existência e resistência, que nos fortalecem enquanto identidade e ajudam a compreender melhor a cultura brasileira” (SANTO, 2009, p.33).

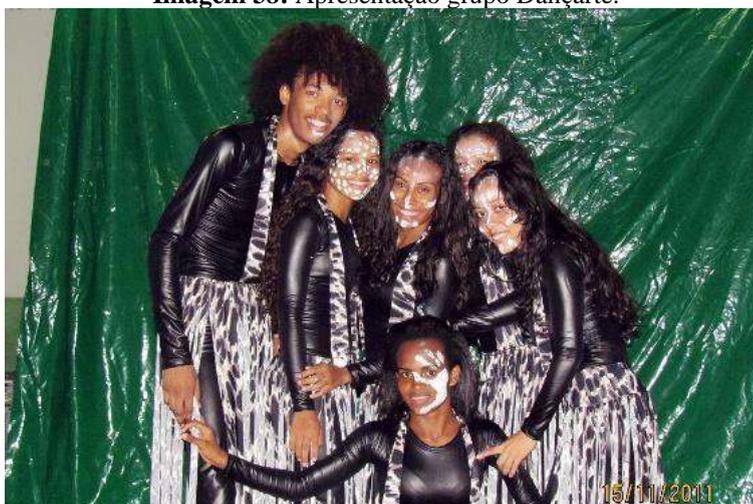
Dessa forma, existe um cuidado voltado ao processo de entendimento do que dançar? Para que e para quem dançar? Uma vez que Christine Greiner (2008) afirma que a performance de um corpo depende sempre da estrutura do sistema, na relação com o ambiente “[...] e na forma como a memória se manifesta, já que a memória é também uma propriedade sistêmica e fundamental para a sobrevivência” (p.40). Neste sentido, esses/as educandos/as são, cada vez mais, afastados do “modismo” das danças que fortalecem a sexualização de crianças e adolescentes que são comumente oferecidas pela mídia.

Conforme a metodologia adotada pela equipe sociocultural da ONG, no grupo Dançarte, durante as aulas com as turmas, é trabalhado um repertório musical coerente às pautas de luta do CDVDH/CB, isso é o que possibilita a ação do diálogo e de discussão sobre essas músicas, naturalmente feito em coletividade nas rodas de conversas, durante os encontros. O trabalho coreográfico é um elemento secundário que somente é realizado, posteriormente, ao processo de compreensão das músicas e das danças. Para exemplificar, citamos a canção: *Canto das Três Raças*, da cantora Clara Nunes, uma música que faz parte da história do Dançarte, que foi tema de várias rodas de conversas e diálogos dos/as educadores/as e educandos/as, para compreender a bagagem história que a música carrega e qual a importância de ser dançada, esse processo permite originalidade e consciência e empoderamento aos/as dançarinos/as.

O Dançarte dança para protestar as condições de desigualdade provocadas pelo racismo estrutural, para conscientizar tanto os/as participantes quanto quem assiste do poder transformador da arte, além de combater as mazelas sociais, uma vez que estão submersos em um processo de educação popular, utilizando-se da arte da dança na perspectiva de instrumento formador e disseminador da educação.

O corpo como construção cultural é internúncio de emoções, sensibilidades e valores ético-estético decorrentes das relações históricas e sociais (SANTO, 2009). Assim, esse grupo dialoga com os Direitos Humanos nas mais variadas esferas, empregando a corporeidade para expressar o racismo, o combate ao trabalho escravo e infantil, os direitos de crianças e adolescentes, dentre diversas outras questões sociais pautadas na luta desses possíveis novos/as defensores/as de Direitos Humanos.

Imagem 38: Apresentação grupo Dançarte.



Fonte: acervo pessoal.

Imagem 39: Caminhada do Dia da Consciência Negra.



Fonte: Acervo pessoal.

Outra assertiva na atuação desse grupo é que os/as educadores/as tem a formação social nas atividades de base da instituição, o que implica afirmar que hoje eles/as partilham e socializam as vivências e lições que aprenderam neste mesmo chão. Portanto, o processo de desenvolvimento e a evolução metodológico desenvolvidos lhes garantem certo pertencimento, o que facilita e deixa mais natural a condução da turma. Isso, também, assegura certa originalidade ao trabalho realizado com esses/as sujeitos/as.

Sendo apenas umas das ações socioculturais do CDVDH/CB que mantém constância e originalidade na maneira de se utilizar da dança para inserir crianças e adolescentes na atuação protagonista da sociedade, hoje muitos/as jovens são exemplos de militância e grandes profissionais que desenvolvem atuação de empoderamento e liderança comunitária, após passarem pelas turmas de base que desenvolve trabalho artístico e social no CDVDH/CB, como

temos Yoná Luma Campos ²⁶que já atuou em várias áreas como educadora de dança, coordenadora das atividades socioculturais, coordenadora de formação cidadã e, no momento, é a atual secretária executiva na instituição, assim como ela, temos outros exemplos, dentro e fora do Centro de Defesa.

4.2.1 Encontro com a turma Dançarte da Vila Bom Jardim, dia 29 de julho de 2022, às 16h

Esse encontro foi realizado na sexta feira, no turno vespertino, com a turma Dançarte da vila Bom Jardim, no horário habitual das oficinas de dança das ações socioculturais do CDVDH/CB. Estas oficinas acontecem por meio do projeto Construindo a Cidadania, financiado pelo Fundo da Infância e Adolescência – FIA²⁷, a atividade teve duração de duas horas. Na ocasião, participaram desse momento a educadora da turma Tamara Muniz ²⁸que se disponibilizou em abrir o espaço para a atividade vinculada à pesquisa, bem como contribuiu diretamente na execução e no direcionamento da atividade. Participou, também, o educador de teatro da instituição e o artista plástico Walisom Melo Teixeira²⁹que contribui com a oficina de fanzine, a agente de cidadania e voluntária do Centro Comunitário Eva Maria Bastos³⁰, o professor Dr. Witembergue Gomes Zaparoli, orientador neste processo de pesquisa, as oito crianças participantes da turma e Leidiane Souza Silva Pereira, a provocadora do encontro e executora da pesquisa.

Imagem 40: Oficina de fanzine no Centro Comunitário da Vila Bom Jardim.



Fonte: Acervo pessoal.

²⁶ Yoná Luma: graduada em pedagogia, mestranda da UFMA, artista popular, secretária executiva do CDVDH/CB, educadora popular e militante de Direitos Humanos.

²⁷ Fundo para Infância e Adolescência-FIA: responsável por captar e aplicar recursos financeiros na execução de políticas públicas para crianças e adolescentes.

²⁸ Tamara Muniz: mulher negra, artista, dançarina e educadora popular de dança, da turma Dançarte do CDVDH/CB.

²⁹ Walisom Melo: artista plástico, figurinista, ator e educados de teatro do CDVDH/CB.

³⁰ Eva Maria: mulher, mãe, participante das atividades de base desde criação, atualmente, voluntária e participante das ações socioculturais pelo CDVDH/CB pelo projeto Mulher Maravilha.

Imagem 41: Oficina de fanzine no Centro Comunitário da Vila Bom Jardim.



Fonte: Acervo pessoal.

Compomos uma roda de conversa com a exposição das palavras geradoras, que foram selecionadas a partir do entendimento temático que o CDVDH/CB trabalha, dentro da execução da proposta metodológica, tivemos etapas distribuídas em registros ao longo do texto. Para uso dessas imagens, obtivemos anuência através do Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE.

Na primeira etapa, as crianças mostraram que existia uma compreensão acerca das palavras geradoras e foram verbalizando cada uma delas, de acordo as suas concepções, *Trabalho Escravo* elas categorizaram como:

“Trabalhar sem receber” (CJ).

“Não ter boas condições de dormida” (AP).

“Comer comida estragada” (JG).

“Ter suas documentações retida” (JL).

“Trabalhar na juquira no sol, sem direito a descanso” (AL).

“Ou trabalhar mesmo estando doente” (F).

Fazendo referência à citação do autor citado na página 66, Sarlet afirma que “temos um complexo de direitos e deveres fundamentais que nos assegura enquanto seres humanos contra todo o ato de cunho degradante e desumano” (2001, p.64), isso faz ligação com as falas dos/as participantes durante a ciranda, ao dialogarem sobre direitos humanos.

A terceira palavra discutida na roda de conversa, durante o círculo de cultura, foi *CDVDH/CB*. Como essas participantes enxergam a ONG? As respostas foram múltiplas e passaram por diversos olhares, como:

“Aqui é lugar de fazer arte” (PP).

“O Centro resgata as pessoas” (VR).

“O centro da oportunidade de as pessoas serem seres humanos melhores (G) ajuda as comunidades (LF).

“O centro luta pelo direito das pessoas, salva as pessoas do trabalho escravo...” (B).

Entre várias outras falas que coadunam com o que diz D. Pedro Casal Daligana, página 58 deste texto:

O Centro de Defesa de Açaílândia vem assumindo exemplarmente a causa do trabalho digno, verdadeiramente humano, denunciando o trabalho que desumaniza e conscientizando o povo trabalhador, mais concretamente nestas fazendas do latifúndio iníquo e nas carvoarias onde queimam as pessoas juntamente com a lenha (BASCARAN *et al.*, 2007, p. 13).

A atuação legítima do *CDVDH/CB* junto às comunidades faz com que seu público tenha consciência de suas ações, isso possibilita relação de companheirismo entre participantes e instituição que fortalece e solidifica ainda mais o trabalho frente à luta pela vida digna das pessoas que procuram essa instituição.

Imagem 42: Oficinas de fanzine e ciranda no Centro Comunitário da Vila Ildemar.



Fonte: Acervo pessoal.

Imagem 43: Oficinas de fanzine e ciranda no Centro Comunitário da Vila Ildemar .



Fonte: Arquivo pessoal.

A quarta e última palavra geradora trabalhada no círculo de cultura foi RAICE, a turma de maneira mais contida e menos participativa externalizaram que:

“É um projeto do CDVDH/CB” (CE).

“É um trabalho que o Centro faz em parceria com outras entidades para erradicar o Trabalho Escravo” (LH).

“É uma atividade feita em outros municípios além de Açailândia” (VA).

“É uma atividade continua que envolve os/as trabalhadores/as e as famílias, é uma rede que visa acabar com a escravidão contemporânea” (PG).

“Oferece cursos para comunidade” (LH).

Há pertencimento, vontade de querer saber sobre e uma metodologia que envolve crianças e adolescentes a tal ponto de saberem que a Rede de Ação Integrada de Combate à Escravidão trata-se de uma ação que, por meio das relações do CDVDH/CB, “identifica vulnerabilidades para o trabalho escravo e promove ações que constroem capacidades individuais e comunitárias para criar alternativas de sobrevivência” (COSTA, 2021, p. 167). Assim, as frases ditas pelos/as participantes no momento correspondem ao que diz a autora na página 77 desta dissertação.

Após a roda de conversa, outro momento muito importante do nosso encontro foi a oficina de fanzine, foi feito momento introdutório em que explicamos o que é, para que serve e como faz, em seguida, passamos para a prática, em que as crianças e os adolescentes aprenderam a montar o de cada um, a partir dessa ocasião, foram utilizados alguns materiais paradidáticos e didáticos, como folha A4, lápis de cor, tesouras, giz de cera, cola e revistas.

Imagem 44: Registro da construção dos fanzines das crianças.



Fonte: Acervo pessoal.

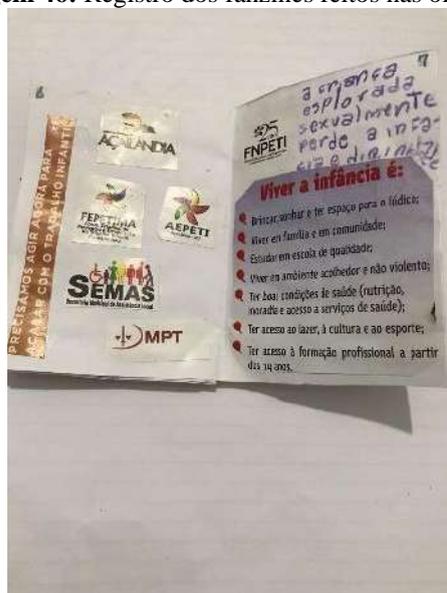
Imagem 45: Registro da construção dos fanzines das crianças.



Fonte: Acervo pessoal.

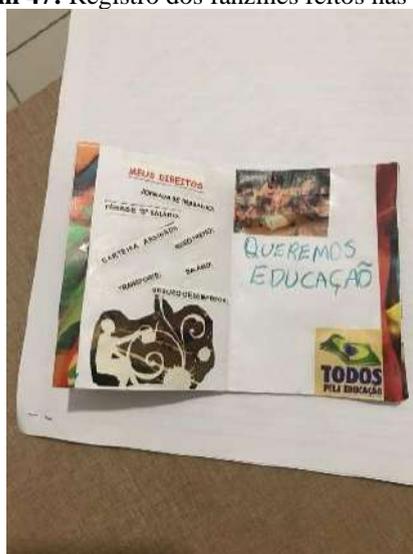
O primeiro passo da técnica é montar a “zine”, utilizando apenas a folha A4, por meio de dobraduras, em seguida, após o livreto ou revistinha montado, partimos para a última parte e, também, a “mais divertida”, como dito no momento da roda pelos/as participantes. O desafio seguinte foi utilizar as percepções levantadas a partir das palavras geradoras e aproveitá-las como conteúdo para os livretos/zine. Então, a turma desfrutou de todo material que estava exposto em roda, bem como das vivências e da criatividade para montar os fanzines temáticos.

Imagem 46: Registro dos fanzines feitos nas oficinas.



Fonte: Acervo pessoal.

Imagem 47: Registro dos fanzines feitos nas oficinas.



Fonte: Acervo pessoal.

Durante a confecção dos zines, fato curioso mereceu atenção, praticamente toda a turma optou pela expressão geradora *Trabalho Escravo* e, ao fazer os recortes nas revistas,

procuravam por imagens de pessoas negras executando serviços braçais e/ou em locais que tinham semelhança com ‘*matas*’. O que faz uma ligação direta com o TEC nas fazendas, essa lembrança é resultante dos diálogos nas formações cidadã, essa atitude leva a crer quer mostrar que eles/as sabem que o combate a essa categoria é uma das principais linhas de enfrentamento da ONG que fazem parte.

4.3 Capoeira cidadã

Imagem 48: Logo do grupo capoeira cidadã.



Fonte: CDVDH/CB.

O grupo Capoeira Cidadã surgiu a partir do incômodo do CDVDH/CB em reconhecer a carência de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, e como isso era um problema de forte impacto social na comunidade Vila Bom Jardim. Com isso, a equipe executiva resolveu captar recursos e, então, buscar mecanismos para amenizar as mazelas vividas por aquela localidade. Paulo Freire (2020) discorre sobre uma “experiência esperançosa, e não desesperançada, já que o futuro não é um *dado* uma sina, um fado” (p.189). Foi, então, no ano 2002 que através da capoeira que a esperança renasce naquele bairro em forma de arte, luta e resistência para os/as moradores/as, pais e mães, vendo uma alternativa cultural para contribuir com a educação social e cidadã dos/as seus/os filhos/as.

Como patrimônio cultural do Brasil, é importante dialogar com alguns autores sobre a origem da capoeira, alguns pesquisadores, estudiosos da cultura afro-brasileira, africana e historiadores, acreditam que a capoeira surgiu no Brasil por um processo de aculturação, em prol da liberdade humana da raça negra escravizada pelos dominantes da época do Brasil Colonial (SANTOS, 1990, p. 19). Na visão de mestre Pastinha (1988, p. 26), um dos maiores

precursores desta arte no país, “Não há dúvida que a capoeira veio para o Brasil com os escravos africanos”. Para Marinho (1956), não resta dúvidas de que a capoeira foi trazida para o Brasil pelos negros africanos bantos e da Angola. Em razão da importância de dados históricos sobre o surgimento dessa arte, compreende-se que é movimento de muita resistência e luta.

Imagem 49: Batizado de capoeira no ano de 2019.



Fonte: CDVDH/CB.

Imagem 50: Roda de capoeira na praça.



Fonte: CDVDH/CB.

Tendo a resistência como elemento determinante, a capoeira é uma prática da cultura popular que exerce papel importante no processo de formação cidadã e humana de crianças, adolescentes e jovens, pois as aulas não têm a finalidade de ensinar apenas aspectos técnicos, o ensino da prática desde os primeiros anos até os dias de hoje transmite a essência da luta, do

esporte e dos golpes, acompanhado de elementos que envolvem sua emersão na arte, na cultura e na história. Sem esquecer que, agora, torna-se importante ferramenta na educação contemporânea neste novo mundo globalizado (VIEIRA, 2007).

Assim, desde as primeiras aulas, não diferente da dança, a capoeira cidadã já atendeu, ao longo desses anos, mais de três mil meninos e meninas dos bairros periféricos da cidade de Açaílândia, sendo mecanismo transformador na vida desses/as sujeitos e possibilitando novas vivências por meio dessa prática. Atualmente, as oficinas acontecem, semanalmente, nos Centros Comunitários da Vila Ildemar, Vila Capellosa e Vila Bom Jardim com quatro turmas, de 15 participantes cada, totalizando 60 pessoas. As atividades acontecem três vezes por semana com duração de duas horas cada, é importante pontuar a atuação da Formação Cidadã que acontece uma vez por mês e é ministrada por alguém que compõe a equipe do CDVDH/CB, pois, assim como as demais atividades da instituição, a capoeira também serve de elo para que temáticas de relevância social e direitos humanos cheguem até essas comunidades.

A grande desenvoltura dessa ação perante a comunidade fez com que a capoeira cidadã, no decorrer de sua trajetória, tenha se consolidado e firmado grandes parcerias com outros grupos e associações pelo Brasil, Abada Capoeira e Raízes do Brasil se tornaram dois grandes parceiros. Com isso, estabeleceu-se como uma das atividades de base do CDVDH/CB no combate às violações de Direitos Humanos. E, de forma comprometida, vem mantendo a constância com as turmas nos Centros Comunitários, acolhendo essas pessoas e realizando tradicionalmente o batizado de capoeira e troca de corda dos/as educandos/as, evento que acontece uma vez ao ano e recebe capoeirista de várias partes do Brasil, para evolução da graduação das crianças, adolescentes e jovens que participam dos projetos sociais do CDVDH/CB. Acrescenta Soares (2001):

Os corpos são educados por toda a realidade que os circunda, por todas as coisas com as quais convivem, pelas relações que se estabelecem em espaços definidos e delimitados por atos de conhecimento. Uma educação que se mostra como face polissêmica e se processa de um modo singular: dá-se não só por palavras, mas por olhares, gestos, coisas, pelo lugar onde vivem (2001, p. 110).

Todas as nossas vivências fazem parte de um processo de aprendizado estabelecido pelas nossas relações de convivência que se configuram de maneiras múltiplas, no entanto, são absorvidas particularmente por cada sujeito/a.

Imagem 51: Batizado de capoeira.



Fonte: CDVDH/CB.

Imagem 52: Aulão de capoeira na Praça do Pioneiro.



Fonte: CDVDH/CB.

4.3.1 Encontro com a turma Capoeira Cidadã da Vila Ildemar, dia 03 de agosto de 2022 às 10h

outrora foi. E com o cansaço de uma que carrega o fardo de grandes labutas, porém com a vitalidade e esperança de uma menina, ela fez a seguinte fala ao grupo:

Eu, minha mãe, meu pai e meus irmão dormíamos no curral da fazenda junto dos animais, não tínhamos acesso à casa grande, não íamos à escola, tínhamos que trabalhar para poder comer e ficar na fazenda. Comíamos o mínimo para segurar em pé e dar conta do trabalho, não tinha fartura não! Refrigerante e bolacha de sal? Eu vim conhecer já grande, depois de casada (UMA MÃE, ciranda dia 03/08/2022).

A fala daquela mãe reforçou a importância da formação que o CDVDH/CB realiza dentro das comunidades com as pessoas mais empobrecidas, pois “a educação em direitos humanos que defendemos é esta, de uma sociedade menos injusta para, aos poucos, ficar mais justa” (FREIRE, 2021, p.42). A arte é uma aliada nessa missão de educar de forma leve e conscientizar essas jovens da possibilidade de um futuro mais prospero, entendendo que é um processo lento, porém necessário.

E, apesar de ter sido uma fala dolorosa, todas as pessoas que estavam no ambiente ouviram o que ela dizia de forma atenta e compadecida, o impacto do relato deixou um ar de complexidade. Para concluir nosso encontro, propomos que os conhecimentos adquiridos fossem materializados nos zines. Foi, então, que a energia do momento mudou completamente, e todo mundo, inclusive a mãe que estava presente, começou a produzir o próprio material. Com muito entusiasmo, alguns/as escolhiam apenas um tema, outros/as preferiam fazer de forma geral. E, ao final, toda a turma saiu com o fanzine pronto.

Imagem 53: Roda de conversa e oficina de fanzine no Centro Comunitário da na Vila Capeloza.



Fonte: Acervo pessoal.

Imagem 54: Roda de conversa e oficina de fanzine na turma de Capoeira da Vila Bom Jardim.



Fonte: Acervo pessoal.

4.3.2 Os fanzines e o CDVDH/CB no processo socioeducativo

O processo de aprendizagem envolve fatores que estão imbricados na nossa vida, perpassa por emoções, relações afetivas e nossas memórias e histórias, essa aprendizagem, quando traz ferramentas de várias áreas da educação, pode ser compreendida como multidisciplinar, nas turmas de base do CDVDH/CB, são considerados, principalmente, a particularidade de cada participante, entendendo que cada ser tem seu ritmo, sua forma de aprender e traz consigo sua bagagem carregada de vivências boas e ruins que constroem o ser humano. Deste modo, a autora Virginia afirma que:

A aprendizagem não é entendida como passagem do não-saber ao saber, não fornece apenas as condições empíricas do saber, nem é uma transição ou uma preparação que desaparece com a solução ou resultado. A aprendizagem, é sobretudo, invenção de problemas, é experiência de problematização (KASTRUP, 2001, p.17).

Dessa forma, estando consciente de que os desafios existem, procuramos realizar as oficinas de fanzine durante as cirandas, nas turmas das ações socioculturais, mantendo uma relação com as aulas e as formações cidadã, priorizando a ludicidade, uma vez que Amarilha (1997, p. 88) pontua que: “a atividade lúdica é uma forma de o indivíduo relacionar-se com a coletividade e consigo mesmo.”

A ludicidade faz parte da metodologia adotada pelo CDVDH/CB, por entender que traz leveza na forma de aprender e ensinar, que aproxima os/as educadores/as e educandos/as, bem

como ressignifica a maneira de aprender e ensinar. Nessa perspectiva, Zanluchi (2005, p.91) afirma que “A criança brinca daquilo que vive; extrai sua imaginação lúdica de seu dia-a-dia.” Dito isto, propiciar a esses/as seres aprendentes uma troca de experiências leve e carregada de significados que respeitem suas trajetórias, é parte da função educativa e social da instituição.

A partir desse entendimento, tentamos harmonizar o ambiente, o mais natural possível para gerar sensação de conforto e liberdade, logo, Freire (1996, p.47) alicerça que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Trouxemos para as oficinas de fanzine a roda, sentados/as no chão, na intencionalidade de igualar todas as pessoas e criar ambiente mais informal, a roda de conversar/diálogo, respeitando a metodologia que é usada pela equipe na formação cidadã, os materiais paradidáticos distribuídos no chão à disposição deles/as, evitando matérias como data show com projeção e dando espaço às palavras geradoras escritas em cartolina.

Esse processo foi repetido em todas as turmas e isso deixou as crianças e adolescentes muito livres e à vontade e, de forma muito natural, todas as oficinas de zine foram uma grande brincadeira, pois o autor Wallon (1979, p. 45) afirma que: “a criança aprende muito ao brincar”. “O que aparentemente é só uma distração ou gastar energia é na realidade uma importante ferramenta para o seu desenvolvimento”. Deste modo, o processo foi inteiramente protagonizado pelas crianças e pelos adolescentes, deixando prevalecer a dualidade de estarem totalmente imersos/as e simultaneamente comprometidos/as com a proposta.

Nos três círculos de cultura, prevaleceu a espontaneidade das turmas, ao verbalizar as concepções acerca do CDVDH/CB é como, se estivessem falando sobre um conteúdo da melhor disciplina escolar, as mãos levantavam-se descontroladamente pedindo fala. Foi nítido que eles/as sabem sobre esse chão, essa localidade geográfica que é casa/lar para muitos que lá estão, ou que por lá passaram “eu inclusive”.

Esses meninos e meninas falam do Centro de Defesa com muita consciência, conhecimento, sabedoria, entendimento e, acima de tudo, pertencimento, amor e paixão. A prática do fanzine possibilitou esses/as expressarem, além dos conhecimentos, as emoções e os sentimentos, uma vez que “articulando arte e cultura visual, podemos dizer que os fanzines configuram-se registro espontâneo de um determinado momento histórico, um recorte que reflete a realidade social da contemporaneidade de quem o produz” (VALLE; JUNIOR, 2005, p.03). Assim em todas as oficinas realizadas, foi nítida a ligação entre as concepções dos/as participantes acerca da palavra geradora CDVDH/CB, e as mais comuns entre elas são as expostas a seguir:



O fanzine é um mecanismo de expressão social, é um artifício de produção independente, utilizada pelos artistas, pelos movimentos sociais, para levar (in)formação de maneira mais humanizada, particularizada, é feito de forma manual, envolvendo não somente os recursos paradidáticos utilizados, mas a visão social e as emoções de quem o fazem. Assim, Valle e Júnior (2005, p.03) considera: “os fanzines, um possível respiro (uma ferramenta artística) para problematizar sobre os moldes sociais”. Deste modo, mesmo as oficinas sendo uma prática diferente para essas crianças e adolescentes, a maneira em que foi apresentada trouxe uma familiaridade.

4.4 Projeto construindo a cidadania

O Projeto Construindo a Cidadania há mais de doze anos realiza ações socioculturais que incentivam o protagonismo infantojuvenil e a inclusão de crianças e adolescentes em situação de grave vulnerabilidade social, em consonância com os serviços complementares da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, através do Fundo Municipal para Infância e Adolescência – FIA, em conformidade com o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, sob a supervisão da Comissão de projetos do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – COMUCA, por meio da Resolução nº.137/2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA; da Lei nº 136/97, que dispõe sobre o Município de Açailândia.

A violência contra crianças e adolescentes é uma constante no Maranhão, a exploração e o abuso sexual, o trabalho infantojuvenil e a incidência de múltiplas formas de negligência familiar e institucional são violações de Direitos Humanos contra a juventude que alcançam índices alarmantes dentro do estado. “Entre 2016 e 2020, 35 mil crianças e adolescentes de 0 a

19 anos foram mortos de forma violenta no Brasil – uma média de 7 mil por ano. Além disso, de 2017 a 2020, 180 mil sofreram violência sexual – uma média de 45 mil por ano” (UNICEFE, 2021, 15).

Outro agravante é a violência sexual que tem poder de destruir emocional e psicologicamente as vítimas, “entre 2017 e 2020 foram registrados 179.277 casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos, uma média de quase 45 mil casos por ano” (UNICEFE, 2021, p.16), sem falar que em muitos casos registrados, de acordo com dados oficiais da Associação dos Conselhos e Conselheiros/as Tutelares do Estado, na maioria das ocorrências, os autores são integrantes da família ou pessoas muito próximas do convívio familiar, o que facilita a vulnerabilidade das vítimas, e abre precedente para outros tipos de violência física e psicológica, bem como para o trabalho infantil. Deste modo, entendemos a violência de modo geral como:

A ‘violência’ é o nome que se dá a um ato, uma palavra, uma situação etc., onde um ser humano é tratado como um objeto, isto é, onde são negados seus direitos à dignidade de ser humano, de membro de uma sociedade, de sujeito insubstituível (CHARLOT, 2006:24 apud ASSIS, 2010, p.14).

Entendemos que é grande a probabilidade de crianças que trabalham se tornarem adultos/as vulneráveis às piores formas de violência e exploração do trabalho humano. Do mesmo modo, é grande a possibilidade de que filhos/as de trabalhadores/as explorados/as se tornem vítimas do trabalho infantil. Essa relação perversa aprisiona famílias inteiras em um ciclo vicioso de violações extremas de direitos humanos e laborais. Por entender que apenas a educação pode ser um processo de ruptura do sistema capitalista opressor que explora e desumaniza os seres humanos, consentimos com as palavras de Paulo Freire, ao afirmar “a educação deve ser, cada vez mais, uma experiência de decisão, de ruptura, de pensar certo, de conhecimento crítico” (p.189).

Nessa perspectiva, o projeto tem o objetivo geral de combater a exclusão social e as violações de direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social das comunidades mais prejudicadas com a falta de políticas públicas nesse município. Priorizando como objetivos específicos, a continuidade do trabalho de base que vem melhorando a qualidade de vida de crianças e adolescentes em risco de exclusão social, através da formação artística e cidadã, proporcionada pelas atividades culturais, bem como o fortalecimento da formação cidadã preventiva, o incentivo à participação social e o protagonismo infantojuvenil desses/as futuros jovens. Moura e Zucchetti (2010) alicerça que as práticas de educação não formal em espaços fora do ambiente formal trata-se:

Práticas bastante heterogêneas, constituindo experiências e atividades de educação realizadas no interior das organizações governamentais e não governamentais, que acolhem crianças, jovens, mulheres, moradores dos bairros de periferias das grandes cidades, entre outros, e que desenvolvem desde ações assistenciais de alívio à pobreza até práticas de militância, sociabilidade, formação para o trabalho etc. (2010 p.11).

Desse modo, as ONG se comprometem com o desenvolvimento de seus/as atendidos/as, implantando projetos sociais que ofereça condições básicas de engajamento social, político e educacional. Assim, reconhecemos em Paulo Freire (2020) que “vivemos hoje uma das situações históricas mais significativas de nossa vida política quanto ao aprendizado democrático” (p.20). Nesta perspectiva, o CDVDH/CB realiza atividades socioculturais (pintura, dança, capoeira, e convivência esportiva intercultural), regulares nos Centro Comunitários da Vila Bom Jardim, Vila Ildemar e Vila Capeloza, evidenciando que este bairro abriga mais de trinta famílias refugiadas indígenas Warao Venezuelanas, acompanhadas pelo CDVDH/CB e que são prioridades nessa turma, apesar de contar com a participação das crianças nativas. São realizadas visitas familiares pelas agentes de cidadania para oferecer encaminhamentos nos casos necessários, também é feito o acompanhamento escolar e parceria entre escolas e entidade para concitar os/as participantes nas demandas detectadas.

Com a liberdade de fazer um adendo ao objetivo central deste tópico que tem por finalidade apresentar o projeto Construindo a Cidadania, no entanto, é imprescindível mencionar que na cidade de Açailândia, mais precisamente no bairro da Vila Capeloza, onde está localizado um dos centro comunitários, residem, atualmente, mais de 30 famílias refugiadas indígenas Warao Venezuelanas, e o CDVDH/CB, por sua vez, acolheu essas famílias por meio de projetos, buscando conduzir essas famílias à nova rotina social a qual estão atualmente inseridas, tal qual direcioná-las na busca de políticas públicas de acolhimento a essas pessoas. Assim, desde o ano de 2020, têm se realizado atividades de formação, cursos profissionalizantes, atividades culturais e ações de mecanismo à justiça e políticas públicas voltadas a esse público de maneira específica.

As atividades são distribuídas em três turmas Vila Ildemar: 01 turma de arte e pintura, uma de capoeira e uma de dança; três turmas na Vila Bom Jardim com duas turmas de capoeira, uma de dança e uma de convivência esportiva intercultural, na Vila Capeloza. As aulas/oficinas acontecem três vezes por semana com duas horas de atividades – incluindo a dinâmica de acolhida roda de conversa, aula teórico/prática, formação cidadã e lanche. São inscritas no projeto 105 crianças e adolescentes com o envolvimento profissional das agentes de cidadania de cada bairro, a coordenação das ações socioculturais, coordenação da formação cidadã, os/a educadores/a e toda a equipe executiva e administrativa do CDVDH/CB.

Imagem 55: Aula de dança no Centro Comunitário da Vila Bom Jardim.



Fonte: CDVDH/CB

4.4.1 Produto Final

As reflexões dos fanzines construídos nos círculos de cultura pelos/as participantes das ações socioculturais das turmas de dança, teatro e capoeira foram destacados na *Cartilha Educativa Ilustrada* como produto final desta dissertação, que objetiva contribuir para sistematização do trabalho socioeducativo voltado às crianças e aos adolescentes atendidos pelo CDVDH/CB. O material mostra as ferramentas de formação cidadã, humano e social adotado pela equipe RAICE, o processo de prevenção nas aulas de dança, teatro e capoeira, a dinâmica das aulas, os impactos positivos na vida dos/as participantes, além da colaboração ilustrativa do artista plástico e educador de teatro Walison Melo.

Paulo Freire fala de uma educação para liberdade, ligada aos direitos humanos que tem que ser abrangente, totalizante, que esteja relacionada ao conhecimento crítico do real e com a alegria de viver (2021). Nessa perspectiva, a cartilha será distribuída para os/as participantes das oficinas de fanzine que contribuíram diretamente para confecção do material, alguns exemplares para o CDVDH/CB, bem como para outras instituições que realizam projetos sociais que se mantenham no seguimento e tenham o público similar e acreditem na metodologia abordada pela ONG.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desta pesquisa foi alicerçada durante o percurso de 2021 a 2022, mesmo ciente de que todo esse processo de construção já existia em um caminhar de logas anos da minha pessoa como pesquisadora dentro do universo que compôs o lócus desta investigação.

O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán, instituição que com 25 anos de existência tem contribuído de maneira efetiva na garantia dos direitos humanos das pessoas mais empobrecidas e excluídas da sociedade, mantendo foco principal no combate ao trabalho escravo que assola muitas pessoas do estado do Maranhão para trabalhos exploratórios em fazendas, lavouras e carvoarias dentro do próprio estado, além de oferecer mão de obra, através do tráfico interestadual de trabalhadores/as para este fim.

Desde a primeira aula de dança oferecida pelas ações socioculturais do CDVDH/CB, há exatamente 22 anos deste ato, que eu, Leidiane de Souza Silva Pereira, integro a trajetória artística da ONG e trago as marcas de uma formação cidadã sociopolítica, constituo-me como militante na defesa da vida digna em que for mais ameaçada e dos direitos humanos onde forem menos reconhecidos com atenção privilegiada às pessoas mais empobrecidas, exploradas e oprimidas.

Por este caminhar, inquietamo-nos em pesquisar como as metodologias socioeducativas desenvolvidas pela RAICE atuam no enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo no município de Açailândia -Maranhão? Obtivemos por resultado que a Rede de Ação Integrada de Combate à Escravidão – RAICE, projeto que ao longo dos anos 2017 a 2022 tem se dedicado em resgatar trabalhadores/as de Açailândia e região que são violentados por esta realidade cruel que assola milhões de brasileiros/as por todo o país. Ao investigarmos as ações promovidas pelas atividades culturais de dança, teatro e capoeira, fomos contemplados com a relevância social promovida por esta instituição e pelo impacto diretos e indiretos crianças e adolescentes assistidas na prevenção do aliciamento ao trabalho escravo e infantil.

Diante dos inúmeros agravos sociais, econômicos e políticos em desrespeito à dignidade da pessoa humana, as metodologias socioeducativas utilizadas pela equipe sociocultural da RAICE têm mostrado eficácia, por meio de um processo de transformação social na vida das crianças e adolescentes participantes dos projetos artísticos culturais do CDVDH/CB, uma vez que essas ações dialogam com a arte que está a serviço de uma cultura libertadora, na perspectiva de conscientização, por meio do eixo de prevenção.

Tivemos por primeiro objetivo específico historicizar a trajetória do Centro de Defesa da Vida e Direitos Humanos Carmem Bascarán – CDVDH/CB, aliando as experiências

socioculturais de combate ao trabalho escravo e de educação popular, por efetivação de direitos sociais. A importância de reconhecer esta trajetória está como fundamento para formação cidadã e militância de todos/as os sujeitos envolvidos, uma vez que a historicidade constrói a condição de pertencimento, em busca da manutenção das lutas pela dignidade do ser humano. Portanto, a história do CDVHD/CB comunga com diretrizes de outras instituições, na busca e no enfrentamento das degradantes condições de trabalho análogo à escravidão.

Com a pesquisa, foi possível retratar as atividades e experiências que dialogam alicerçadas diretamente com a educação popular, aqui entendemos que esta educação é um movimento político e pedagógico voltado para manutenção social do ser que transita na direção de uma sociedade mais justa e democrática, por meio de estratégias artísticas, lúdicas e transformadoras. Assim, a garantia dos direitos sociais tem sido também busca constante de crianças e adolescentes que se utilizam da arte na perspectiva de evolução humana.

No segundo objetivo específico, propusemos caracterizar a Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão– RAICE e as respectivas metodologias socioeducativas como instrumento de prevenção ao TRABALHO ESCRAVO contemporâneo no Maranhão. E observamos que era desenvolvida uma estratégia de ação efetiva no combate às desumanidades causadas pelo modelo escravagista que têm impactado os/as trabalhadores/as e as famílias, através de atividades realizadas no formato de oficinas, com temporalidade regular, estruturada nos eixos pedagógicos fundantes das diretrizes do CDVDH/CB de prevenção, inserção e repressão.

Dessa forma, as ações são instrumentos que realizam um movimento de conscientização e formação cidadã com crianças e adolescentes vulneráveis a essas condições degradantes de trabalho, as metodologias são diretamente abraçadas pelas experiências compartilhadas nas oficinas dos grupos de dança, teatro e capoeira, como práticas de orientações ou combate ao TE no Maranhão.

Por fim, o terceiro e último objetivo foi compreender como as práticas da RAICE ‘Dança, teatro, capoeira’ atuam como mediações socioeducativas para formação cidadã dos/as participantes das atividades socioculturais. Ao observarmos as práticas desenvolvidas e a forma como são conduzidas, percebemos que estruturam um elo e/ou ponte de conexão entre o público atendido e as políticas de abordagem oferecidas pelo CDVDH/CB.

Por meio do projeto RAICE, esses/as indivíduos tomam entendimento de uma realidade menos cruel e mais humana, tendo a arte como mecanismo de empoderamento social na construção de sujeitos autônomos que passam a reconhecer o pertencimento dentro de uma estrutura social política e artístico cultural. As atividades desenvolvidas com as metodologias

próprias nos levaram a entender o trabalho da equipe sociocultural e a identificar o surgimento de novos/as sujeitos/as defensores e defensoras de Direitos humanos, trabalhando para a mudança da realidade de outras vítimas das desigualdades sociais ocasionadas pelo trabalho escravo contemporâneo e por outras violações de Direitos Humanos.

Logo, apresentamos a técnica do fanzine para ser utilizado como metodologia durante as cirandas nas turmas abordadas pela pesquisa, por entender que existe relação de aproximação do zine às metodologias da instituição, uma vez que a ludicidade e o protagonismo dos/as pessoas envolvidas são evidenciadas nesse processo, assim, o resultado dos encontros com as turmas socioculturais gerou uma *cartilha educativa ilustrada*, que compartilha a percepção dos/as educando/as e educadores/a sobre as palavras centrais desse texto que coadunam com as palavras-chave que permeiam a existência e missão da ONG.

Conclui-se, por entender que a efetivação e eficácia das metodologias socioeducativa do CDVDH/CB é atuante na realidade dos/as sujeitos/as, porque existe uma maneira particular de realizar essa dinâmica, dando ênfase à educação popular, missão e história da instituição, ao protagonismo das pessoas envolvidas, à ludicidade nas aulas teóricas e práticas, ao respeito à particularidade dos seres, às vivências dos/as educadores/as que participam do processo de construção e evolução dessas atividades desde a base nos seus modelos iniciais.

Como fruto do crescimento, enquanto participante dos primeiros atos dos projetos artísticos culturais, ainda nos anos de 2002, seguindo uma trajetória até a realidade de hoje 2022, constitui-me uma educadora popular e defensora de Direitos Humanos. A pesquisa possibilitou olhar o CDVDH/CB e o projeto RAICE com a inquietação de investigadora e responder aos objetivos desta dissertação, enfatizando a relevância social no reconhecimento dos impactos deste produto e na reestruturação de novos objetivos a serem considerados pela equipe sociocultural, uma contribuição direta na sistematização das metodologias aplicadas ao longo dos 20 anos de atuação e vivências na ONG.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ALVES, Castro. **O Navio Negroiro**, 1869. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000068.pdf>. Acesso em: dezembro 2021.
- AMARAL, Márcio de Freitas do. **Jovens de periferia a arte de construir a si mesmo: experiências de amizade, dança e morte**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- AMARILHA, Marly. **Estão Mortas as Fadas?** Literatura Infantil e Prática Pedagógica. Rio de Janeiro: Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. **O direito à educação e a nova segregação social e racial – tempos insatisfatórios?** Educação em Revista, |Belo Horizonte, v.31, n.03|p. 15- 47, julho-setembro 2015.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. **Ofício de mestre: imagem e autoimagem**. São Paulo: Vozes, 2000.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2017. 363 p. ISBN 978-85-326-5556-1. *E-book* (363 p.).
- ASSIS, Simone Gonçalves (org.). **Impactos da Violência na Escola: Um Diálogo com Professores**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação / Editora FIOCRUZ, 2010.
- BARROS, Célia. **Psicologia e Construtivismo**. São Paulo: Ática, 1996.
- BASCARÁN, Carmen; MOURA, Flávia; TEIXEIRA, Milton. **II Conferência Inter participativa sobre Trabalho Escravo e Super- exploração em Fazendas e Carvoarias: Trabalho Escravo é crime; Trabalho Sustentável é Vida**. Açailândia 2007.
- BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas**, Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1980.
- BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar Ética do humano - compaixão pela terra**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (2007). “Pessoas versus sociedade: um dilema que oculta outros”. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, p. 61-72.
- BRASIL, **Caderno de Formação Educação Popular e Direitos Humanos**. Editora: Instituto Paulo Freire. São Paulo: 2015.
- BRASIL, CDVDH/CB Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán. **II fase de implantação do Projeto Rede de Ação Integrada de Combate à Escravidão RAICE/ MA**. 2017, Açailândia Maranhão.

BRASIL, **Projeto RAICE Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão**. CPT Comissão Pastoral da Terra. 2017.

BRASIL. **CDVDH/CB Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascaran**. Relatório anual 2013, Açailândia Maranhão.

BRASIL. **CDVDH/CB Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascaran**. Relatório anual 2017, Açailândia Maranhão.

BRASIL. **CDVDH/CB Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascaran**. Relatório anual 2019, Açailândia Maranhão. 2019. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. **CDVDH/CB Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascaran**. Relatório anual 2019, Açailândia Maranhão. Disponível em: Acesso em: 6 ago. 2021.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990, art.4º, parágrafo único. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de->

CAMILLO, Maria Thereza Costa. **Os direitos fundamentais nas percepções liberal e comunista**, 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/14743/os-direitos-fundamentais-nas-percepcoes-liberal-e-comunitarista>. Acesso em: 29 ago. 2021.

CANDAU, Vera Maria. Direitos Humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 37 jan., 2008.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion, REDE, Marcelo e ARAUJO, Simone Ribeiro de. **Escravidão Antiga e moderna**. Tempo v. 3, n. 6, dezembro de 1998.

CARDOSO, Ruth Correa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Os Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994. 81-90 p.

CARVALHO, Maria Brant de Carvalho; AZEVEDO, Maria Júlia. **Ações complementares à escola no âmbito das políticas públicas**. [S. l.: s.n.], 2004. Inédito.

CASALFALIGA, Pedro. **As águas do tempo** /Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso. Ed. AmaZonia, 1989. 63. p.

CAVALCANTE, Marcela; PUGLIESE, Rossana. **O teatro do oprimido como instrumento no combate à naturalização da violência no ambiente escolar**. CAD. GIPE CIT Salvador ano 22 n 40 p 44-63 2018.1.

CDVDH (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascaran): **Estatuto do Centro de Defesa da Vida E dos Direitos Humanos de Açailândia** - MA, 2009.

CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascaran): **Projeto Democratizar Direitos para Libertar populações pobres da Amazônia Legal Brasileira**. Açailândia – 2010.

CDVDH/CB. **Atlas político-jurídico do Trabalho Escravo Contemporâneo no Maranhão/ Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán.** Imperatriz, MA: Ética, 2011.

CDVDH/CB. **CDVDH/CB. Atlas Político-Jurídico do Trabalho Escravo Contemporâneo no Maranhão. Imperatriz – MA: ética, 2011. Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán. A arte a Serviço de Uma Cultura Libertadora.** Disponível em: <http://www.cdvdhacai.org.br/index.php/component/content/article?layout=edit&id=64>. Acesso em: 11 nov. 2021.

CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro. **A pesquisa.** In: CERVO, Amado; BERVIAN.

CIFRA CLUB. **Pesquisa de músicas.** Disponível em: <https://www.cifraclub.com.br/>. Acesso em: 2 dez. 2021.

conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-

COSTA, José Júnior Souza da. A educação segundo paulo freire: uma primeira análise filosófica. **Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia Faculdade Católica de Pouso Alegre.** Volume VII – Número 18 – Ano 2015 – ISSN 1984-9052.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. **Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil Organização Internacional do Trabalho 2010.** 1ª edição, 2010.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. **Nós somos a comunidade! prevenção do trabalho escravo em Redes Globais de Produção na Amazônia Oriental.** v. 9, n.3, set.-dez. 2021, p.165-189.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. **Escravidão emoldurada Entre noções locais de cativo e definições legais de escravidão contemporânea.** **Tempo Social,** revista de sociologia da USP, v. 34, n. 1

CUNHA JUNIOR, H. Ntu. **Revista Espaço Acadêmico,** v. 9, n. 108, maio, 2010.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/verdadeira-face-da-lei-aurea/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2013, p. 46.

FERNANDES, Rubem César. **O que é terceiro setor?** In: IOSCHPE, Evelyn, *et al.* **3º Setor: desenvolvimento social sustentado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações.** **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set. 2015.

FREIRE, Paulo, **“Pedagogia da Indignação”** - cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed UNESP. 2000.

FREIRE, Paulo. 1921- 1997. **Cartas a Cristine:** reflexões sobre minha vida e minhas práxis/ Paulo Freire; Organização Ana Maria Araújo Freire, - ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Algumas notas sobre conscientização. In: Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Disponível em: [http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/A%C3%A7%C3%A3o_Cultural_para_a_Liberdade .pdf](http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/A%C3%A7%C3%A3o_Cultural_para_a_Liberdade.pdf). Acesso em: 29 nov. 2021.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Cristina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, Paulo. **Direitos Humanos e educação libertadora: gestão democrática, da educação pública na cidade de São Paulo**. 1ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro/ São Paulo: 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade: ensaios / Paulo Freire**. – 51. ed – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios / Paulo Freire**. – 5. ed. São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23).

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. 2. ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011. (Educação cidadã; 2).

GADOTTI, Moacir. **Educação popular, educação social, educação comunitária**. Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum, 2012.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. BAUER, Martin W. GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 2 ed. Vozes.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 47, maio-agosto, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos, ONGs e lutas sociais no Brasil nos anos 90. *In: Os sem terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo, Cortez, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008a. 160 p.

GOHN, Maria da Glória. Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo**: diversidade e currículo / organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

GREINER, Christine. **O Corpo**: pistas para estudos indisciplinados. 3 ed., São Paulo: Annablume, 2008.

GUSDORF, Georges. **Professores para quê**: para uma pedagogia da pedagogia. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes 2003.

IGNACIO, Juliana. **O que são direitos sociais**, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/direitos-sociais-o-que-sao/>. Acesso em: 29/08/2021.

KASTRUP, Virgínia. Aprendizagem, arte e invenção. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.6, n.1, p. 17-27, jan/jun. 2001.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**/ Marina de Andrade Marconi; Eva Maria Lakatos (org). 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI; Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico; FRANCO, Jussara Botelho. **Aspectos Teóricos e Metodológicos do Círculo de Cultura**: uma possibilidade pedagógica e dialógica ambiental. Ambiente e Educação. Vol. 17, 2012.

MACHADO, Marli Aparecida. **Trabalho Escravo no Brasil**: Do período colonial aos dias atuais. Paraná 2014.

Maria, 1992. p.30,31.

MARINHO, Inezil Penna. **Subsídios para a história da capoeiragem no Brasil**. Rio de Janeiro: Tupy, 1956.

MARX, Karl. **O CAPITAL**: Crítica da economia política. Livro primeiro o processo de produção do capital TOMO 1 (prefácios e capítulos I a XII). Nova cultura: São Paulo 1996.

MINAYO, Maria Cecília De Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo, 1996.

MIRANDA, ELIAS, FARIA, *et al.* Teatro e a Escola: funções, importância e práticas. **Revista CEPPG – CESUC – Centro de Ensino Superior de Catalão**, Ano XI, Nº 20. 1º Semestre/2009 – ISSN 1517-8471- Páginas 172 a 181. Disponível em: <http://www.portalcatalao.com/>. Acesso em:

MONTEIRO, Aparecida Souza de. **Enfoques epistemológicos na formação docente** [recurso eletrônico] /Organizadora Solange – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/10/E-BOOK-Enfoques-Epistemologicos-na-Formacao-Docente-1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. **Práticas socioeducativas e formação de educadores: novos desafios no campo social**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 66, p. 9-28, jan./mar. 2010.

NÓBREGA, Nadir. **Dança afro-sincretismo do movimento**. Salvador: UFBA/Editora Santa

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

OLIVEIRA, Neiva Afonso; PROENÇA, Kátia Aparecida Poluca. Emancipação: uma perspectiva freiriana. No GT- 17 da ANPED no período de 2001 A 2007, **Expressa Extensão**. Pelotas, v. 21, n.1, p. 88-102, 2016.

PASTINHA, Mestre. **Capoeira Angola**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia. 1988. 78p.

PEREIRA, Ana Carolina Reis. Os Novos Movimentos Sociais e a Educação em Direitos Humanos nas Ações e Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo. **Revista Entre Ideias**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 90-105 jan./jun. 2015.

PICCIN, Marcos Botton e BETTO, Janaina. **Educação popular, movimentos sociais e educação do campo** [recurso eletrônico]. – 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. 1 e-book: il.

PORTAL DA INSPEÇÃO DO TRABALHO. **Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil**. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar>. Acesso em: 5 jan. 2022.

RAMÍREZ, Juana. Movimentos sociais: lócus de uma educação para a cidadania. 2 ed. *In*: CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (Org.). **Educar em direitos humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 49-71 p.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. ISBN 9788547216313.

RAMOSE, Mogobe B. **African philosophy through ubuntu**. Harare: Mond Books, 1999.

RIBEIRO, Cláudia; CAMPOS, Marcelo; LEITÃO, Marcio. **Resgates Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil**. Belo Horizonte: RMT, 2021.

RIBEIRO, Claudio *Et al.* **Resgates**. Combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Belo horizonte: RTM, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das letras, 2018.

rurais do Maranhão no Pará. **Biblioteca Florestan Fernandes**, São Paulo, v. 507, n. 676, p. 31-402, out./2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25102017-155210/pt-br.php>. Acesso em: 2 jul. 2021.

S.L.]: SABOTAGEM, 2006. ARQUIVO PDF. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_da_autonomia-paulofreire.pdf. Acesso em: 29 nov. 2021.

SAKAMOTO, Leonardo. **Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI, publicação na Comissão Interamericana de Direitos Humanos**, 1ª ed. 2006.

SANTOS, Inaicyr Falcão dos. Dança e Pluralidade Cultural: Corpo e Ancestralidade, **Revista Múltiplas Leituras**, v. 2, n. 1, p. 31-38, jan. / jun. 2009.

SANTOS, Jorge Luís Rodrigues dos. **A verdadeira face da Lei Áurea**, Geledes, 2010.

SANTOS, Luiz Silva. **Educação, Educação Física, capoeira. Maringá: Imprensa Universitária.** 1990.

SANTOS, Rosane Barros Ramos dos.; QUEIROZ, Paulo Pires. Interculturalidade: instrumento de mudança da práxis escolar: interculturality: instrument of scholar praxis changing. **Revista Aleph**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, p. 363-377, dez./2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais.** 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. 392 p.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.** 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Os direitos sociais como direitos fundamentais e a judicialização de políticas: algumas considerações. **Revista da AJURIS** – Porto Alegre, v. 43, n. 141, dezembro, 2016

SILVA, Ana Lúcia; CROSO, Camilla. **Igualdade das Relações étnico-raciais na escola: possibilidades e desafios para a implementação da Lei 10.639/2003.** São Paulo: Pirenópolis: Ação Educativa, Ceafro e Ceert, 2007.

SILVA, Fabrícia Carvalho da. **O enfrentamento ao trabalho escravo na amazônia maranhense: uma análise da atuação do CDVDH/CB no município de Açailândia/MA.** Belém 2013.

SILVA, Fabrícia Carvalho da; ZAPAROLI, Witembergue Gomes. (Orgs.) **Tabalho Escravo Contemporâneo: Reflexões e Militância do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia – CDVDH Carmen Bascarán.** Imperatriz: Ethos Editora, 2015.

SOARES, Carmem Lúcia. Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. *In:* SOARES, Carmen (Org.). **Corpo e história.** Campinas: Autores Associados, 2001. p.109-129.

SOARES, F. D. S. D. S. Escravos na Amazônia: Geografando histórias de trabalhadores

SOARES, James Dean Alves; *et al.* **Práticas Socioeducativas do CDVDH/CB: Experiências dos Educadores Sociais no Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo.** Imperatriz: 2020.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. CROSO, Camilla. **Igualdade das relações étnicos-raciais na escola.** São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa, Ceafro e Ceert, 2007.

- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e Formação Profissional**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.
- TODOROV, Tzvetan. 2010. **A literatura em perigo**. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: Difel.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. -1. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.
- TUBMAN, Harriet. Disponível em: <https://www.e-farsas.com/frase-sobre-libertacao-de-escravos-pertence-a-abolicionista-harriet-tubman.html>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2022.
- VALLE, Lutiere Dalla; JUNIOR, Jasson Luiz Monteiro Moreira. **O fanzine e a potência educativa no ensino das artes visuais**. I seminário internacional de investigación en arte y cultura visual. 2005.
- VIEIRA, Sergio Luiz de Souza. **As influências do positivismo e do higienismo nos primórdios da Educação Física e na Ginástica Nacional Brasileira (Capoeira)**. O mundo da Saúde São Paulo, out./dez. 31(4): 500- 510, 2007.
- VILELA, Ruth. **Entrevista concedida ao projeto Memória Institucional do Ministério do Trabalho e Emprego**. CPDOC/FGV, 2006, fita 2, p. 34.
- WALLON, Henri. **Psicologia e Educação da Infância**. Lisboa: Estampa (1979). Do acto ao pensamento. Lisboa: Moraes, 1995.
- ZANLUCHI, Fernando Barroco. **O brincar e o criar: as relações entre atividade lúdica, desenvolvimento da criatividade e Educação**. Londrina: O autor, 2005.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Para responsável por menor de idade)

ESTUDO: METODOLOGIAS SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS PELA REDE DE AÇÃO INTEGRADA PARA COMBATER A ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO -RAICE. Seu/sua filho/filha está sendo convidado/a à participar do presente estudo. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estaremos fazendo. Leia atentamente. Caso tenha dúvidas, teremos prazer em esclarecê-las. Se concordar, o documento será assinado e só então daremos início ao estudo. Sua colaboração será muito importante para nós. Mas, se quiser desistir a qualquer momento, isto não causará nenhum prejuízo, nem a você, nem ao/a seu/sua filho/a. Eu _____,

CPF:

_____ abaixo assinado/a, concordo de livre e espontânea vontade que meu/minha filho/a

_____ seja participante do estudo: “METODOLOGIAS SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS PELA REDE DE AÇÃO INTEGRADA PARA COMBATER A ESCRAVIDÃO NO

MARANHÃO - RAICE.” Declaro que obtive todas as informações necessárias e que todas as minhas dúvidas foram esclarecidas.

JUSTIFICATIVA DA PESQUISA: O projeto de pesquisa intitula-se: Metodologias socioeducativas desenvolvidas pela Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão no Maranhão - RAICE, e motiva-se pela minha vivência como licenciada em Educação Física e educadora popular nas atividades socioculturais no projeto RAICE, bem como a militância junto ao Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmem Bascarán – CDVDH/CB, postura comprometida a uma perspectiva de transformação social capaz de efetivar uma cultura de respeito e de contribuição na prevenção, conscientização e capacitação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no município de Açailândia Maranhão. O interesse interventivo na área da educação justifica-se por acreditar que a educação favorece o convívio humano, o diferente, o plural, a fim de que a interculturalidade seja mediadora no plano de nossas relações sociais. Consideramos que a contribuição que se apresenta neste projeto é de extrema importância para formação de novos sujeitos na busca pela inserção no domínio da vida social e na luta pela defesa de seus direitos e reconhecimento de sua identidade.

Acreditamos que a pesquisa é relevante na medida em que as práticas pedagógicas socioculturais intervêm na realidade social dos sujeitos/as envolvidos/as considerando o acesso à arte e à cultura um direito fundamental do/a ser humano/a, e na perspectiva da difusão e valorização das diversas expressões, manifestações, saberes e tradições que fazem parte da identidade cultural dos envolvidos, usando-as como ferramentas de prevenção da exclusão, de transformação pessoal, inserção social e profissional, bem como instrumentos de conscientização social. A singularidade do objeto investigativo trará importantes contribuições científicas e acadêmicas na medida em que se propõe a refletir fenômenos sociais que cerceiam a realidade maranhense fomentando assim o amadurecimento e ampliação da discussão, bem como a efetivação da missão da Instituição em conduzir pesquisa e ciência para o benefício da comunidade.

OBJETIVOS DA PESQUISA: Tendo as metodologias socioeducativas desenvolvidas pela Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão – RAICE como objeto de pesquisa e como as metodologias socioeducativas desenvolvidas pela RAICE atuam no enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo no município de Açailândia - Maranhão como problema, compreendemos a necessidade de traçar objetivos de estudo para que a pesquisa seja capaz de cumprir com seu rigor científico e ao mesmo tempo tenha profundidade condizente com a temática trabalhada. Sendo assim, temos como pretensão de alcance, ou seja, como objetivo geral “analisar as metodologias socioeducativas desenvolvidas pela Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão – RAICE e seus impactos na prevenção ao trabalho escravo contemporâneo no município de Açailândia- Maranhão”, no decorrer do trabalho pretendemos alcançar os seguintes objetivos específicos: “Historicizar” a trajetória do Centro de Defesa da Vida e Direitos Humanos Carmem Bascarán – CDVDH/CB aliando as experiências socioculturais de combate ao trabalho escravo e de educação popular, por efetivação de direitos sociais; “Caracterizar” a Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão – RAICE e suas metodologias socioeducativas como instrumento de prevenção ao trabalho escravo contemporâneo no Maranhão; “Compreender” como tais práticas de ‘Dança, teatro, capoeira’ podem atuar como mediações socioeducativas para formação cidadãos dos/as participantes das atividades socioculturais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: Tendo em vista a amplitude da temática e para não faltar com os critérios necessários para compreender as informações

coletadas durante o processo de pesquisa, serão utilizados as Rodas de Conversa como caminho metodológico. Sendo assim, o estudo será desenvolvido em uma Organização Não Governamental do Município de Açailândia. A ONG a ser pesquisada realiza ações socioculturais com crianças e adolescentes através de oficinas de dança, teatro e capoeira. Desta forma pretendemos desenvolver a pesquisa em 3 turmas das ações desenvolvidas. Ao total serão desenvolvidas 3 rodas de conversa, intencionalmente voltadas para a perspectiva das pessoas envolvidas em relação as metodologias utilizadas pelos educadores(as) do CDVDH/CB. As pessoas praticantes da pesquisa terão livre oportunidade de fala, podendo ou não participar, de acordo com a vontade própria, não sendo pressionada pela pesquisadora para que se posicione nos momentos de encontros.

RISCOS DA PESQUISA: De acordo com a Resolução 466/12, os riscos da pesquisa se enquadram em 7 dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e espiritual. Nesse sentido, a pesquisa possibilitará possível desconforto emocional e/ou possíveis riscos físicos e psicossociais (ex.: constrangimento, intimidação, angústia, insatisfação, irritação, mal-estar etc.). Contudo, para que tais riscos sejam anulados e/ou minimizados, as rodas de conversa serão desenvolvidas a partir de uma atmosfera planejada para que a participação das crianças e adolescentes seja prazerosa e sem constrangimentos, sendo facultada a fala quando eles/as considerarem que deve participar.

Caso necessário, o/a participante receberá assistência integral e imediata, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário e avaliado por profissional competente, em caso de danos diretamente decorrentes da pesquisa. Ainda, caso seja necessário, o participante poderá requerer indenização por eventuais danos decorrentes da participação no estudo.

BENEFÍCIOS DA PESQUISA: A pesquisa possui substancial benefício para a população integrante da pesquisa, uma vez que, propondo investigar as metodologias socioeducativas do projeto RAICE que as crianças e adolescentes do CDVDH/CB participam, o estudo fornecerá reflexões necessárias e embasadas em teorias e práticas para que possamos repensar as ações caso necessárias e servir de exemplo para outras instituições que exerçam atividades nesse mesmo sentido, sendo assim material de transformação educacional, da mesma forma que, indiretamente, possibilitará às famílias e a comunidade um maior conhecimento sobre as temáticas

de direitos humanos e protagonismo social que está sendo reproduzido/fortalecido pelas práticas educativas da equipe pesquisada. Além disso, podemos destacar que o estudo contribuirá em três perspectivas. Na perspectiva acadêmica, o conhecimento e reflexões acerca da metodologia adotada pela equipe de educadores (as) da Instituição, através de uma maneira lúdica e acessível de trabalhar as temáticas com a comunidade, possibilita um aprofundamento sistemático e qualitativo necessário para romper novos horizontes de estudo, para subsidiar novas práticas pedagógicas que tragam toda a carga humanizada de se trabalhar com crianças e adolescentes. Na perspectiva educacional, o olhar atento à realidade de bairros que sofrem com a violência, e vulnerabilidade social que por vezes afasta essas crianças e adolescentes das escolas para enfrentarem o trabalho infantil em busca de sobrevivência, apresenta um contraponto educacional que pretende ensinar dialogando com suas vivências utilizando a arte no contraturno escolar dentro de um ambiente informal de ensino. Com a intenção de criar uma cartilha ilustrada produto da pesquisa que concretiza essa perspectiva e intervenção na realidade. Por fim temos a perspectiva social, uma vez que muito além de olhar unicamente para o sistema de ensino, a metodologia socioeducativa busca modificações estruturais na sociedade brasileira, visto que busca atuar na compreensão dos outros e de si como indivíduos humanos e que precisamos gestar uma justiça social que atenda às demandas históricas que se apresentam no Brasil desde a necessidade básica de pessoas vítimas de um sistema capitalista e vítimas do trabalho escravo na sua mais perversa forma de roubar a vida das pessoas que por vezes estão submersos nessa realidade desde a infância.

SIGILO E CONFIDENCIALIDADE: Visando assegurar o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade dos colaboradores da pesquisa, manteremos o compromisso de não identificar os nomes reais das crianças, adolescentes e equipe envolvida nessa pesquisa, garantindo assim sigilo. Vale ressaltar que, mesmo mantendo a confidencialidade e sigilo da pesquisa, os resultados serão utilizados em trabalho científico/acadêmico (dissertação de mestrado) e possivelmente publicados ou apresentados oralmente em congressos e palestras sem revelar identidade do/daparticipante. Os dados obtidos durante a pesquisa são confidenciais e não serão usados para outros fins. E caso deseje, poderá tomar conhecimento dos resultados ao final deste estudo. É da responsabilidade da pesquisadora o armazenamento adequado dos dados coletados, bem como os procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações das pessoas participantes da pesquisa.

Durante o percurso da pesquisa você tem a liberdade de desistir ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de dar qualquer explicação. A desistência não lhe causará nenhum prejuízo, nem a seu/suafilho(a).

GARANTIA DE RESSARCIMENTO E DIREITO À INDENIZAÇÃO: Nem você, nem seu/sua filho/a receberá nada para participar deste estudo. A participação neste estudo será sem custo algum para você. Caso tenha alguma despesa com transporte, estas serão ressarcidas para você. Sinalizamos ainda que, caso ocorra algum dano não previsível decorrente da pesquisa, o/a participante será indenizado. A Indenização consiste na cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa (Item II.7 da Resolução Nº 466 de 12/12/2012). Sendo assim, caso ocorram danos as crianças e adolescentes, o/a responsável do mesmo ou da mesma tem o direito de buscar indenização nas instâncias legais em caso de prejuízos decorrentes da pesquisa (Item IV - 4.c da Resolução Nº 466 de 12/12/2012).

GARANTIA DE LIBERDADE NA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA: Garantimos plena liberdade ao participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, de acordo com o item IV.3.d da Resolução Nº 466/2012.

CONTATO DO PESQUISADOR E O HORÁRIO: A pesquisadora Leidiane de Souza Silva Pereira, residente à Rua Santa Clara nº 51, bairro Jardim América, Açailândia- MA, poderá ser contatada, em horário comercial, através do número de telefone (99)99129-8123 e/ou pelo e-mail: leidiane.souza@discente.ufma.br.

ENDEREÇO DO CEP- HUUFMA: De modo a possibilitar ao responsável entrar em contato sanar possíveis dúvidas éticas, Comitês de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão – CEP-HUUFMA fica localizado à endereço Rua Barão de Itapary, 227, quarto andar, Centro, São Luís-MA. CEP: 65.020-070, telefone (98) 2109 1250. A título de esclarecimento, um Comitê de Ética em Pesquisa é um grupo não remunerado formado por diferentes profissionais e membros da sociedade que avaliam um estudo para julgar se ele é ético e garantir a proteção dos participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O/A responsável pela criança e adolescente que participante da pesquisa deverá rubricar todas as folhas deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE - apondo sua assinatura na última página do referido Termo. A pesquisadora responsável deverá, da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE apondo sua assinatura na última página do referido Termo. O

TCLE será emitido em duas cópias, sendo que uma cópia ficará com o participante da pesquisa e a outra com o pesquisador responsável.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Acredito ter sido suficientemente informado/a a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim sobre o estudo ““METODOLOGIAS SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS PELA REDE DE AÇÃO INTEGRADA PARA COMBATER A ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO - RAICE”. Eu discuti com a pesquisadora responsável e está claro para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, quais são seus desconfortos, riscos e a garantia de confidencialidade dos meus dados e do meu/minha filho/a. Entendo que sempre que eu tiver dúvidas elas serão esclarecidas e que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Açailândia-MA, _____ de _____ de _____.

Assinatura _____ do _____ responsável:

Assinatura _____ do _____ pesquisador:



**CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS
HUMANOS CARMEN BASCARÁN – CDVDH/CB**

CNPJ: 01.633.663/0001-06

E-mails: cdvdhacai@gmail.com ou

cdvdhcb@cdvdhacai.org.br Telefones: (99) 3538-

2383 / (99) 98833-8762

DECLARAÇÃO

Açailândia 07 de julho de 2022 O Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos

Carmen

Bascarán - CDVDH/CB, ONG sem fins lucrativos que atua há mais de vinte e cinco anos no Estado do Maranhão na defesa e garantia dos direitos e enfrentamento ao Trabalho Escravo.

Declara aos devidos fins e a quem possa interessar que abre as portas desta instituição para a mestrandia/pesquisadora **Leidiane de Souza Silva Pereira**, estudante do Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas – PPGFOPRED da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, realize sua pesquisa de Mestrado intitulada “**METODOLOGIAS SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS PELA REDE DE AÇÃO INTEGRADA PARA COMBATER A ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO - RAICE.**”

O CDVDH/CB permite o acesso da pesquisadora ao espaço físico de sua sede e centros comunitários dos bairros da Vila Ildemar e Vila Bom Jardim nas turmas de dança, teatro e capoeira das Ações Socioculturais, bem como as fontes de verificações, relatórios, e arquivos da instituição que contenha materiais que sirva de arcabouço teórico e subsídios que auxiliem no avanço do estudo.

Atenciosamente,

Yoná Luma Campos Ferreira

Secretária Executiva do

CDVDH/CB

Rua Bom Jesus, n.º 576 – Centro – CEP: 65.930-000 – Açailândia-Maranhão

Site: www.cdvdhacai.org.br

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTUDO: METODOLOGIAS SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS PELA REDE DE AÇÃO INTEGRADA PARA COMBATER A ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO - RAICE.

CONVITE: Convidamos você a participar do projeto de pesquisa chamado “METODOLOGIAS SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS PELA REDE DE AÇÃO INTEGRADA PARA COMBATER A ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO - RAICE.”

Agora vamos explicar para você o que é este estudo.

Queremos entender como as metodologias socioeducativas da RAICE contribuem para combater as práticas de trabalho escravo nas comunidades participantes do projeto.

O que vai acontecer neste estudo? Vamos fazer rodas de conversa em que você e os demais colegas vão poder falar o que acham das atividades de dança, teatro e capoeira no projeto RAICE. Serão 03 rodas de conversa e cada uma deve durar mais ou menos 50 minutos.

Por quanto tempo vou participar desse estudo? Pretendemos começar o estudo no mês de julho, e deve durar 3 semanas, 1 roda de conversa por semana.

Participar do estudo custa algo? Não, você não vai pagar nada e também não receberá nada em troca, mas sua participação é muito importante. Se seus pais tiverem alguma despesa decorrente da sua participação no estudo, ela será coberta pela pesquisadora.

E se você tiver mais dúvidas sobre o estudo? A pesquisadora LEIDIANE DE SOUZA SILVA PEREIRA é responsável por este estudo. Você pode falar com ela sempre que precisar.

Você e seu pai/mãe e/ou responsável podem também falar com o pessoal do Comitês de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão – CEP-HUUFMA, que ficam localizado à endereço Rua Barão de Itapary, 227, quarto andar, Centro, São Luís-MA. CEP: 65.020-070, telefone (98) 2109 1250, sempre que acharem necessário.

Se você tiver qualquer problema de saúde por causa do estudo, vamos prestar assistência imediata sem nenhum custo. Nenhuma informação pessoal sobre você será divulgada para outras pessoas.

Assentimento

Se você entendeu tudo que foi explicado e concorda em participar deste estudo, escreva seu nome na linha abaixo:

Seu nome: _____

Pesquisadora: _____ Data: ____/____/____

(Documento em 2 vias, 1 para o pai/mãe/responsável e 1 para o pesquisador)